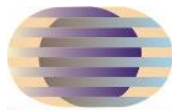


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL DOUTORADO**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



UFPI

UFC

UFRN

UFPB

UFPE

UFS

UESC

NAJÓ GLÓRIA DOS SANTOS

A PROFISSIONALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO BRASIL
formação, associação e regulamentação

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2019**

NAJÓ GLÓRIA DOS SANTOS

A PROFISSIONALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO BRASIL
formação, associação e regulamentação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Menezes

SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Najó Glória dos
A profissionalização em ciências ambientais no Brasil :
formação, associação e regulamentação / Najó Glória dos Santos ;
orientador Antônio Menezes. – São Cristóvão, SE, 2019.
77 f. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Ciências ambientais – Formação profissional. 2. Gestão
ambiental. I. Menezes, Antônio, orient. II. Título.

CDU: 502/504

NAJÓ GLÓRIA DOS SANTOS

A PROFISSIONALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO BRASIL:
formação, associação e regulamentação

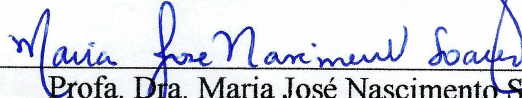
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe como requisito
para obtenção do título de Doutora em
Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 28 de agosto de 2019

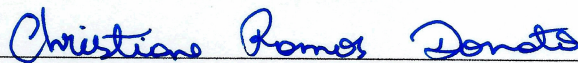
BANCA EXAMINADORA



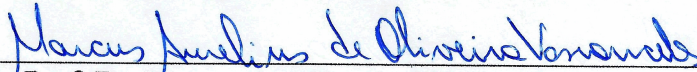
Prof. Dr. Antônio Menezes
Universidade Federal de Sergipe
Presidente-Orientador



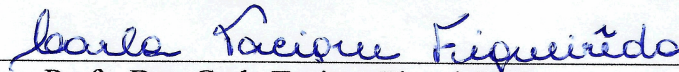
Prof. Dra. Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno



Prof. Dra. Christiane Ramos Donato
Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe
Examinador Externo ao Programa



Prof. Dr. Marcus Aurelius de Oliveira Vasconcelos
Instituto Federal de Sergipe
Examinador Externo à Instituição



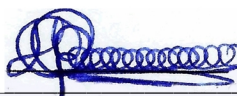
Prof. Dra. Carla Taciane Figueirêdo
Universidade Federal de Alagoas
Examinador Externo à Instituição

São Cristóvão/SE – agosto de 2019

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Najó Glória dos Santos
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Professor Dr. Antônio Menezes - Orientador
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. Menezes', is centered above a horizontal line.

Professor Dr. Antônio Menezes - Orientador
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

*“Escrevo porque à medida que escrevo vou me entendendo
e entendendo o que quero dizer,
entendendo o que posso fazer.
Escrevo porque sinto necessidade de aprofundar as coisas,
de vê-las como realmente são...”*
(Clarice Lispector)

AGRADECIMENTOS

Tantas dívidas contraí com tantos, que meu receio em ser injusta ao agradecer nominalmente, fatalmente sucederá... Perdão por isso.

Primeiramente, agradeço ao sofrido povo brasileiro que pagou, por meio dos seus impostos, o meu curso de doutorado. Prometo continuar devolvendo com a melhor qualidade possível na prestação do serviço público.

A minha amiga e coordenadora Maria José Soares, que em suas intensas e extensas atribuições, abriu um lugar e me instigou a retornar aos estudos. E ao meu orientador pelas descobertas e suas nuances.

A minha mãe, que nunca se deixa abater, sempre presente nos momentos cruciais da minha caminhada.

Aos meus filhos Suan, em todas as batidas do meu coração e Suanam, cirurgicamente precisa no momento certo. Ao Naitã, às vezes meu filho, às vezes meu pai, mas sempre ao meu lado. Aos meus netos, Alexia e Anakin, por eles renovo a esperança a cada dia e luto por um país mais justo e menos desigual em sua pluralidade de classes, oportunidades e formas de amar.

A minha família Glória que resiste ao obscurantismo e convive com as diferenças. Tia Gilza, Hildinha, Ademir Júnior e Neyzão, na ação ou na intenção. O amor que nos une é bem maior do que qualquer coisa que nos separe.

Aos amigos Carminha pela calma, generosidade e conciliação e, Heraldo pela dolorosa cumplicidade partilhada e solidariedade. Aos parceiros Wandison, Andressa e Dani que virou estrela.

À minha irmã Jonaza, toda uma vida juntas ainda é pouco para quem tem que mudar o mundo. Obrigada por me dizer o que eu não ousava pensar.

A Universidade Federal de Sergipe, minha casa, meu lugar de tornar-se e ao PRODEMA, melhor Programa de Pós-Graduação da UFS.

Aos governos Lula e Dilma, pelas políticas públicas de inclusão e incentivo à capacitação profissional, sem as quais, esta tese não seria possível.

RESUMO

A Tese analisa o percurso histórico da profissionalização em ciências ambientais no Brasil, tomando como *fio de Ariadne* a geografia da formação acadêmica, as influências da associação na organização de coletivos profissionais e os caminhos legais que regulamentam a profissão do gestor ambiental no território brasileiro. Inicialmente, apresenta o itinerário teórico das categorias de trabalho, da profissão e da profissionalização. O objeto dessa pesquisa foi delimitado pela oferta de formação em nível de graduação (cursos superiores de Tecnologia e ou Bacharelado), e de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado Acadêmico e Profissional) os quais apresentam denominação *ambiental* em sua nomenclatura e são ofertados por instituições públicas e privadas de ensino superior. O objetivo da pesquisa foi caracterizar as contradições entre as questões ambientais e as necessidades da formação do gestor ambiental nas dimensões política, econômica, institucional, geográfica e profissional. Este estudo possui natureza descritivo-exploratória. A abordagem da pesquisa foi histórico-crítica baseada no método dialético. A pesquisa documental foi o principal instrumento de coleta e análise de informações. Os resultados obtidos indicam que a incerteza da regulamentação da profissão de gestor ambiental sinaliza um atrelamento de aspecto político, submetido às demandas mercadológicas em detrimento das questões ambientais. Entre outras considerações, destacam-se: a) o crescimento exponencial da oferta de vagas nas instituições privadas que denota a prevalência do interesse econômico; b) a pulverização da oferta dos cursos pelas instituições privadas que alcançam os lugares mais remotos no território nacional. Confirma-se, pois, a urgência da adoção de medidas regulamentares que impeçam o avanço predatório do mercado sobre o ambiente. Conclui-se que a profissionalização em ciências ambientais agrega valor econômico e simbólico pautado nas matrizes de mercado.

Palavras-Chave: Profissionalização. Ciências Ambientais. Formação. Associação. Regulamentação.

ABSTRACT

The Thesis analyzes the historical course of the professionalization in environmental sciences in Brazil, taking as Ariadne thread the geography of the academic formation, the influences of the association in the organization of professional collectives and the legal ways that regulate the profession of the environmental manager in the Brazilian territory. Initially, it presents the theoretical itinerary of the categories of work, profession and professionalization. The object of this research was delimited by the offer of undergraduate education (Technology and / or Bachelor degree courses), and *stricto sensu* postgraduate (Academic and Professional Master and Doctorate) which have environmental denomination in their nomenclature and are offered by public and private higher education institutions. The objective of the research was to characterize the contradictions between environmental issues and the needs of environmental manager training in the political, economic, institutional, geographical and professional dimensions. This study has a descriptive-exploratory nature. The research approach was historical-critical based on the dialectical method. Documentary research was the main instrument for collecting and analyzing information. The results indicate that the uncertainty of the regulation of the environmental manager profession signals a political aspect, subjected to market demands to the detriment of environmental issues. Among other considerations, the following stand out: a) the exponential growth of vacancies in private institutions, which denotes the prevalence of economic interest; b) the dispersion of the courses offered by private institutions that reach the most remote places in the national territory. Therefore, The thesis confirms the urgency of adopting regulatory measures that prevent the market predatory advance on the environment.. It is concluded that the professionalization in environmental sciences adds economic and symbolic value based on the market matrices.

Keywords: Professionalization. Environmental Sciences. Training. Association. Regulation.

RÉSUMÉ

La thèse analyse le parcours historique de professionnalisation en Sciences Environnementales au Brésil, en prenant comme fil d'Ariane la géographie de la formation académique, les influences de l'association dans l'organisation des collectifs professionnels et les voies légitimes qui vont régler la profession de "Responsable de l'Environnement" dans le territoire brésilien. Au début, présente l'itinéraire théorique des catégories de travail, la profession et la professionnalisation. Le but de cette recherche scientifique est circonscrit par l'offre de formation dans le niveau de diplôme (Études Supérieures de Technologie et Baccalauréat) et le Post Universitaire strictu sensu (Master, et Doctorat Académique et Professionnel) lesquels présentent la dénomination environnemental dans la nomenclature et les offres par des institutions publiques et privées d'enseignement supérieur. Le but de cette recherche est la caractérisation des contradictions entre les questions environnementales et les besoins de la formation des gestionnaires environnementaux dans les dimensions politique, économique, institutionnel, géographique et professionnel. Cette étude a une nature descriptif-exploratoire. L'approche de la recherche est historique-critique basée sur la méthode dialectique. La recherche documentaire a été le principal outil de collecte et d'analyse d'informations. Les résultats obtenus indiquent que l'incertitude de ces règles de la profession signalent des connexions d'aspect politique soumises aux demandes du marché au détriment des questions environnementales. Parmi d'autres, se détache: a) la croissance exponentielle d'offre de nombreux postes vacants dans les institutions privées en dénotant la prévalence de l'intérêt économique; b) pulvérisation de l'offre de cours des institutions privées qui peuvent atteindre les régions les plus éloignées. Il est donc confirmé l'urgence d'adoption de mesures réglementaires empêchant l'avance prédatrice du marché sur le milieu ambiant. Il est conclu que la professionnalisation en Sciences Environnementales ajoute valeur économique et symbolique marqué par des matrices du marché.

Mots-clés: Professionnalisation. Sciences Environnementales. Formation. Association. Réglementation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantitativo de Cursos de Formação Profissional em Ciências Ambientais.	34
Quadro 2. Classificação de Cursos Superiores no Brasil, 2019.	100
Quadro 3. Distribuição de Cursos por Esfera Pública e Privada na Região Norte do Brasil	135
Quadro 4. Quantitativo de Oferta de Vagas – Região Centro Oeste, Brasil.	140
Quadro 5. Quantitativo de Oferta de Vagas – Região Concentrada.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Consulta avançada: filtros de busca.	35
Figura 2. Detalhes da IES: atos regulatórios e cursos.....	36
Figura 3. CAPES – Consulta Cursos Avaliados e Reconhecidos.....	37
Figura 4. Categoria Administrativa : públicas, privadas, especiais.	39
Figura 5. Tripallium: instrumento de tortura e trabalho.....	51
Figura 6. Distribuição de bolsas entre as áreas do conhecimento.	97
Figura 7. Detalhe das IES: atos regulatórios dos cursos.	113
Figura 8. Quantidade de Cursos de Formação Ambiental em Regiões Brasileiras.	143
Figura 9. Quantidade de Cursos de Formação Tecnológica em Regiões Brasileiras.	143
Figura 10. Quantidade de Cursos de Graduação em Regiões Brasileiras.	144
Figura 11. Quantidade de Mestrados Profissionais em Regiões Brasileiras.	144
Figura 12. Quantidade de Mestrados Acadêmicos em Regiões Brasileiras.	145
Figura 13. Quantidade de Doutorados Acadêmicos em Regiões Brasileiras.	145
Figura 14. Oferta Total de Vagas na Formação Ambiental em Regiões Brasileiras.	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de Situação de Cursos em Alagoas, Brasil.	103
Gráfico 2. Percentual de Situação de Cursos na Bahia, Brasil.	104
Gráfico 3. Percentual de Situação de Cursos no Ceará, Brasil.....	105
Gráfico 4. Percentual de Situação de Cursos em Maranhão, Brasil.	106
Gráfico 5. Percentual de Situação de Cursos na Paraíba, Brasil	107
Gráfico 6. Percentual de Situação de Cursos em Pernambuco, Brasil.....	108
Gráfico 7. Percentual de Situação de Cursos em Piauí, Brasil.	109
Gráfico 8. Percentual de Situação de Cursos em Rio Grande do Norte, Brasil.....	110
Gráfico 9. Percentual de Situação de Cursos em Sergipe, Brasil.	111

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANAGEA – Associação Nacional dos Gestores Ambientais
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
C.I.R.C. – Clasificación Integrada de Revistas Científicas
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CF – Constituição da República Federativa do Brasil
CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
CNNDA – Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNI – Conselho Nacional da Indústria
CNPJ – Receita Federal na busca pelo Cadastro Nacional de pessoa Jurídica
CPC – Centro de Cultura Popular
CSTGA – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
D – Doutorado
DDMA – Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
DOU – Diário Oficial da União
EAD – Educação à Distância
EMC – Educação Moral e Cívica
e-MEC – Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPB – Estudo de Problemas Brasileiros
EUA – Estados Unidos da América
FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FEEMA – Fundação de Engenharia do Meio Ambiente
FIES – Financiamento Estudantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME – Mestrado Acadêmico
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Mestrado Profissional
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB – Organização Social e Política do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL – Projeto de Lei
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
QSA – Quadro de Sócios e Administradores
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RF – Receita Federal
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SUSAM – Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas
TCU – Tribunal de Contas da União
UC – Unidade de Conservação
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEPA – Universidade Estadual do Pará
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNISO – Universidade de Sorocaba
UNIP – Universidade Paulista
UPAN – União Protetora do Ambiente Natural
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAIDS – Agência Norte-americana para o Desenvolvimento
WWF – World Wildlife Fund

LISTA DE ABREVIATURA

ABI – Área Básica de Ingresso – Tecnologia Ambiental (tecnólogo)
CA – Ciência Ambiental (bacharelado)
CA – Ciências Ambientais (bacharelado)
CAAMB – Ciências Agrárias e do Ambiente (bacharelado)
CAAMB – Ciências Agrárias e do Ambiente (licenciatura)
CBEBA – Ciências Biológicas – ênfase em Biologia Ambiental (bacharelado)
CB – CIAMB - Ciências Biológicas - ênfase em Ciências Ambientais (bacharelado)
CBGA – Ciências Biológicas Gestão Ambiental (bacharelado)
CSA – Ciências Socioambientais (bacharelado)
CA – Controle Ambiental (tecnólogo)
EA – Engenharia Ambiental (bacharelado)
EAA – Ecologia e Análise Ambiental (bacharelado)
EAER – Engenharia Ambiental e Energias Renováveis (bacharelado)
EAgcA – Engenharia Agrícola e Ambiental (bacharelado)
EAS – Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
EAU – Engenharia Ambiental e Urbana (bacharelado)
ECA – Engenharia Civil e Ambiental (bacharelado)
EMMA – Engenharia de Minas e Meio Ambiente (bacharelado)
ERHMA – Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (bacharelado)
EERA – Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente (bacharelado)
ESA – Engenharia Sanitária e Ambiental (bacharelado)
FA – Fundamentos Ambientais (sequencial)
GAA – Gestão e Análise Ambiental (bacharelado)
GEA – Geociências e Educação Ambiental (licenciatura)
GA – Gestão Ambiental (bacharelado)
GA – Gestão Ambiental (sequencial)
GA – Gestão Ambiental (tecnólogo)
GARC – Gestão de Ambientes e Redes de Computadores (sequencial)
GSA – Gestão em Saúde Ambiental – (bacharelado)
MA – Meio Ambiente (tecnólogo)
MAER – Meio Ambiente e Energias Renováveis (tecnólogo)
MARH – Meio Ambiente e Recursos Hídricos (tecnólogo)
PGA – Planejamento e Gestão Ambiental (sequencial)
PA – Processos Ambientais (tecnólogo)
PSA – Processos de Sustentabilidade Ambiental (tecnólogo)
QA – Química Ambiental (bacharelado)
QA – Química Ambiental (tecnólogo)
QAT – Química Ambiental Tecnológica (bacharelado)
QHA – Química – Habilitação Tecnológica – ênfase Ambiental (bacharelado)
QHQA – Química – Habilitação em Química Ambiental (bacharelado)
QQA – Química – com ênfase em Química Ambiental (bacharelado)
SA – Saneamento Ambiental (tecnólogo)
SQGA – Sistemas da Qualidade e de Gestão Ambiental (sequencial)
TA – Tecnologia Ambiental (tecnólogo)
TAI – Tecnologia Ambiental Industrial (tecnólogo)
TCA – Tecnologia em Controle Ambiental (tecnólogo)
TxA – Toxicologia Ambiental (tecnólogo)

TMA – Turismo e Meio Ambiente (bacharelado)
TPSA – Turismo Patrimonial e Socioambiental (tecnólogo)
ME – Ciências Ambientais – AC
ME – Ciências Ambientais – AP
ME – Clima e Ambiente – AM
D – Clima e Ambiente – AM
ME – Direito Ambiental – AM
ME – Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – AM
D – Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – AM
ME – Ciências Florestais e Ambientais – AM
ME – Ciências Ambientais – RO
ME – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – RO
ME – Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano – PA
D – Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano – PA
MP – Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental - PA
ME – Ciências Ambientais – PA
ME – Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida – PA
ME – Biologia Ambiental – PA
D – Biologia Ambiental – PA
ME – Ciências Ambientais – PA
D – Ciências Ambientais – PA
MP – Ciências e Meio Ambiente – PA
MP – Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental – PA
MP – Engenharia Sanitária e Ambiental – PA
ME – Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia – PA
ME – Ciências Ambientais – TO
D – Ciências do Ambiente – TO
ME – Ciências Florestais e Ambientais – TO
MP – Engenharia Ambiental – TO
MP – Análises de Sistemas Ambientais – AL
MP – Tecnologias Ambientais – AL
ME – Agricultura e Ambiente – AL
MP – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – BA
MP – Ciências Ambientais – BA
MP – Planejamento Ambiental – BA
ME – Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – BA
D – Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – BA
ME – Engenharia Civil e Ambiental – BA
ME – Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente – BA
ME – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – BA
ME – Ciências Ambientais – BA
D – Energia e Ambiente – BA
D – Geoquímica Petróleo e Meio Ambiente – BA
ME – Meio Ambiente, Águas e Saneamento – BA
ME – Saúde, Ambiente e Trabalho – BA
ME – Ciências Ambientais – BA
ME – Ciências e Tecnologias Ambientais - BA
ME – Tecnologia e Gestão Ambiental – CE
ME – Desenvolvimento e Meio Ambiente – CE
ME – Meio Ambiente -MA

ME – Agricultura e Ambiente – MA
ME – Ciências Ambientais – MA
MP – Energia e Ambiente – MA
ME – Geografia, Ambiente e Sociedade – MA
ME – Saúde e Ambiente – MA
ME – Ecologia e Monitoramento Ambiental – PB
ME – Desenvolvimento e Meio Ambiente – PB
ME – Desenvolvimento e Meio Ambiente – MINTER / PB
ME – Engenharia Civil e Ambiental – PB
D – Engenharia Civil e Ambiental – PB

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	28
2.1 Etapas da pesquisa	31
2.2 Procedimentos da pesquisa	32
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	41
3.1 - Profissionalização: um dever em formação	42
3.2 - O Trabalho como extensão do ser (Ontologia)	49
3.3 - Profissão: a institucionalização do saber	57
3.4 - Gênese e História da profissionalização no Brasil: breves apontamentos	68
4 ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS.....	81
4.1-Ciências Ambientais no Brasil: contextos de profissionalização	81
4.2 - Cursos de Formação em Ciências Ambientais no Brasil	87
4.3 - O conflito dos níveis.....	94
4.4 - Disputas de representação por origem de formação entre IES e cursos.....	96
4.5 - As Associações Profissionais e as Ciências Ambientais no Brasil	113
4.6 - O Poder do coletivo.....	115
4.7 - A Regulamentação: PL 2664/2011.....	118
4.8 - A Geografia da Formação em Ciências Ambientais no Brasil	121
4.9 - Os mapas das minas.....	129
4.10 - As minas dos mapas.....	141
5 SÍNTESES FINAIS.....	149
6 REFERÊNCIAS.....	154
ANEXOS.....	162

INTRODUÇÃO

Ainda que o tema dessa tese abarque a profissionalização em ciências ambientais é pertinente destacar que a concepção, o desenvolvimento e a conclusão dessa pesquisa compreendem momentos históricos que transformaram literalmente a realidade: os crimes ambientais ocorridos nas cidades de Mariana (05-11-2015), Brumadinho (25-01-2019) e Machadinho D'Oeste (29-03-2019) e que reclamam seus lugares neste estudo.

Esses momentos históricos comprovam as transformações ocorridas na sociedade em seus modos de pensar, de agir e de produzir realidades. Os crimes ambientais ganham visibilidade internacional, em detrimento da falta de aplicação da legislação, do enfraquecimento dos órgãos reguladores e da falência da máquina pública, no que concerne à proteção do meio ambiente. Foi a partir dessa construção que nesta defesa podemos inferir: foram crimes ambientais, sim! Posto que incorreram em, no mínimo, seis artigos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sem limites de extensão e profundidade, com identificação clara dos responsáveis e uma inclinação crescente à reincidência, tais acontecimentos desafiam as autoridades e intelectuais. Sobre o fato, Miranda (2017) afirma que o imponderável impõe a aplicação obrigatória do princípio da precaução, logo, caberia aos responsáveis pelo empreendimento e aos fiscais, adotarem os mecanismos mais rigorosos de controle disponíveis. Estariam os responsáveis pelos empreendimentos e seus subordinados intimados a adotar o controle, sob a utilização dos princípios mais rigorosos, e fazer a cumprir o que determina a Legislação. Ou seja, a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010), cujo objetivo é garantir a segurança ao processo de gestão de barragens destinadas à acumulação de água ou disposição temporária de resíduos e rejeitos industriais. O crime ambiental é qualquer ação prejudicial ou danosa que seja cometida contra os elementos que formam o ambiente, incluindo nestes a fauna e a flora, os recursos naturais da Nação e seu patrimônio cultural (CONSTATINO, 2002; FIORILLO, 2003).

Este trabalho se apresenta, inspirado pela indignação e realizado com profunda responsabilidade no conhecer, compromisso para entender e explicar os contextos da profissionalização em ciências ambientais no Brasil – seu objetivo geral. Toma como objeto a oferta dos cursos de formação em Gestão Ambiental e aqueles que têm como matriz os termos *ambiental/ambiente* nas suas nomenclaturas. Essa trajetória pretende contribuir para compreensão das possíveis articulações entre os crimes de Mariana, Brumadinho, Machadinho D'Oeste associados à fragilidade na aplicação da legislação ambiental e a mitigação dos crimes ambientais como desdobramento da regulamentação profissional em ciências ambientais.

Lima (2013, p. 8) destaca que “é na institucionalização e na legitimação de cenas sociais que a espetacularização se efetiva como promotora de atos instituintes da formação sociocultural” dos sujeitos ao que Debord (1997) acrescenta a existência de três elementos na constituição do espetáculo: 1) banalização de ações práticas; 2) objetivação das práticas sociais a ações dos sujeitos em mercadorias e 3) materialização das relações sociais mediatizadas por imagens ou processo de espetacularização. Dessa maneira, relacionados à vida cotidiana de todos o exagero midiático e suas implicações sociais, políticas e econômicas, o espetáculo “é sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo [...] o modelo presente da vida socialmente determinada” (DEBORD, 1997, p. 15) que Sodré (2002) identifica como a criação, pela mídia, de uma nova forma de vida com outros parâmetros para constituição das identidades e que vêm se juntar ou sobrepor aquelas três outras apontadas por Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.): vida contemplativa, vida política e vida prazerosa (do corpo). Esse novo espaço e modo de abordagem coletiva dos indivíduos é característico da

[...] espetacularização como a operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem (CARVALHO, 2010: p. 47)

É diante dessa realidade espetacularizada e integrada aos sistemas de informação que se produz, pela superexposição - a banalização ou naturalização dos horrores ou pela subtração de conteúdo - o esquecimento, a ignorância consentida ou ainda, a indignação seletiva. Posto que, “a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (CASTELLS, 2016, p. 124), e, ao

sair do enfoque midiático, a realidade, é como se não existisse e ao retornar à mídia introduz elementos provocativos à reações. Esse cenário nos remete à lógica do compromisso com a busca do real, ou seja, da verdade. Isto porque, a depender dos interesses envolvidos, a informação tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva. Esse estudo integra, originalmente, a Linha de Pesquisa Ordenamento Territorial e Gestão de Conflitos nos Ambientes Costeiros do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA/PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe e faz parte do SEMINALIS - Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais e Aprendizagens Contemporâneas, Linha de Pesquisa História, Método e Formação Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

A ideia de formação acadêmica foi se instalando aos poucos e foi ganhando corpo entre leituras nacionais e estrangeiras até adquirir consistência, significado e sentido para ousarmos uma interpretação da realidade social em sua diversidade de formas e dinâmica de movimentos. Privilegiamos o olhar sobre os cursos de formação acadêmica por compreendermos que é nesse lugar que se forma o profissional. Nesse sentido, o tornar-se é o caminho que leva a profissionalização - concebida por nós, como o processo de fazer-se profissional. É nesse escopo, que desenvolvemos esta tese.

Este tornar-se ocorre articulado às demais dimensões da vida, quer seja individual, coletiva, afetiva, familiar, política, entre outras, e, dessas dimensões, olhar em torno e praticar a cidadania como movimento, quando possível. Como assinala Heller (2016) ao nascer em comunidade passamos por um processo de interação onde assimilamos comportamentos e relações sociais em que se consolidam valores, padrões de conduta, normas regras que vão constituindo o sujeito do vir a ser continuamente, principalmente em suas relações profissionais. O início dessa pesquisa antecede os crimes ambientais citados anteriormente. Assim, o tornar-se pesquisadora, nasce ao acompanharmos como servidora, o percurso de alunos e professores na Universidade Federal de Sergipe. Participarmos dos rituais protocolares e comemorações das titulações, do seguirmos as aprovações em concursos, aprovações de projetos e outras conquistas tornaram-se tão próximas e tão distantes. Foi um desafio à busca pelo mestrado. Motivados também pela adoção de políticas voltadas ao reconhecimento financeiro da formação buscamos capacitação profissional na administração pública, proporcionadas pelo Governo Federal em 2006. E foi assim que, após vinte anos de afastamento do exercício acadêmico, realizamos em nível de mestrado a pesquisa intitulada “*Desenvolvimento Profissional Interdisciplinar em Ciências Ambientais: trajetória formativa (auto)biográfica*” (SANTOS, 2013b). A partir de então foi que se instalou a inquietação e o

interesse pelo processo formativo, suas variáveis e seus desdobramentos. Assim sendo, selecionados para doutoramento com o projeto “*PRODEMA: A Prática Interdisciplinar no Constructo da Produção do Conhecimento em Ciências Ambientais*”, já nos primeiros períodos no curso das disciplinas vieram as primeiras alterações na ideia original. E qual não foi nossa surpresa ao percebermos que os vinte anos longe da academia haviam criado um hiato entre agir, pensar e relacionar – a nossa profissionalidade precisava *tornar-se*.

Foi no doutorado, pelo cumprimento da grade curricular obrigatória, que se consolidou a contribuição teórica para a necessidade do entendimento do fenômeno pesquisado. Posteriormente, ocorreu a elaboração de um plano conceitual voltado para a caracterização e objetivação deste estudo. Esta tese exige a mudança paradigmática conforme preconiza Khün (2001) em torno de princípios norteadores da formação profissional de gestores ambientais que ultrapasse a sustentabilidade econômica para a defesa da manutenção e proteção da vida no planeta Terra. As empresas se internacionalizaram e criaram um regime político próprio, o avanço do mercado sobre as funções do Estado introduz uma lógica própria de serviços públicos e bens comuns. O mercado, por meio das empresas e do capital financeiro, estabelece as relações de trabalho e governa as relações de produção e de consumo ao criar objetos para os sujeitos e também os sujeitos para os objetos criados. Diante desse cenário, a profissão do gestor ambiental com uma formação crítica, que privilegie o humano numa visão holística, de homem-natureza nos parece mais do que necessária.

Assim, ainda sem percebermos, nossa tese nos conduziu para conhecermos cientificamente o nosso processo interno de profissionalização – o nosso *tornar-se*. Nesse encadeamento, buscamos a formação em Ciências Ambientais no Brasil, junto ao Ministério de Educação e Cultura - MEC, que configura o órgão que autoriza, credencia e reconhece os cursos de formação profissional, junto às Instituições de Ensino Superior - IES, na compreensão de que a academia é que proporciona a formação profissional. Ao identificarmos um quadro que denota uma expressiva variância entre oferta de cursos, vagas, distribuição geográfica, e a inconsistência de documentação regulatória na base do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - e-MEC, fomos instigados a responder as seguintes questões de pesquisa: Qual é o contexto da profissionalização e que elementos sócio- históricos a caracterizam? Quais as contradições que a profissionalização traz à tona?

Essas questões exigiram o conhecimento de que a profissionalização em Ciências Ambientais no Brasil encerra características peculiares quanto a sua abrangência, urgência e

demanda social diante do cenário de efervescência política, social e econômica, envolvidas na dimensão ambiental que afeta a todos. Nesse sentido, são três elementos que favorecem a compreensão a respeito do assunto: (a) autorização pelo Ministério da Educação e Cultura, em 28 de maio de 1998, do primeiro curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental ofertado no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ¹, inserido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010);(b) a criação do Projeto de Lei 2664/2011, que regulamenta a profissão ainda em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, na Câmara dos Deputados, o profissional de Ciências Ambientais segue na incerteza (ANAGEA, 2019); (c) a aplicabilidade da Legislação Ambiental de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (IBAMA, 2014).

A metodologia de análise do objeto de pesquisa englobou complexidade. Ao utilizar a triangulação – formação, associação e regulamentação - dos dados constantes no MEC sobre a formação profissional, na ANAGEA sobre a representação do coletivo profissional do gestor ambiental, e acompanhar de forma sistemática a tramitação do PL 2664/2011 na Câmara dos Deputados, foi possível estabelecer o percurso da profissionalização em Ciências Ambientais no Brasil e inferir as complexidades que dali emanam. Essas informações contribuíram para o aprofundamento a respeito da formação e profissionalização em Ciências Ambientais no Brasil, além de subsidiar o MEC sobre inconsistências na base de dados. Como também, disponibiliza um banco de dados sobre a localização, distribuição e situação dos cursos de formação em Ciências Ambientais, situando as Instituições que ofertam esses cursos a partir de um mapa da formação continuada em Ciências Ambientais no Brasil. Espera-se contribua para a regulamentação da profissão.

¹Situada na cidade que foi capital da República até 1960, o CEFET-RJ foi criado por decreto presidencial em 1909, como Escolas de Aprendizes Artífices. Com a aceleração do crescimento econômico na década de 70, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, passaram à condição de Centros Federais de Educação Tecnológica (RJ, MG, PR). O CEFET-RJ reflete o processo de industrialização do país. As Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior voltou-se à necessidade das indústrias de base ali instaladas e a formação de quadros qualificados para os setores de metal-mecânica, petroquímica, energia elétrica, eletrônica, telecomunicações, informática, ambiental entre outros. Localizado na região geoeconômica mais expressiva do País, o Rio de Janeiro é o segundo Estado em importância econômica. A formação de profissionais qualificados na área ambiental se torna imprescindível para dirimir os impactos causados ao meio ambiente, face as demandas suscitadas pelas questões ambientais. Essa perspectiva assume prioridade para o estabelecimento de novos modelos empreendimentos, voltados à concepção de desenvolvimento sustentável. Neste cenário, as Instituições de Ensino assumem relevante papel social na formação de profissionais comprometidos com as questões do mundo contemporâneo, em particular àquelas implicadas na relação ambiente e sociedade. Nesse cenário, foi autorizado pela Resolução nº 21 de 28/05/1998 (não anexada no e-MEC) o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental – CSTGA em consonância com o PDI da Instituição e sintonizado com as tendências mercadológicas. Desta forma, o CSTGA é justificado pelas demandas e desafios da sociedade a nível local e global e pelo crescimento da consciência ambiental da sociedade, que busca na educação, maiores informações técnicas sobre o meio ambiente e novas oportunidades profissionais.

A pesquisa abrange o marco temporal compreendido entre a autorização do primeiro curso em Gestão Ambiental, pelo MEC em 28 de maio de 1998; a criação da Associação Nacional dos Gestores Ambientais – ANAGEA em 16 de fevereiro de 2008; a criação das Ciências Ambientais como nova área de conhecimento na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em 06 de junho de 2011 e a tramitação do PL 2664/2011. Os dados foram coletados nas plataformas digitais do e-MEC, da CAPES e da Câmara dos Deputados e abarcam todos os cursos com a denominação *ambiental e ambiente*, em todos os Estados brasileiros e em todos os graus de formação profissional e formação acadêmica. Diante da dificuldade de acesso aos dados sobre as situações dos atos regulatórios dos cursos no restante do país, a pesquisa ficou delimitada à Região Nordeste do Brasil, na qual o PRODEMA se destaca.

No primeiro capítulo foi desenvolvido o conceito de profissionalização, compreendido como processo que longe de encerrar-se na formação institucionalizada, requer uma constante busca de atualização, contextualizadas as dimensões pessoais, profissionais, políticas, afetivas, ambientais entre outras, enfim, *um devir em realização*. O conceito etimológico da palavra devir quer dizer chegar, porém, a aproximação com o sentido filosófico grego é concebido como vir a ser, ou seja, a movimentação das coisas no universo para que elas cheguem a ser outras, pela mudança ou transformação. Inicialmente desenvolvido por Heráclito de Éfeso (535 a.C. – 475 a.C.) o conceito de devir significa a passagem de um oposto a outro pela mudança e só assim, justifica a existência das coisas. Ao contemplar a realidade o filósofo concluiu que a existência de todas as coisas se deve também à existência de um contrário que lhe antecede. Também expressa

Tornar-se. Iminência de vir-a-ser algo singular. Instauração de relações de movimento e repouso, de velocidade e de lentidão nas formas existenciais que se tem e naquelas que se está em vias de se tornar. É um movimento que apreende o possível atualizado e a potencialização de novos possíveis (SOUZA, 2007: p. 187)

É desse conceito associado a uma análise de Konder (2012) sobre a consciência da inevitabilidade da mudança e da impossibilidade de esconder as oposições necessárias à própria existência dos processos e das relações que se atualizam, mas não se esgotam, que nos referimos. Para tal, sequenciamos o capítulo com o percurso metodológico enunciado como procedimentos técnicos e empíricos, trazendo os talhes metodológicos praticados tecnicamente. A análise dos documentos coletados em bases oficiais específicas foi ancorada no método dialético. A confrontação da realidade social com a problematização dos

conhecimentos foi assentada em fundamentos teóricos que se respaldam, em particular, nas pesquisas desenvolvidas por Bourdieu (2017), Konder (2012), Weber (2013) e Dubar (2005). A recorrência aos trabalhos de autores diversos foi utilizada para fundamentação teórica ou definição conceitual de categorias complementares, dentro do corpo da Tese.

Ao delinear o ser humano como resultado de suas realizações, o trabalho circunscreve a extensão de sua existência. Em se tratando de categoria imprescindível, compreender os vários significados e sentidos do trabalho é tarefa crucial e decisiva em nossos dias, afinal, é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue, acentua Antunes (2013). Dotados de consciência, homens e mulheres que trabalham, concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho, ou como afirmou Lukács (1978, p. 8) “trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”. Assim, também destacou Engels (1979) sobre a ação transformadora da natureza pelo homem através do trabalho, como a condição fundamental da existência humana em um grau tão elevado que se pode dizer, em certo sentido, que o trabalho, por si só, criou o homem. É, nessa perspectiva, que desenvolvemos no terceiro capítulo a gênese e a história do mundo do trabalho e a institucionalização do saber em espaços formativos, como extensão do homem, o que nos levou ao quarto capítulo no qual abordamos os contextos da profissionalização em Ciências Ambientais, entrelaçando as categorias de conflito entre os níveis e instituições de formação, as projeções ambientais de escassez de recursos, o consumo desenfreado e o descarte responsável de resíduos. Reconhecemos e defendemos a legitimidade da representação dos coletivos profissionais e suas iniciativas junto às instâncias competentes e apresentamos, de forma sistematizada, o processo que antecede a regulamentação da profissão até o encerramento deste trabalho.

O quinto capítulo aponta a geografia da formação ambiental. Distribuído entre o *Mapa das Minas* que aborda a localização dos cursos e oferta das vagas em formação ambiental no território brasileiro e apresenta seus contextos; e a *Mina dos Mapas* onde apresentamos a movimentação da formação ambiental, suas contradições com os aspectos da Legislação Ambiental. Na exposição das considerações finais, realizamos a síntese possível, os desafios estratégicos, a necessidade de continuação dos estudos, além da constante verificação entre o conhecimento produzido e o que nos apresenta a realidade. Afinal, *o preço da liberdade é a eterna vigilância* (JEFFERSON, 1743).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nessa pesquisa, a escolha do caminho percorrido não está isenta de intencionalidade por parte da pesquisadora. O compromisso com o entendimento sobre a profissionalização em Ciências Ambientais no Brasil, em seus contextos de formação, associação e regulamentação, reclamou um aporte teórico implicado na interpretação da realidade. O conhecimento acontece por meio da pesquisa, seja de caráter científico ou na observação singularizada de um fenômeno, ao destacar-lhe do todo de que faz parte, sem excluir-lhe o todo que o compõe. É no resultado da relação entre o olhar e o olhado que a realidade se constitui como objeto de mediação entre relações dialéticas de afirmação, negação e síntese. A adesão ao método dialético exprime para nós o caminho possível para trilhar a paisagem de aparente calma que parece emanar da realidade de constituição dos processos profissionais. Este percurso segue na busca da *totalidade*, que é pensada considerando oposições e enfrentamentos que se entrecruzam em suas dinâmicas de mudança.

Essa pesquisa possui natureza descritivo-exploratória. Isso porque favorece a exposição pormenorizada dos elementos que compõem o processo de profissionalização dentro de contextos situados, “o desvelamento de uma determinada realidade empírica desconhecida ou no debate teórico implicado na interpretação da realidade em foco” (VASCONCELOS, 2002, p. 158). Por se tratar de uma profissão em fase de regulamentação, os estudos ainda são passíveis da variação de limites, principalmente no que se refere às instituições e aqueles ligados às questões políticas, associados, sobretudo aos diferentes tipos de programa de governo no Brasil. A natureza exploratória desta pesquisa visa contribuir com outras pesquisas e estudos complementares assim como, pretende coletar, ordenar e classificar os dados e descrever os fatos e fenômenos além de estabelecer relações entre variáveis (TRIVIÑOS, 2012). Para Vasconcelos (2002), os estudos exploratórios se aplicam às realidades sociais e organizacionais específicas pouco conhecidas, em um primeiro momento. Em um segundo momento, existe a possibilidade de intervenção de maneira mais estruturada, principalmente quando a realidade em estudo compreende aspectos subjetivos e culturais.

As discussões se fundamentaram na abordagem crítica e no método dialético. A abordagem crítica entre outros aspectos, expressa o modo como olhamos e, por conseguinte, capturamos a realidade (REIS, 2017). Múltipla e flexível, específica quando aplicada a um fenômeno particular, ainda assim possui uma diversidade de elementos essenciais, cuja “intenção é resumi-los para chegar a uma melhor compreensão do fenômeno” (RICHARDSON, 2012, p. 92). O método dialético dá suporte analítico e metodológico ao pensarmos as contradições da realidade, em permanente transformação (KONDER, 2012). Utilizamos, na organização e sistematização das informações, a pesquisa documental, considerando-se a diferença entre essa e a pesquisa bibliográfica. Essa diferença “está na natureza das fontes, pois [...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45).

A investigação do que ocorre nas instituições e nos grupos sociais é produzida através de mediação e transformações de redes de poder. Sob uma abordagem crítica, a atividade de pesquisa se realiza, relacionando as ações humanas com as estruturas sociais e políticas. Assim, a interpretação da realidade concreta dos dados deve se articular à observação dos contextos históricos, políticos, sociais, geográficos e econômicos, entre outros, nos quais são produzidas as condições da prática social, mediante a elevação do conhecimento da problemática à sua dimensão transformadora. Esse pressuposto é passível de reflexão científica já que “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência [...] é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Konder (2012) afirma que, para a dialética marxista, o conhecimento rejeita somente o empirismo, mas não recusa as possibilidades de o fenômeno expressar o real, que evidencia, mostra, revela ao mesmo tempo em que ilude, engana e oculta. Ao negar a aparência do fenômeno e sua expressão do real cabe à razão identificar, localizar, detectar os processos, as conexões com outros processos – com sua aparência e sua negação – as relações de determinação do fenômeno. A razão, abstração, intelecção, faculdade, atributo, recurso é uma construção exclusiva do histórico-humano. Ideamos na aparência um indicador de processos que explicam, implicam e determinam a elevação do abstrato ao concreto.

Também sob a dialética podemos compreender os processos a partir do conhecimento máximo da matéria sob investigação, a apropriação detalhada de suas formas, a análise de seus desdobramentos possíveis e as ligações entre esses desdobramentos; cumprir essa etapa torna possível passar à exposição, sob o plano da ideação sobre a matéria. Cumprida essa etapa, adverte Marx “então pode parecer que se está diante de uma construção a priori” (2013, p. 51). Para o autor, essa construção deve respeitar a dinâmica proveniente da articulação entre os elementos e sua capacidade de mudança durante os processos ao serem submetidos a contextos diferenciados subvertendo a aplicação do modo lógico em condição histórica de exposição, compondo uma “totalidade orgânica” ou ainda, “um todo artístico”. Dessa forma, as categorias comparecem de acordo com as relações internas produzidas na essência de suas determinações.

Para Figueiredo (2016), o desenvolvimento da pesquisa de base científica obedece a determinações de ordem relacional e estrutural entre espaço-tempo-lugar-intencionalidades. Assim, a produção do conhecimento está condicionada ao encadeamento que sucede das matrizes teóricas escolhidas e a consequente metodologia desenvolvida para estruturação da coleta e análise dos dados. A intencionalidade do pesquisador ou daquele que financia o conhecimento a ser produzido não pode ser descartada posto que seu resultado, em última instância, é que vai configurar a natureza do problema investigado. Nesse sentido, as proposições finais estarão diretamente relacionadas à intencionalidade primeira.

As políticas de sentido são desenvolvidas no seio das categorias de que fazem parte. Esforços técnicos, atores sociais ou instituições tem interesses distintos e nem sempre convergentes. É no contraditório dessa relação que a pesquisa científica deve promover a assimilação ou a refutação, fundamentada no conhecimento máximo possível sobre a matéria observada, e na compreensão da mudança dentro e entre os segmentos, reconhecida pelas instâncias competentes designadas, por meio do conhecimento produzido. As pesquisas de natureza teórica têm passado por um processo de desprestígio quanto à sua legitimidade ou relevância, a ausência de conteúdo teórico-metodológico sustentado em sua fundamentação tem contribuído para esse quadro. A superposição de teorias assim como o excesso de informação e / ou dados não são o suficiente para garantir-lhes o reconhecimento de cientificidade. A ausência dos pressupostos que expliquem de maneira pormenorizada o aspecto relacional entre a causa-efeito, sujeito-objeto, tempo-espaço, teoria-prática entre outros e a historicidade presente em todos os desdobramentos que decorrem dessas relações abrem lacunas ainda sem respostas. A escolha do método revela a maneira como concebemos

a atividade de pesquisa científica, aliada ao instrumental técnico-político, entendendo-a em sua dimensão crítica e como perspectiva plena de possibilidades.

2.1 Etapas da pesquisa

A pesquisa possuiu quatro etapas concomitantes. A primeira, destinou-se ao **levantamento de informações** sobre a quantidade de oferta de cursos de formação ligados às ciências ambientais por regiões do Brasil (e-MEC)^[Cf. Quadro 1]. Buscou-se os seguintes elementos: instituição, tipos de curso (profissionalizante (superior tecnológico), graduação e pós-graduação), público-alvo, vagas ofertadas, periodicidade de oferta, requisitos mínimos exigidos. A segunda etapa relacionou-se à **revisão de literatura** sobre a profissionalização em ciências ambientais no Brasil. Trata-se da regulamentação profissional da área por meio do acompanhamento da tramitação do PL2664/2011 no site da Câmara dos Deputados e audiências nas Comissões por onde o PL transitou. Na terceira etapa, denominada **geografia da formação**, os dados foram separados geograficamente em níveis e tipos (profissional ou acadêmico) de formação, oferta de vagas e quantidade de cursos. Na confecção dos mapas foi utilizado o programa QGIS 2.18, para os dados foi usado regiões, no formato *Shapefile* do ano 2010 fornecidos pelo IBGE e na manipulação optou-se em fazer uso do sistema de coordenadas geográficas e Datum SIRGAS 2000 por ser o padrão adotado pelo IBGE. Para tratar dos Atos Regulatórios, ou seja, a documentação que caracteriza a situação dos cursos (autorização, credenciamento, reconhecimento e renovação do reconhecimento) e à ausência dessa documentação, foram elaboradas planilhas no programa Microsoft Excel e os dados possibilitaram a confecção dos gráficos em formato de pizza no programa Microsoft Office 2010; correspondentes às IES da Região Nordeste por conta da área de abrangência (desenvolvimento regional) do DDMA - PRODEMA, que pode se constituir em ferramenta de acompanhamento, base de dados para consulta pública e replicada às demais regiões do país. A quarta etapa procede à análise teórica fundamentada sobre os resultados encontrados seguida das considerações finais.

Os procedimentos de análise envolvem a pesquisa documental de natureza hermenêutica ou interpretativa. Buscou-se a reunião de fontes jurídicas (Decretos, Portarias, Projeto de Lei, Plano de Carreira) relativo às ciências ambientais no Brasil. Observou-se, ao iniciar a coleta de dados na região Centro-Oeste, mais especificamente em Mato Grosso, a

escassa oferta de cursos de formação *ambiental* e *ambiente*. Ao mesmo tempo, percebemos a aparição com expressiva frequência de cursos com a derivação *agronegócio* (gestão de agronegócio, administração de agronegócio, engenharia de agronegócio, sistemas de agronegócio, entre outras). Esse aspecto permitiu relacionar as formações profissionais às demandas regionais.

O contexto político e a definição de agendas públicas voltadas às questões ambientais exerceram influências decisivas na compreensão do objeto de pesquisa e na análise dos dados. Sob esse viés, convém destacar que esta pesquisa teve seu início em um governo cujo projeto político se alinhava ao fortalecimento das agências reguladoras, a instrumentalização dos órgãos fiscalizadores e à exigência do cumprimento da legislação ambiental vigente à época bem como, aos protocolos internacionais voltados às demandas ambientais (2015 – 2019). Já a defesa dessa pesquisa ocorre em um outro contexto, principalmente com mudança de orientação política de governo, a depender do projeto político implementado, pode alterar os resultados dos dados, a partir de agora.

2.2 Procedimentos da pesquisa

Os procedimentos adotados nessa pesquisa não estão separados da abordagem metodológica descrita anteriormente. Mesmo em se tratando de recurso operativo e técnico, os procedimentos na pesquisa científica englobam necessidades de aproximação entre processos, teorias e métodos. Esse percurso é acompanhado de mudanças de pensamentos, quase sempre enraizados, que se contrapõem à segurança proporcionada por zonas de conforto. Konder (2012) afirma que o próprio movimento da vida em relação ao tempo impossibilita a constância da forma, a imutabilidade da matéria. Não corroborando, portanto, com a explicação fornecida por Parmênides (510 a.C. – 470 a.C.) sobre a unidade, imutabilidade e completude do ser, uma vez que a filosofia de Parmênides encontra oposição em Heráclito (540 a.C. – 470 a.C.) que defendia o movimento, a constante modificação que definiu a estrutura contraditória e dinâmica do real. Nesses termos, é também na perspectiva contraditória entre o ser, o vir-a-ser e o *tornar-se* que a profissionalização em ciências ambientais no Brasil encontra abrigo ou abriga as múltiplas dimensões que encerram a formação profissional. Os procedimentos utilizados nessa pesquisa englobaram sete diferentes ações. São elas:

AÇÃO 1. Recolha dos dados na página oficial do Ministério da Educação – e-MEC

AÇÃO 2. Localização geográfica da oferta de cursos de formação em gestão ambiental e correlatos, por Região e por Estado

AÇÃO 3. Levantamento de cursos recomendados no Sistema de Avaliação da CAPES

AÇÃO 4. Coleta de Dados para identificação dos cursos de pós-graduação na Plataforma Sucupira

AÇÃO 5. Elaboração de quadros, mapas e gráficos

AÇÃO 6. Identificação e análise de Atos Regulatórios de cursos por IES

AÇÃO 7. Acompanhamento e análise de tramitação do Projeto de Lei nº 2664/2011

A primeira ação consistiu na recolha dos dados na página oficial do Ministério da Educação – MEC. Foi elaborado um quadro por meio do qual foram organizadas as informações encontradas. A primeira coluna do quadro foi preenchida pelas Regiões (NO, NE, CO, SE e Sul) que compõem o país; na segunda coluna, foram elencados os Estados da Federação (AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO); à terceira coluna correspondente à instituição foram listadas as IES, os cursos e o tipo de formação (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, mestrado acadêmico - ME, mestrado profissional - MP e doutorado - D) e, quando da presença do curso em mais de um município, foi disposta essa informação. Na quarta coluna foram classificados os níveis de formação (profissionalizante (superior tecnológico), graduação e pós-graduação). Na primeira etapa da coleta dos dados, a quinta coluna correspondia à identificação do público-alvo, porém, identificamos na Consulta Avançada, uma recorrência expressiva de IES privadas com fins lucrativos na aba Detalhes da IES (figura 2) em detrimento de uma exígua quantidade de IES públicas, assim procedemos a caracterização das IES, segundo a sua Categoria Administrativa (privada sem fins lucrativos, privada com fins lucrativos, pública estadual, pública municipal, pública federal e especial), por entendermos que essa informação traria elementos mais pertinentes para a análise. A sexta coluna foi preenchida com a quantidades de vagas ofertadas por curso, relacionando com a quantidades de vagas totais e a periodicidade da oferta de vagas (semestral, anual) constante da sétima coluna; na oitava

coluna, foram listados os requisitos mínimos para ingresso (ensino médio para acesso a graduação, graduação para acesso ao mestrado e, mestrado para acesso ao doutorado). O preenchimento da tabela foi individualizado por Estado afim de que contemplássemos, em um mesmo lugar, também as informações sobre os cursos de pós-graduação. Observe-se:

Quadro 1. Quantitativo de Cursos de Formação Profissional em Ciências Ambientais.

REGIÃO	UF	IES	CURSO			NATUREZA ADMINISTRATIVA	VAGAS OFERTADAS	PERIODICIDADE DA OFERTA	REQUISITOS MÍNIMOS
			PF	G	PG				
		TOTAL							

Fonte: elaborado para essa pesquisa, 2019.

O Ministério da Educação possui plataforma virtual, mantida on-line para alimentar bancos de dados institucionais, com vista a gerenciar os processos de criação/autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos. A ferramenta Sistema de Regulação do Ensino Superior, de acordo com o disposto no Art. 18 da Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, constitui o e-MEC, qual seja “o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior que é a base de dados oficial de informações relativas aos cursos e às instituições de educação superior, disponível para consulta pública pela internet”. Esse instrumento hospeda a documentação regulamentar dos cursos de formação superior que conferem graduação acadêmica e profissional das IES que emitem diplomas de formação superior de tecnologia, bacharelado e licenciatura de acordo com

A necessidade de regulamentação de cursos superiores de graduação profissional pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) é um dos principais eventos da década de 1990. Ocorre a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos tecnológicos (destacam-se o Decreto nº 2.406, o Decreto nº 2.208/97 e a Portaria do Ministério da Educação nº 646/97). O Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, regulamentou a Lei nº 8.948/94, que tratava da criação dos Centros de Educação Tecnológica como modalidade de instituição especializada em Educação profissional (SOUZA, 2019. p. 26).

Na plataforma e-MEC são disponibilizadas as seguintes formas de consulta: consulta Interativa, consulta Textual, consulta Avançada e IES Extintas. Assim, procedemos à coleta inicial dos dados, por entender ser mais produtivo recorrer às categorias a partir dos elementos empíricos, ao invés de proceder, primeiramente, à abordagem analítica dessas categorias. A plataforma e-MEC admite uma variedade de buscas com descritores específicos: localização geográfica, categoria administrativa, organização acadêmica, tipo de credenciamento,

indicadores de avaliação, cursos, IES, níveis de formação, entre outros. Por isso mesmo, possibilita a aplicação de filtros de acordo com as informações a serem analisadas (Figura 1). Note-se:

Figura1. Consulta avançada: filtros de busca.

A interface de consulta avançada do e-MEC apresenta uma barra superior com quatro abas: 'Consulta Interativa', 'Consulta Textual', 'Consulta Avançada' (destacada em laranja) e 'IES Extintas'. Abaixo, há uma seção de filtros de busca organizada em campos e grupos de opções:

- Buscar por:** Três opções de radio button: 'Instituição de Ensino Superior' (selecionada), 'Curso de Graduação' e 'Curso de Especialização'.
- Nome, Sigla ou Código da Instituição:** Um campo de texto para digitar o nome ou código.
- UF:** Um menu suspenso com 'Bahia' selecionado.
- Município:** Um menu suspenso com 'Selecione...' selecionado.
- Categoria Administrativa:** Seis opções com checkboxes: 'Pública Municipal', 'Pública Federal', 'Pública Estadual', 'Privada sem fins lucrativos', 'Privada com fins lucrativos' e 'Especial'. Todas estão marcadas.
- Organização Acadêmica:** Seis opções com checkboxes: 'Faculdade', 'Centro Universitário', 'Institutos Federais', 'Universidade', 'Escola de Governo'. Todas estão marcadas.
- Tipo de Credenciamento:** Quatro opções com checkboxes: 'Presencial', 'EAD', 'Escola Governo - EaD' e 'Escola Governo - Presencial'. Apenas 'Presencial' está marcada.
- Índice:** Um menu suspenso com 'Selecione...' e uma série de checkboxes numerados de 1 a 5, além de 'SC'. Nenhum checkbox está marcado.
- Situação:** Um menu suspenso com 'Ativa' selecionado.
- Código de verificação:** Um campo com uma imagem de código de barras e o texto 'Código de verificação: * Digite o código'.

Fonte: [PrintScreen/SysRq de e-MEC].

A segunda ação da pesquisa buscou identificar a localização geográfica da oferta de cursos de formação em gestão ambiental (e correlatos) por Região e por Estado. Foram utilizados os seguintes passos: a) na “consulta avançada” selecionou-se a opção “UF” (Unidades da Federação) que possibilita a visualização da lista dos Estados para seleção e posterior identificação de elementos como “Categoria Administrativa, Organização Acadêmica, Tipo de Credenciamento e Situação”; nesta última, escolhemos a modalidade ‘presencial’, por se constituir o foco da pesquisa. No e-MEC as IES são dispostas em ordem alfabética, o que favoreceu a busca de cada um dos cursos dentro de cada IES que contivesse os descritores do objeto de pesquisa: *ambiental ou ambiente*; b) na aba “instituição” foi aberta uma outra “janela” com as informações institucionais: CNPJ, natureza jurídica, representante legal, documento de registro ou ato regulatório, aditivos, portarias, nome de fantasia, entre outras. O ato regulatório a que se refere essa página diz respeito à situação da IES junto ao banco de dados do MEC. E nossa busca consiste na verificação entre a situação “anunciada” pela IES sobre o curso e a comprovação, mediante documento anexado do ato regulatório, que pode ser capturado quando acessamos o próprio curso, pela aba da graduação (Figura 2).

Figura 2. Detalhes da IES: atos regulatórios e cursos.

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Instituição de Educação Superior Endereço e-MEC

DETALHES DA IES ATO REGULATÓRIO GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO PROCESSOS E-MEC OCORRÊNCIAS

MANTENEDORA

Mantenedora: (545) IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
CNPJ: 02.608.755/0001-07
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada
Representante Legal: EDUARDO PARENTE MENEZES (REPRESENTANTE LEGAL)

IES

Nome da IES - Sigla: (2122) CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SERGIPE -
Situação: Ativa
Endereço: Rua Teixeira de Freitas Nº: 10
Complemento: CEP: 49020-530
Bairro: Salgado Filho
Município: Aracaju UF: SE

Fonte: [PrintScreen/SysRq de e-MEC].

Observou-se que todos os cursos oferecidos no estabelecimento selecionado são elencados, podendo-se verificar àqueles que possuem ambiente e ambiental em sua designação formal. Ao selecionar o curso a tela se abre com as seguintes informações: modalidade, vagas ofertadas anualmente, coordenador, carga horária, requisitos para ingresso, situação de funcionamento, localização municipal, periodicidade, ano de início de funcionamento. Foi o burilar da pesquisa que refinou o método. Ele exigiu foco no objeto – os cursos.

O levantamento de cursos recomendados no Sistema de Avaliação da CAPES, a Coleta de Dados para identificação dos cursos de pós-graduação na Plataforma Sucupira e a Elaboração de quadros, referem-se à terceira, quarta e quinta ações da pesquisa, respectivamente. Recorremos à CAPES, por meio do Sistema de Avaliação - DAV e Cursos Recomendados. Nesse ponto, fomos redirecionados à Plataforma Sucupira – Coleta de Dados para identificação dos cursos de pós-graduação. Diferentemente do e-MEC, a Plataforma Sucupira só admite três formas de busca: Por Área de Avaliação, Por Nota e Por Região. Apenas a opção Por Região se tornou viável ao nosso propósito: cursos que possuem ambiente e ambiental em sua designação formal / nominal, descritores da pesquisa. É aberta uma tela com as cinco Regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), nessa ordem; A tela seguinte apresenta um quadro com uma lista dos Estados, após a seleção do Estado, abre-se outra tela com a lista das IES; ao selecionar a IES é aberta a tela com lista de Programas de Pós-Graduação e finalmente, os cursos (Figura 3). Observa-se:

Figura 3. CAPES – Consulta Cursos Avaliados e Reconhecidos.

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

PLATAFORMA AVALIADOS E RECONHECIDOS

Os cursos de mestrado profissional, mestrado (acadêmico) e doutorado avaliados com nota igual ou superior a "3" são recomendados pela CAPES ao reconhecimento (cursos novos) ou renovação do reconhecimento (cursos em funcionamento) pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC.

Atenção!
Somente os cursos reconhecidos pelo CNE/MEC estão autorizados a expedir diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional.

A consulta aos cursos avaliados e reconhecidos pode ser feita por área de avaliação, nota e região. O detalhamento de cada programa e seus respectivos cursos trazem informações de:

- Dados básicos: endereço, telefones, email e instituição;
- Área de avaliação, área básica e áreas de concentração do programa;
- Especificação dos cursos do programa que estão em funcionamento (já iniciaram suas atividades) ou estão em projeto;
- Portarias CNE de reconhecimento.

DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMA

Por Área de Avaliação
Por Nota
Por Região

PLATAFORMA Sucupira CAPES UFRN RNP REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PÁTRIA AMADA BRASIL

Fonte: CAPES, 2019.

Em seguida, utilizou-se o Quadro 1, no qual foram tabuladas as informações definidas a priori: região, Estado, instituição, curso, natureza jurídica, vagas, periodicidade e requisitos. Começou-se pela região Norte com seus respectivos Estados membros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Foram identificadas as instituições formadoras de ensino superior e os Institutos Federais - IFS de ensino nas modalidades bacharelado e cursos superiores de tecnologia, além dos cursos de pós-graduação existentes. Foram relacionados os cursos que traziam em sua nomenclatura as seguintes derivações: gestão ambiental, engenharia ambiental, ambiente, gestão de desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, saneamento ambiental, engenharia ambiental e sanitária, ciências ambientais, engenharia ambiental e energias renováveis, engenharia sanitária e ambiental, química ambiental e turismo patrimonial e socioambiental.

Para desenvolver a sexta ação, que se tratou da identificação e análise de Atos Regulatórios de cursos por IES, procedemos ao levantamento das informações desejadas, inserindo, no sistema, na coluna Ato Regulatório da IES, o local para inserção do anexo, documento oficial, que comprova a situação do curso conforme o disposto. Lê-se, em complementação ao entendimento:

Regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia. [...] A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos. [...] As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Ao proceder a verificação da situação dos cursos, via documentação anexada, constatamos uma defasagem significativa na situação dos cursos. Nem sempre a documentação exigida foi encontrada. Em função disso, optamos pela coleta da documentação anexada pelas IES em relação a situação dos cursos para verificação do cumprimento do inciso primeiro. Apesar de constar no *caput* da Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017 que

Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

E no artigo um, em seu inciso primeiro dispor: “A tramitação dos processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de educação superior será feita *exclusivamente* em meio eletrônico, no sistema e-MEC” (Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017). A partir daí, procedemos essa coleta até o Estado do Ceará, quando identificamos a coluna Ato Regulatório do curso e iniciamos a coleta em relação à documentação pertinente ao próprio curso, com o propósito de resgatar a documentação equivalente aos cursos coletados na Região Norte, posteriormente. Outra barreira, no entanto, levou a novos ajustes. Nessa aba deveria constar, em anexo, o documento oficial equivalente à informação prestada entre as seguintes designações: Criação do Curso, Autorização, Reconhecimento do Curso, Renovação do Reconhecimento do Curso, Alteração de Vaga, Mudança de Endereço. Essas informações nem sempre foram encontradas.

Resolveu-se, então, coletar o documento para posterior averiguação, aprofundamento e confronto dos dados coletados na tabela de informação dos cursos. É fato que nem todas as IES anexaram o documento pertinente às suas situações. Para elucidar tal procedimento buscamos contato com as IES e, diante da escassez de respostas, intensificamos a procura nos sites das IES. Por fim, procedemos a busca junto às resoluções dos Conselhos Universitários e

Conselhos Estaduais de Educação, conferindo a quantidade de documentos coletados em relação ao número de cursos constantes nos quadros elaborados para essa pesquisa. A princípio, as instituições foram separadas entre iniciativa pública e iniciativa privada porque a informação consta disponível na aba de acesso (Figura 4). Vê-se:

Figura 4. Categoria Administrativa : públicas, privadas, especiais.

Instituição de Educação Superior	Endereço
Nome da IES - Sigla: (1151) FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE - FANESE Credenciamento EaD Provisório: Portaria nº 370 - DOU de 23/04/2018	
Situação: Ativa	
Endereço: Travessa Sargento Duque	Nº: 85
Complemento:	CEP: 49065-750
Bairro: Industrial	
Município: Aracaju	UF: SE
Telefone: (79) 3234-6350	Fax: (79) 3234-6359
Organização Acadêmica: Faculdade	Sítio: www.fanese.edu.br
E-mail: ionaldo@fanese.edu.br; antoninagallotti@yahoo.com.br; helaineramos@fanese.edu.br	
Categoria Administrativa: Privada com fins lucrativos	

Fonte: [PrintScreen/SysRq de e-MEC].

A definição destes critérios de seleção ocorreu após a constatação da disparidade entre o número de IES públicas e privadas encontradas na coleta inicial. Além disso, foi reservada uma coluna para identificação do número de vagas ofertadas bem como, a periodicidade da oferta. Catalogamos também os requisitos exigidos para ingresso nos cursos.

Durante os procedimentos de coleta dos dados identificamos a tramitação do Projeto de Lei nº 2664/2011, na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Arnaldo Jardim juntamente com a ANAGEA, pleiteando a regulamentação da profissão de Gestor Ambiental. Daquele momento em diante resolvemos acompanhar o processo de regulamentação da profissão de Gestor Ambiental ao tempo em que buscamos as demandas que lhe deram origem (Anexo 1. PL 2664/2011). Identificamos esforços por parte da ANAGEA no sentido de organizar associações estaduais (AC, PA, PI, RJ) mediante a criação de grupos de trabalho (GT's). A ANAGEA é uma organização de representação nacional de gestores ambientais, que mantém informações atualizadas sobre processos legais (regulamentação da profissão,

leis trabalhistas, desenvolvimento de carreira e de pessoal, concursos, cursos de formação entre outros) ligados à área de gestão ambiental. Exerce, pois, pressão junto à Câmara dos Deputados e organiza a categoria por meio de eventos e publicações da área.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As inquietações que deram origem a esta tese, estão relacionadas às experiências profissionais vivenciadas em secretaria de pós-graduação nos últimos vinte anos. Acompanhar a trajetória dos alunos desde a submissão ao processo seletivo, seu desempenho durante o curso e posterior titulação aconteceu de forma imbricada ao desenvolvimento do próprio curso quando da aquisição do conceito máximo, a nível de mestrado e a aprovação do curso de doutorado no programa em que atuei como secretária.

Como servidora, sem ligação com ensino ou aprendizagem no sentido formal, instalou-se a necessidade de compreender o ciclo formativo em uma perspectiva de maior abrangência que possibilitasse o entendimento sobre as articulações presentes na complexidade das relações que se estabelecem entre o processo de formação profissional institucionalizada, reconhecimento legitimado e regulamentação legalizada.

Dentro da compreensão sistêmica de representação do todo em suas partes e das partes como elementos do todo, em movimentos contraditórios, tensivos e complementares – portanto, instituintes, constituintes e transformadores foi que desenvolvemos em um processo de imersão, ao elaborarmos esta construção impregnada de compromisso científico.

Utilizamos como principais aportes teóricos os seguintes autores Pierre Bourdieu (2017), Leandro Konder (2012), Max Weber (2013) e Claude Dubar (2005). E referências complementares, sem as quais não seria possível a elaboração cognitiva e textual para efetivação dessa tese.

3.1 - Profissionalização: um dever em formação

*Mas na profissão, além de amar tem de saber.
E o saber leva tempo pra crescer.*
(Rubem Alves)

Independentemente do que está por vir, o processo histórico em que caminha a humanidade tem demonstrado que a incerteza, a desordem, a instabilidade, a imprevisibilidade são características determinantes para o desenvolvimento potencial de formas mais avançadas de organização, afirmou Prigogine (1991). E foi assim que desenvolvemos a concepção de profissionalização a partir da compreensão de movimento, processo e fluxo. No Brasil, o contexto da Sociologia das Profissões é inserido no debate dos modelos analíticos especializados e sofrem influências diretamente ligadas ao espaço que a profissão ocupa na sociedade, sob a justificativa da relevância para compreensão da totalidade dos problemas que estão sob estudo, afirma Bonelli (1996). Na literatura que estudamos as abordagens são feitas sob a perspectiva da formação e consolidação dos grupos e ou categorias profissionais, seus contextos históricos e relacionais face às instituições legitimadoras e usuárias dos serviços dessa outra forma de organização social.

Trazemos a reflexão de Belens e Porto (2009, p. 27) sobre a maneira que “o isolamento na produção de conhecimento em diversas áreas, especialmente na ciência, promoveu uma especialização que retirou a visão totalizante do saber” para questionar como essa forma de concepção fragmentada do conhecimento sobre a realidade pode interferir na compreensão que o sujeito tem de si enquanto resultante de múltiplas e complexas dimensões. Incorporar a dinâmica que envolve a complexidade das mediações ao cotidiano possibilita a ampliação do nível de autonomia para tornar-se. Já que a cultura científica está intrinsecamente relacionada ao universo histórico e cultural na qual ela é produzida, como explicar a volatilidade que compõe, define, descreve um movimento? Diante da crise de confiança na ciência, está posta uma realidade que reclama uma mudança paradigmática (KHÜN, 2001), sem um determinismo estabelecido, ao contrário, aberta às possibilidades de valorizar os elementos sociológicos, culturais e históricos que constituem os indivíduos e as sociedades. Nesse sentido, Brandão destaca sobre a ciência

a mesma hiperespecialização, em seu aprofundamento, que avançou em direção às fronteiras do conhecimento disciplinar até fazê-la tocar as fronteiras de outras especialidades e criar os corredores de comunicação entre ambos, transferir métodos e criar novas disciplinas, novas artes, ciências e tecnologias (BRANDÃO, 2008, P. 56).

Estamos nós entre aprender múltiplas habilidades como “artes marciais, culinária, língua estrangeira, paraquedismo, tricô, espeleologia, tocar um instrumento, fazer pesca submarina” e a desenvolver inúmeras competências entre outros *aprenderes* nos distanciando da profissionalização e ou *tornando-nos* mais, ao criarmos corredores de comunicação entre o que pensamos saber sobre nós e o que somos enquanto formos entre um espaço de tempo, um lugar geográfico e historicamente situados, convenientemente definido como realidade. Beléns e Porto (2009) atribuíram à produção da literatura brasileira um caráter descontinuado, com uma preocupação voltada para temáticas específicas e contextos determinados. Identificamos um hiato entre os momentos marcadamente como históricos na literatura científica, que atribuímos à ausência da população como sujeito; como reconhecemos na bibliografia estudada, as populações e seus movimentos alicerçaram as construções científicas de teóricos como Durkheim, Elias, Freidson, Marx, Weber entre outros. No Brasil, a história do conhecimento que se refere ao período compreendido entre o ano de 1808 e se estende até o século XXI é, em grande parte, descrita como se não houvesse sujeitos ou ainda, como se fossem elementos passivos ou sujeitos ocultos diante dos processos históricos que fundamentam a elaboração científica brasileira. A população e seus *movimentos* são objetos de uma forma de registro desprovida de impessoalidade, “tal característica demonstra ainda a clivagem do sujeito pós-moderno que cruza a experiência com a espera e a investigação de si mesmo na sociedade contemporânea” (BELENS e PORTO, 2009, p. 35).

Acreditamos que o *profissionalizar-se*, implica (para dentro), complica (junto) e explica (para fora) a formação obtida na esfera acadêmica entendida como espaço formativo. Nesse escopo, a profissionalização ocorre indissociada às dimensões pessoais, afetivas, ideológicas e quantas outras existam. Não está desligada do trabalho ou do emprego, todavia, não se limita a eles. Transcende, ultrapassa e permanece ainda que não estejamos vinculados formal ou informalmente ao mercado de trabalho. Não isolamos nossa dimensão do *profissionalizar-se* quando não estamos trabalhando efetivamente ou ainda, não significa que estejamos necessariamente nos *profissionalizando* ao estarmos participando de processos educativos, capacitativos, qualificativos ou formativos. Em nossa interpretação, a profissionalização é um *lugar /estado* que Dubar (2005) descreve como

Ancoram-se na esfera sócio profissional mas não se reduzem a identidades no trabalho. Correspondem a trajetórias sociais diferentes mas não se reduzem a *habitus* de classe. Mobilizam categorias oficiais, posições em espaços escolares e socioprofissionais, mas não se resumem a categorias sociais (2005, p. 323).

Entre os *não se reduzem* e o *não se resumem* do excerto acima identificamos uma lacuna que sob nossa perspectiva de entendimento, a concepção sociológica de identidade profissional poderia traduzir-se pela profissionalização como *tornar-se* ou vir a ser que não se esgota, não se encerra enquanto estivermos vivos. Cunha e Silva (2002, p. 80) destacam que a organização e valor do conhecimento advém “da motivação e dos objetivos de cada indivíduo em um determinado momento. Somente o exercício em situações reais dá sentido e valor ao conhecimento”, dessa forma, ao respeitar a dinâmica da vida, Pierre Lèvy ratifica

Em relação com os outros, mediante iniciação e transmissão, fazemos viver o saber. Competência, conhecimento e saber (que podem dizer respeito aos mesmos objetos) são três modos complementares do negócio cognitivo, e se transformam constantemente uns nos outros. Toda atividade, todo ato de comunicação, toda relação humana implica um aprendizado. Pelas competências e conhecimentos que envolve, um percurso de vida pode alimentar um circuito de troca, alimentar uma sociabilidade de saber (LÉVY, 2015, p. 27).

Gonçalves (2009) destaca sobre formação permanente e desenvolvimento pessoal e profissional dos professores uma dinâmica que “compreende não apenas os conhecimentos e competências que o mesmo constrói na formação, mas também a pessoa que ele é, com todas as suas crenças, idiossincrasias e história de vida, e o contexto em que exerce a atividade docente” (idem: página 24). Dessa forma, o *tornar-se* acontece em movimento constante e dimensões individuais e coletivas, não se restringe, porém ao espaço acadêmico, ao contrário, está presente em todos os espaços, tempos e formas de relacionar-se.

O campo educacional historicamente tem privilegiado em suas práticas, o desenvolvimento da competência técnica, ou seja, o saber fazer submetido à lógica da certeza. Assim, ao condicionar o conhecimento do todo à compreensão primeira das partes que o constituem, o campo formativo negligenciou o aspecto mais importante do fenômeno, isto é, o seu caráter sistêmico, sua capacidade de auto-organização independente do entorno e ainda assim inter-relacionado com ele, “significa basicamente que, a ‘ordem’ de sua estrutura e de suas funções não é imposta pelo entorno, mas estabelecidas pelo próprio sistema” (ASSMANN, 1998, p. 58). A ultrapassagem do senso comum a abertura de um corredor de possibilidades desloca e materializa uma compreensão viciada da relação com o saber para o espaço das práticas que se constroem no âmbito da incerteza, característica presente da

sociedade contemporânea. Assim, nas relações de disputa presentes no campo educacional identificamos o deslocamento em que o saber fazer adquire sentido ao ser corroborado pelo saber ser no conjunto de uma epistemologia que mobiliza a construção do social.

A introdução da tecnologia em todas as relações que permeiam a vida em sociedade, nas suas múltiplas esferas, sinaliza uma mudança paradigmática na relação com o saber, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no começo de seu percurso profissional, será obsoleta no final de sua carreira pela primeira vez na história da humanidade, destaca Lèvy(idem, ibidem). A relação de submissão com a ciência enfrenta desafios impostos pelas novas condições de vida econômica, social e intelectual onde as organizações, entre estas as IES, conferem vantagem aos membros capazes de adotar iniciativas de coordenação ao invés de se submeterem a uma planificação oriunda de seus superiores, ademais

essa mobilização constante das capacidades cognitivas e sociais supõe necessariamente uma forte implicação subjetiva. Doravante, não basta mais identificar-se passivamente com uma categoria, uma profissão, uma comunidade de trabalho; é necessário ainda engajar a singularidade, a própria identidade *pessoal* (grifo do autor) na vida profissional (LÈVY, 2015, p.21)

A difusão desse engajamento subjetivo e social global interseccionado entre lazer, cultura e trabalho, característica dos quadros mais qualificados de certas profissões liberais, dos artistas e dos pesquisadores, estende-se hoje à todas as camadas da sociedade. Mais de um indicador aponta nessa direção; logo, “se a fronteira entre a vida profissional e o desenvolvimento pessoal se apaga, é a morte de certo economicismo. Os imperativos econômicos e a eficácia técnica não podem mais girar em círculo fechado” afirma Lèvy(2015, p.21). Posto que a subjetividade é uma característica intrinsecamente humana, somente a estes pode ser cobrado, com finalidades econômicas, um engajamento de ordem cognitiva em seu sentido político mais amplo e permeado de significações culturais adquiridas ao longo do fazer histórico de suas práticas. Perdem em eficiência a mera eficácia ou o mero econômico, somente uma estruturação com objetivos culturais e éticos ou vivências estéticas admite a subjetivação dos sujeitos dentro das instituições ou empresas públicas e privadas, permitirão atingir seu público final quer sejam clientes ou usuários de serviços e produtos. Dessa feita, as instituições não se restringem apenas à produção de bens e serviços - como determina o enfoque econômico clássico – a nova abordagem cognitiva das organizações reconhece nessas, o acolhimento e construção de subjetividades.

A automatização da indústria e da agricultura não eliminou a necessidade do tratamento e da transmissão da informação. Hoje, a economia gira “em torno do que jamais se automatizará completamente, em torno do irreduzível: a produção do laço social, o “relacional” (LÈVY, 2015, p. 43). Os coletivos tendem a abandonar suas formas de organização rígidas e hierarquizadas movidos pela inexorável transformação das técnicas, dos mercados e do meio econômico, começam a desenvolver iniciativas de cooperação ativa de e entre seus membros e outros coletivos. Porém, nada disso seria possível sem o envolvimento e a mobilização efetiva da subjetividade individual dos sujeitos. Dessa feita, as atividades de bens e serviços que deveriam voltar-se ao enriquecimento humano como imperativo moral, por isso facultativo para fins econômicos clássicos, tende a tornar-se uma obrigação, ou seja, uma prerrogativa para alcançar o sucesso. Posto que “a condição de subjetividade será provavelmente considerada, no próximo século, a principal atividade econômica” afirma Lèvy (2015, p. 21).

A formação se constitui no foco de toda a dinâmica quando se analisa o papel que a gestão desempenha nos processos, em se tratando de gestão estratégica de competências, independente do espaço em que ela ocorre. A finalidade é o motivador que encerra o direcionamento das formações. Diante da perspectiva que o homem constrói e estrutura a sociedade assim como, é também construído e estruturado por essa mesma sociedade, buscamos nos certificar que a riqueza humana consiste mais na condição expressa de sua subjetividade efetivamente vivida do que apenas voltada à finalidade teórica da atividade econômica. A atividade econômica não pode mais prescindir da exigência ética e da economia das qualidades humanas afirma Lèvy (2015) de forma que

Os universos burocráticos e totalitários, assim como, as sociedades gangrenadas pela corrupção e pela máfia, minam as novas condições do sucesso econômico. [...] Com fontes materiais iguais, com necessidades econômicas equivalentes, a vitória cabe aos grupos cujos membros trabalham por prazer, aprendem rápido, mantêm seus compromissos, respeitam-se e reconhecem-se uns aos outros como pessoas, passam e fazem passar em vez de controlar territórios (LÈVY, 2015, p. 44).

Dessa feita, a ausência de fixação a um território, produz para além da exclusão, do rompimento de laços sociais e uma espécie de confusão, no sentido etimológico da palavra, unir, misturar as múltiplas identidades, principalmente àquelas que se alicerçam na pertença ou nas raízes, como as identidades profissionais. É nesse interim que a *profissionalização* exerce o seu potencial de religação consigo, de restauração de laços, de reinserção dos excluídos, de reconstituição de identidades para indivíduos e comunidades desestruturadas.

Esse processo de exclusão não remete o sujeito ao vácuo, ao contrário, lhe insere em um movimento de adentrar ao espaço das possibilidades em uma perspectiva de tornar-se sem a arbitrariedade do negar-se em relação ao passado e sem a obrigatoriedade de afirmar-se em relação ao futuro. Apenas ser-se. Reorganizar-se, reconfigurar-se, ser diferente com um elemento a mais, ser um e ser outro consigo e com o outro. Ultrapassar cada uma das etapas sem deixar de trazer consigo o vivido e experimentar o entusiasmo curioso do que está por vir.

As dinâmicas da sociedade e do mercado exigem desse profissional algo que as máquinas não respondem sem um sujeito que lhes opere com o verdadeiro potencial que só o humano possui: a criatividade, para lidar com situações inusitadas. A principal característica dessa formação consiste na habilidade de articular múltiplos saberes e aplicá-los de maneira eficaz e eficiente de acordo com as situações que se apresentam. Essa competência não pode ser desempenhada pela tecnologia pois, em seus modelos binários, não está programada para lidar com imprevistos, é nesse contexto que o humano tem seu potencial destacado do funcionamento mecânico de uma máquina. Saberes acumulados pelas experiências vivenciadas, aspectos culturais incorporados a esses saberes que são construídos pelos filtros individuais de cada sujeito desafiam a lógica das redes. Os avanços das tecnologias introduzem uma nova lógica no contexto formativo para o exercício profissional. Saberes técnicos e teóricos já não respondem às complexidades que se apresentam na atualidade, a valorização desse novo profissional consiste na capacidade inventiva e busca por novas descobertas.

Simultaneamente observamos o deslocamento da certeza sustentada na razão e na experiência para a aceitação da incerteza como princípio de construção da ciência manifesta pela inconstância e pela vulnerabilidade, enquanto as leis da física quântica apontam, por meio da análise organizacional, a predominância de um modelo presente e futuro de uma relação de comunicação com a natureza, em uma visão de mundo espontâneo e de auto-organização repleta de possibilidades e não mais de certezas, afirma Prigogine (1996). De acordo com Morin (1996), somente a razão aberta está em condições de assimilar a complexidade do real. Pensar o certo e o incerto conjuntamente, o uno e o múltiplo, a *doxa*, a *heterodoxa* e a *ortodoxa* sem excludências. De Masi (2014) destaca uma inversão no processo de liderança em que não mais as organizações introduzem as mudanças na sociedade, ao invés disso, a sociedade – artistas, mulheres, pensionistas, imigrantes, jovens, desempregados e voluntários – “que antecipa os valores, as necessidades e até os instrumentos operativos” que as organizações obstinadamente não compreendem e não adotam. Desautiers afirma que “na

experiência pessoal, irrompe como algo súbito, imprevisível, aleatório, incerto” (DESAUNIERS, 2016, p. 5) com a alteração da noção de tempo e espaço, a ausência de linearidade do tempo que antecipava a sucessão dos acontecimentos e a simultaneidade das ocorrências, somos lançados à convivência com a incerteza em sua maior expressão, o medo da mudança. Hall (2003) aponta o deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas como fonte do abalo nos quadros de referência que possibilitaram aos indivíduos uma espécie de alicerce no mundo social. Todavia, ainda segundo o autor, um novo fenômeno se incorpora às características pós-modernas, uma espécie de hibridismo global surgido do que ele denominou de novas diásporas pós-coloniais onde os indivíduos ao se deslocarem geograficamente não deixam de pertencer à cultura que lhes deu origem e ainda assim, incorporam novas identidades. Isso também ocorre no contexto da profissionalização, ao aprender, ao apreender um novo ofício, não *desligamos* o aprendido e dessa forma, habitamos mais de uma identidade profissional. Nesse contexto de mudanças e movimentos, “instabilidade e imprevisibilidade são fatores centrais no desenvolvimento de novas formas complexas de organização”, afirma Prigogine (1991).

Centenas de vezes assistirmos as sessões de defesas de dissertações, teses e qualificações e ultimamente, mais atentos, observamos nas apresentações que os autores verbalizam da seguinte maneira:

- Meu nome é (dizem o nome), *eu sou* (de acordo com o que professam sua formação).

Este *eu sou* que por diversas vezes presenciamos em situações, não tão edificantes assim:

- Você sabe com quem está falando? E certamente não se refere ao nome ou ainda,

- Você sabe quem eu sou? Também remete à posição de *ser* profissional do indivíduo ou de alguém de seu grau de parentesco ou relações sociais.

É desse lugar, talvez longe para *tornar-se*, mas certamente perto o bastante para afirmar-se e firmar-se que me refiro. Finalmente, dentro do movimento de *profissionalizar-se* o sujeito professa sua identidade como a concebe, apresenta-se pelo nome, todavia ao definir-se, dizer o que é, atesta sua posição de ser no mundo.

3.2 - O Trabalho como extensão do ser (Ontologia)

Se o emprego é cada vez mais importante para os processos identitários, a formação está ligada a ele, de maneira cada vez mais estreita. A formalização acerca da construção das categorias sociais nos campos científico, político, econômico e social, está cada vez mais pactuada sobre as esferas escolar e profissional. É característica incontestável da sociedade pós-industrial a inauguração de um modelo que privilegia uma situação de vida mais instruída, ao deslocar o aproveitamento dos braços para o cérebro, valorizar seu atributo. Essa sociedade “está pronta a reproduzir alguns mecanismos através de inteligência artificial” (DE MASI, 2014, p. 69).

As abordagens teóricas ocidentais sempre privilegiaram a literatura produzida nos países de origem anglo-saxã e na França, todavia existem matrizes teóricas que compreendem a história progressiva da Europa como resultante de uma combinação entre “o uso extensivo do sistema grego de escrita ter sido apropriada e absorvida pelo discurso historiográfico europeu, produzindo uma cobertura aparentemente científica em uma variante do fenômeno comum” (GODDY, 2013, p. 16). Destacamos aqui a utilização da história europeia tradicional como referência dos marcos temporais que introduziram modificações em pensamentos, comportamentos, organização das sociedades, nas relações entre os homens e os modos de produção. Goddy (2013) também ressalta a exacerbação do etnocentrismo europeu pela dominação mundial em diferentes instâncias e assim tem sido naturalizada a difusão do conhecimento produzido na Europa, com base em suas experiências, como principal, melhor ou ainda, verdadeiro. Essa perspectiva se mantém em detrimento de um conhecimento mais aprofundado sobre outras civilizações além de

[...] uma posição dominante no mundo em parte por conta da Renascença e dos avanços na navegação e nos armamentos que lhes permitiram explorar e colonizar novos territórios e desenvolver sua empresa mercantil, em parte pela adoção da imprensa, que ampliou o alcance do conhecimento (GODDY, 2013, p.16)

Para esta tese, o essencial dessa abordagem consiste em preceitos fundamentados teoricamente, comprovados empiricamente e reconhecidos pelos pares. Ressalte-se a assertiva

[...] a história mundial tem sido dominada por categorias como "feudalismo" e "capitalismo" propostas por historiadores que pensam exclusivamente na Europa. Com outras palavras, a periodização "progressiva" tem sido elaborada para uso interno a partir de um pano de fundo que considera apenas a trajetória europeia.

Assim, não há dificuldade em mostrar que o feudalismo é um fenômeno europeu, ainda que eruditos como Coulbourn se ofendam com as comparações e sempre partam e retornem à Europa, única base. A comparação sociológica não deve proceder dessa forma. Como eu já sugeri, deve-se começar por questões como a da propriedade condicional da terra e construir uma grade de características de vários tipos (GODDY, 2013, p. 17).

Esse excerto é necessário em função deste capítulo se destinar à fundamentar **O trabalho como extensão do ser** e a história do mundo do trabalho ser permeada das relações do homem com a natureza, com os modos de produção e com a propriedade privada; logo, consideramos de extrema relevância mencionar que existe uma outra formulação histórica sobre a propriedade. Mas isso, a nosso ver, é objeto para os historiadores ou a ser desenvolvido em outra ocasião.

Retomando a formulação histórica adotada para esta tese, é inexorável explicar que para ela, a sociedade industrial é característica de um período da história humana – entre metade do século XVIII e metade do século XX - muito mais curto do que todas as etapas históricas que a precederam. Os ciclos foram designados pelo trabalho executado na relação com a natureza quer seja na pesca, no pastoreio, no trabalho agrícola e na intensa reforma promovida pelo mercantilismo durante o período compreendido entre os séculos XIII e o final do século XVIII. Somente a partir dos estudos dessas transformações é que podemos entender metáforas, ideias, preconceitos, medos e esperanças que estão dentro de nós.

Na obra *Da Divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 1999^[1930]) já vem configurada a incontestável importância desempenhada pelos agrupamentos profissionais na organização social dos povos, ao longo da história. Por conseguinte, as instâncias do trabalho e do emprego são domínios que “fazem parte das identificações sociais dos próprios indivíduos” (DUBAR, 2005, p. 146). A transformação da estrutura ocupacional, ou seja, a composição das categorias profissionais e do emprego, é uma das expressões mais diretas, em qualquer processo histórico de transição, assim como, as diferenças na evolução do mercado de trabalho podem atuar como indicador fundamental para análise sociológica das sociedades, afirma Castells (2016). A história de uma sociedade também pode ser pensada, concebida, descrita, traduzida e compreendida pelas relações estabelecidas dentro do campo do trabalho.

Assim, o trabalho surge antes como prática, fazer, realizar; todavia, não seria exequível sem uma ideia, fundada na necessidade de satisfação, que o precedesse, dadas as condições, e depois de efetivado, concretizado – tornado matéria para um propósito que o antecedeu, enfim, da relação do homem com a natureza ao transformá-la para atender suas necessidades. Único ser da cadeia alimentar, o homem veio ao mundo desprovido fisicamente,

das condições para a sobrevivência contra as intempéries da natureza. Sem pelos espessos para combater o frio, sem garras para defender-se ou atacar outros predadores, sem brânquia, nadadeiras ou barbatanas para o ambiente aquático, sem aderência para as encostas. Enfim, não fosse pela sua capacidade criadora ele pereceria.

É essa capacidade criadora que nos leva ao *trabalho*. Etimologicamente trabalho deriva da palavra latina *tripallium*, instrumento composto por três varas, que remonta duas designações. A primeira, como instrumento que auxiliava desfilar e assim favorecia a secagem dos cereais. E a segunda, também como utensílio a ser colocado em animais de tração para aragem do solo anteriormente ao plantio. Não por acaso, seu nome foi associado a um instrumento utilizado na tortura, muito comum na idade média. O *tripallium* estava ligado à ideia de esforço, fadiga, cansaço, dor (Figura 5).

Figura 5. Tripallium: instrumento de tortura e trabalho.



Fonte: Blogspot Guerreiros da Psicologia.

Conceituar o trabalho significa antes de tudo, se referir à maneira como o homem se relaciona com o ambiente. Trabalhar quer dizer, produzir instrumentos que auxiliem na sua sobrevivência. Logo, estamos falando de criatividade humana, ao desenvolver materiais e técnicas para estabelecer uma relação mais aprimorada com o meio. Estamos produzindo satisfação ao minimizar as dificuldades presentes nas relações conturbadas com os fenômenos da natureza.

Desde então, o trabalho vem passando por uma série de designações que refletem não só as relações entre homem e natureza como também, as relações entre o homem e o trabalho historicamente construído. Na antiguidade clássica, a relação do homem com o trabalho adquiriu designações *singulares* pois tanto o conceito de homem quanto o de trabalho foi definido a partir das relações entre os homens. A História econômica da Grécia, Egito e Pérsia colocam em evidência a forma mais aviltante de trabalho, a escravidão (DE MASI, 2014).

Entre os gregos e romanos, a valorização do ócio, como exercício da produção criativa, intelectual, filosófica, proporcionou a legitimidade da divisão entre categorias ou classes de pessoas; a separação entre os *animal rationale* - homens livres que pensavam - e *aqueles* que praticavam, operavam, trabalhavam - os *animal laborans* - introduziu valores diferenciados. Cabe ressaltar o potencial das ideias que validavam na prática, as desigualdades entre os homens (ROUSSEAU, 1754), assim assumida por toda a sociedade da época. O arbítrio da ciência, da academia ou do conhecimento conferiu legitimidade à diferença entre os indivíduos. Não por acaso essas civilizações ficaram conhecidas como o berço da filosofia e da política. Em Roma como na Grécia antiga uma exígua minoria sempre viveu materialmente nas costas da maioria – escravos, mulheres e metecos (imigrantes) – a quem cabia todas as atividades de ordem material e de serviços. Cidadãos livres com plenos direitos se dedicavam à política, à filosofia, à ginástica e à poesia. Porém, a vida material das sociedades da época estava condicionada,

embora nenhuma atividade, por mais humilde, fosse inteiramente monopolizada pelos escravos (nas quintas eles trabalhavam ao lado de pequenos proprietários e locatários; nas casas e escritórios da cidade, trabalhavam ao lado das mulheres, artesãos e empregados livres) [...] nem a sua civilização mesma, naquilo que tem de mais refinado, poderiam ser concebidas sem a contribuição desse trabalho forçado” (DE MASI, 2014, p.83).

E foi assim que, enquanto no Império a escravidão cumpria a maior parte do trabalho, nas cidades e na outra parte do território evoluíram outras formas de trabalho cada vez mais autônomas. O solo foi cultivado em organizações territoriais e jurídicas outras, em benfeitorias organizadas, propriedades cuidadas por rendeiros, colonos ou assalariados. Há controvérsias entre os historiadores quanto aos contextos que estabeleceram o surgimento e expansão dessa mistura de mão de obra. Porém, uma lei de 393 d.C. do Código Justiniano (*apud* De Masi, 2014, p.85) estabelecia “que esses trabalhadores ligados à terra por hereditariedade, ainda que pareçam homens de categoria social livre, serão entretanto considerados escravos da terra em que nasceram”.

A escravidão passou por uma série de mudanças durante a história imperial. Oscilou entre uma drástica redução numérica facilitada pelo trabalho servil e assalariado e a retomada compulsiva com a captura dos prisioneiros das grandes guerras que antecederam a Idade Média. Fatores desiguais concorreram para a redução da escravidão. Podemos destacar a relação entre oferta e procura de escravos, a introdução da mecanização nos serviços, o custo de manutenção da mão de obra escrava em relação a outro tipo de trabalhador, o foreiro – nascido na propriedade - que trabalha na terra mediante pagamento ao proprietário.

Coube também à Idade Média – período marcado pela centralidade na religião e combate ao misticismo – a invenção de uma série de artefatos que possibilitaram a substituição de mão-de-obra em uma onda de inovações tecnológicas associada aos elevados custos de manutenção e vigilância dos escravos. Essa situação contribuiu para que os proprietários de escravos preferissem libertá-los e transformá-los em servos de gleba, quando eram obrigados a sustentar-se. A invenção do relógio, da pólvora, dos modernos arreios de cavalo, da vela moderna para as embarcações, do moinho d'água e a difusão da bússola são elementos que vão transformar determinado grupo de escravos nos servos de gleba – libertos para trabalhar mediante pagamento de impostos à igreja e aos senhores feudais e presos às terras graças aos impostos.

Nas áreas mais afastadas dos centros de poder e do comércio, as relações entre homem e trabalho foram caracterizadas pelo sistema da servidão, em que o servo assim como sua família, trocava sua força de trabalho pela proteção do senhor feudal, ao habitar dentro de suas muralhas. Homens e mulheres estavam à disposição das necessidades dos senhores feudais e suas comitivas não somente na produção agrícola, mas também nos trabalhos domésticos e a serviço da guarda que visava a manutenção da proteção das propriedades dos territórios; eram os clãs familiares.

Duas estruturas sociais se destacam nesse período: o senhorialismo e os camponeses, organizados em aldeias pagam tributo e prestam vassalagem – sistema de produção em terras alheias – a um nobre de estamento inferior, que por sua vez, está ligado ao senhor feudal por laços de sangue, parentesco, lealdade ou ainda para somar forças contra possíveis ataques de outros clãs. É o feudalismo, caracterizado como estrutura política composta por nobres de classe inferior que prestam serviços militares em troca de propriedades sobre as quais podem cobrar impostos. Ressalte-se que as relações entre o homem e o trabalho, permanecem configuradas como troca de mão de obra por proteção. A ideologia que legitima o sistema está

fundada no medo, na religião e na necessidade de submeter-se a alguém que lhes garanta a sobrevivência.

Destacamos nesse parágrafo o surgimento das corporações por volta do século XI na França. O renascimento das cidades após as cruzadas, as grandes transformações tecnológicas, a ampliação da produção agrícola e agrária, o aumento da expectativa de vida vão provocar uma explosão demográfica nos feudos. Esse excedente populacional se desloca para as áreas fronteiriças das glebas ou antigas cidades romanas e ali desenvolve uma nova forma de sobrevivência.

O ofício emerge da transformação da natureza pelo trabalho do homem para atender suas necessidades. Na prática constante o homem desenvolve a habilidade e se torna mestre – pelo domínio da técnica - do ofício que executa. Assim, pelo reconhecimento de suas aptidões, seus serviços são requisitados e obtém pagamento. Esse ofício é transmitido aos aprendizes mediante segredo de profissão – de professor - e somente a esses e seus mestres compete exercer o ofício. Fecha-se o círculo em torno da função; primeiro de forma consuetudinária e posteriormente “de maneira plenamente instituídas no século XV” (DUBAR, 2011, p.164).

Por volta do século XIII, todas as razões que conspiravam a favor do fim da escravidão começam a se ajustar: a dificuldade no abastecimento de escravos, o aumento do seu preço, o alto custo de manutenção com cereais e outros mantimentos. Além do que, aos olhos de Deus se configurava uma boa ação libertá-los. Os servos da gleba poderiam ser utilizados em seus lugares e com os avanços tecnológicos logo poderiam ser substituídos com a mecanização dos serviços. De Masi (2014) confirma, a escravidão entrara em declínio irreversível na Europa e as desigualdades sociais, de fato ou por nascimento, assumiriam uma matiz mais humana.

Com o renascimento das cidades, surge a necessidade coletiva de pessoas que trabalhassem nas construções e em outros ofícios para atender o bem comum. Até porque, as populações se concentravam em centros de vida social e essa nova ordem carecia de condições estruturais que atendessem as demandas dessa nova sociedade como: igrejas, teatros, lojas, palácios, entre outros. A execução dos serviços só era possível mediante a contratação de trabalhadores pertencentes às corporações de ofício. Os lugares onde viviam, possuíam suas oficinas, ensinavam seu ofício e vendiam seus produtos eram os burgos e seus

moradores, os burgueses. Ao adquirir expressivo poder econômico, formariam a burguesia no século XIX.

Os burgueses, usurários e ou ainda, donos das riquezas, tornam-se objeto de preocupações e práticas dos líderes religiosos da Igreja Católica. A confissão se torna obrigatória a todos os cristãos e o “confessor deve substituir o castigo dos erros pela purificação das pessoas” (COSTA, 2011, p. 2279). Ao que De Masi (2014, p. 93) atribui a característica de “um quadro complexo que inclui novas tecnologias, novas jurisprudências, novas cartografias, novas sociologias. Sobretudo, novas concepções de tempo e espaço” ou ainda, a mais sofisticada elaboração sobre a vida depois da morte que a mente humana concebeu. Até então, aos mortos em todas as religiões do Ocidente era reservado um único lugar ou destinos opostos: auspicioso para os bons e sinistro para os maus. O certo é que após a morte, o caminho era definitivo. O que foi feito, feito foi. Esse período foi marcado pela acumulação de riqueza nas mãos dos burgueses associado à disseminação da ideia de parcimônia, comedimento e entrega ao trabalho como sinônimos de virtude. Essas ideias colocam sob ameaça as antigas convicções cristãs.

Entre os séculos XIII e XVI, membros da Igreja Católica promovem a criação do purgatório – uma espécie de antessala do inferno – e o comércio de indulgências, uma espécie de atalho entre o céu e a terra, que Costa (2011 *apud* Le Goff 1995) definiu como a esperança do usurário escapar do inferno e ainda fazer avançar a economia e a sociedade em direção ao capitalismo. O mercantilismo promoveu trocas das mais diversas ordens entre costumes, linguagens, valores, culturas e conhecimentos. Todavia, o acúmulo de riquezas, a intervenção do Estado e o colonialismo começam a promover significativas alterações no mundo do trabalho. Data dessa época a supremacia dos comerciantes sobre os artesãos, o que foi a maior alteração do período. As grandes expedições colonizadoras então em plena atividade e um grande descontentamento com a igreja começam a reunir adeptos. Estava em curso a Reforma Protestante.

A glorificação do trabalho por Calvino (1509-1564), enquanto edificação do ser humano, objeto de reconhecimento social e autoestima em particular agora são possíveis a todos, independentemente da classe social. A virtude é socializada pela dedicação ao trabalho. Como preceito da Reforma Protestante, a abstenção aos prazeres, conforto, gastos, e ostentação entre outros, vai trazer para fora dos monastérios um fenômeno de comportamento social coletivo, pautado na autodisciplina e controle. A Igreja Católica perde seu lugar como

normativa da sociedade, por hora. Mantenhamos em foco que as elaborações teóricas orientam o pensamento e as ações das elites políticas intelectuais, bem como, sua visão de mundo se estende a sociedade como um todo.

O renascimento inaugura a modernidade influenciada pelos iluministas, pela crise de autoridade da Igreja e pelo surgimento de uma nova classe econômica e religiosa. As alterações nos modos de produção vão se estabelecer em novas e diferentes formas de conceber e organizar o trabalho. A Idade Média padecia a reputação da mediocridade e obscurantismo atribuída e alimentada pelos renascentistas - movimento cultural, intelectual e artístico surgido na Itália, entre os séculos XIV e XVII. A Escola dos Annales – movimento historiográfico surgido na França durante a primeira metade do século XX, tomou para si a responsabilidade de revisar o medievo ao questionar a história tradicional e apresentar “à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia” (BURKE, 1991, p. 98). Sem limitar-se às guerras e à política, essa nova concepção da história se preocupava com a necessidade de ir buscar junto às outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem, descrita por Peter Burke (1991) na obra *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*.

É nesse contexto que De Masi (2014) chama atenção para uma sucessão de libertações que têm seu início com a alforria dos escravos, que é o prenúncio da liberação da fadiga, séculos mais tarde, com a industrialização. Atualmente, a emancipação do trabalho acontece sob forma patológica com o desemprego e fisiológica pela redução das jornadas. O flagrante desequilíbrio no mercado de trabalho pode ser caracterizado pela expressiva oferta de mão-de-obra para quase todas as ocupações, formação necessária para o exercício das atividades, motivação como premissa ao emprego, opção entre custo de mão de obra e investimento em tecnologia correspondente. Parece familiar? Esse cenário vai tornar possível uma variação nas relações entre o homem e o trabalho. Com a ascensão da burguesia, adentra um novo elemento decorrente daquela acumulação primária possível por meio dos bancos, dos empréstimos a juros e a capitalização de riquezas. Esse recurso financiará as empresas familiares da industrialização preliminar e as grandes oficinas da imediata sociedade industrial. Está configurada a implantação do capitalismo como sistema produtivo onde se aglutinam capital, trabalho e Estado em relações tensivas de autofagismo em que o trabalho é o “prato” principal.

Essas relações não se modificaram muito na contemporaneidade. No Brasil, as relações de trabalho, ou ainda entre homem e natureza, foram marcadas de forma mais intensa por aquelas que ocorreram na Europa, com destaques singulares. A sociedade brasileira deriva de relações explicitamente abusivas e de sadismo dos senhores do patriarcalismo sobre seus escravos, suas próprias mulheres brancas, mulheres negras, índias e seus próprios filhos. Aqui não havia justiça superior a ele, nenhum limite à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos, enquanto na metrópole essas questões eram resolvidas em última instância, sob a justiça da Igreja. Na colônia, sem poder policial independente e sem o poder moral que era prerrogativa da Igreja “o senhor de terras e escravos era um superindivíduo [...] o super-homem do passado, o bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação a seus impulsos primitivos” (SOUZA, 2017, p. 52).

A composição familiar foi o elemento principal da estrutura social no Brasil, em completa oposição às relações entre os senhores feudais, os escravos ou vassalos na Europa, nos outros países sul-americanos ou nos Estados Unidos. Por se constituir como colônia de Portugal, o Brasil passou um longo período sem investimentos de ordem estrutural. Essa realidade só começa a sofrer alterações com a chegada da família real em 1808.

3.3 - Profissão: a institucionalização do saber

As transformações no mundo do trabalho são matérias recorrentes da literatura que busca compreender as mudanças da e na sociedade ao tomar o mundo do trabalho como parâmetro das transformações sociais. Os intelectuais se dedicaram e se debruçam sobre essa temática até hoje e, assim como a formação da sociedade, o estudo sobre a esfera profissional, também tem passado por matrizes teóricas bastante heterogêneas (FREIDSON (2001), BONELLI (1996), BARBOSA (2015), BELENS & PORTO (2009), DUBAR (2005), SCHWARTZMAN (2009), ELIAS (1985), DURKHEIM (1999), ANGELIN (2010), ANTUNES (2003), DE MASI (2014), CORADINI (1977), CASTELLS (2016), entre outros.

Uma delas está na Sociologia, no campo científico que estuda o surgimento, a trajetória e as variáveis no mundo das profissões que desde então, têm se constituído em objeto de interesse dessa área. Etimologicamente derivada do latim *profiteri* que traduz

atestar publicamente; composta por *pro*, ou seja, diante dos outros e acrescida de *fateri* que é assumir, declarar, reconhecer – na época, a opção religiosa que professa. O substantivo profissão foi um decorrente de uso que assim como o verbo professar foi se instalando na linguagem cotidiana de maneira consuetudinária para situações em que, reconhecer publicamente, se tornou sinônimo de ser adepto de uma religião ou de um sistema. O termo foi se tornando adequado ao associar a prática de um ofício à dinâmica do fazer profissional, quer seja de uma habilidade, de uma competência, de uma arte ou de qualquer outra denominação.

Foi nessa trajetória que se deu a construção conceitual da profissão e exigiu uma elaboração que considerasse as contradições presentes nas relações entre as teorias formuladas e o campo da estruturação das identidades coletivas e individuais. Dessa forma, o estabelecimento de um número expressivo de instituições e a própria organização da sociedade colocaram as profissões em um lugar de destaque na história das civilizações.

Assim, publicações sobre o tema profissionalização, ficaram concentradas na produção sociológica anglo-americana durante décadas e, atualmente, a sociologia francesa tem expandido o número de publicações (LÉVY (1993, 1994, 1997, 2002, 2003); CHAPOULIE (1997; 1998); BOURDIEU (2004, 2008); COSTER E PICHAULT (1998); GADREY (1991), entre outros. É eloquente também da literatura francesa, a preocupação com os conflitos do mundo do trabalho em detrimento das questões ligadas às profissões, o que provoca um tensionamento entre “sociologia das profissões” – ligada às atividades liberais com maior influência nos países de língua inglesa, e “sociologia do trabalho” – essa, com ênfase no movimento sindical predominante na França. O impacto do modelo das profissões liberais não foi tão acentuado na França como ocorreu nos Estados Unidos mas, ainda assim, foi nela a considerável ocorrência de um movimento operário político sindical muito mais emancipado.

A organização sindical, o mundo do trabalho e a classe operária, são temáticas que adquirem relevância incontestável e Petrarca (2015, p. 152) destaca que “as formas como as atividades profissionais se organizaram tiveram implicações profundas na produção teórica das Ciências Sociais, influenciando problematizações, formulações de conceitos e modelos de análise”. Como ressalta Howard Becker (2007), as elaborações teóricas e conceituais são historicamente produzidas, geograficamente situadas e estão diretamente relacionadas às situações empíricas das quais emergem. Convém destacar que a afirmação de Becker (2007)

admite duas inferências acerca do contexto histórico e da localização geográfica: historicamente, as profissões surgiram em circunstâncias diferenciadas na Europa; onde o Estado era mais centralizador as profissões tinham sua vinculação aos serviços prestados às organizações governamentais. O célere crescimento econômico não promoveu os padrões de comportamento moral que regulassem as relações sociais, assim, a sociedade francesa entra em crise. Estudiosos como Le Play (1855), Tönnie (1887), Nisbet (1953), Marx (1890), Elias (1939), Lukács (1968), Engels (1875), Weber (1893) e notadamente Durkheim (1999), escolhe a integração social como objeto de investigação, por conceber os grupos profissionais como a essência da organização integrada das sociedades modernas.

Por sua vez, na Alemanha, Max Weber (1968) considerava que o processo de profissionalização era essencial para a modernização, mostrando desde lá, a necessidade da passagem “de uma socialização principalmente comunitária à uma socialização fundamentalmente societária”. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, Diniz (2010) descreve uma economia de mercado, um Estado descentralizado e impassível com forte predisposição ao livre funcionamento do mercado e uma reduzida burocracia estatal; esse cenário favoreceu a criação de movimentos de proteção das ocupações, estimulou a organização das bases para a prestação de seus serviços e a geração de suas instituições de credenciamento. Embora, como destaca Aron “as diferenças quantitativas, são sintomas de diferenças qualitativas” (ARON, 1965, p. 13).

Ao analisar a heurística da questão na atualidade, Barbosa (1993) afirma que o projeto de profissionalização passa por dois eixos fundantes da Sociologia das Profissões: a delimitação e posicionamento dos grupos profissionais, e a coesão e unicidade interna das profissões. Dessa conexão, deriva a compreensão dos grupamentos sociais e a natureza da interferência na ordenação da sociedade. A autora também salienta uma dimensão mais ampla de implementação de princípios específicos de organização e divisão do mundo social. E acrescenta que, a existência do espaço social designado ao campo da profissão consiste no peso para a direção de tendências estruturantes da sociedade, tais como: definição de possibilidades de poder, posição de mercado ou distinção social para grupos e indivíduos. Dessa forma, profissão como grupo social remete a “um traço essencial de uma sociedade civilizada” (Spencer, 1896), “a especialização do **saber** (grifo do autor), e em seguida, à formação intelectual e ideal de serviço” (Dubar, 1995, p. 174), ou ainda, “especialização criteriosa, teoricamente fundamentada” (Freidson, 1994, trad. MARTINS FILHO, 1995, p. 02); que tem o campo teórico vasto, contraditório e em efervescência. Ainda assim, parece

consenso na literatura estudada que o *trabalho* (grifo nosso) é o cerne e, isto posto, deve-se considerar as mudanças introduzidas pela tecnologia em que “conhecer conta até mais do que fazer” (De Masi, 2014). E nessa era da informação, tais mudanças sinalizam uma alteração substancial na dinâmica social, econômica e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Desses percursos provêm matrizes teóricas antagônicas, múltiplas e por vezes complementares. Autores como Le Play (1855), Tönnie (1887), atribuem a importância das atividades profissionais como elementos da própria formação das sociedades e dos indivíduos assentada em um princípio de amizade, ordem espiritual e intelectual fundada no trabalho comum, e dessa forma, dar sentido ao seu entorno. Enquanto Marx (1890) e Engels (1875) definem o lugar ocupado pela atividade exercida como indicador da posição nas relações sociais da produção, das classes sociais, em que o motor da história é a luta. Para Durkheim (1930) as associações profissionais seriam providas de autoridade legal e legítima da integração e regulação social. Weber (1896) as concebeu como um processo necessário à modernização, quando há a passagem do status que é herdado para formação de um status social que depende das tarefas realizadas e dos critérios racionais de competência. A “oposição entre a transmissão hereditária dos status e dos ofícios e a livre escolha individual das formações e das profissões é uma das justificações mais clássicas da diferença entre “ofício” e “profissão” afirma Dubar (2005, p. 169), todavia, apesar do registro não é esse o nosso percurso teórico. Nos amparamos na formulação de Bourdieu (2004) segundo a qual todas as realizações humanas encerram um itinerário de surgimento, desenvolvimento, aceitação ou recusa e essa história tem sido ao longo do tempo, objeto de opiniões opostas. De um lado, os que defendem a leitura dos textos como única via para alcançar a compreensão do assunto em questão, e de outro, aqueles que submetem o texto à situação em que foi produzido relacionando-o com diversas circunstâncias que lhe podem alterar a interpretação.

As contradições que emanam do campo concreto das práticas profissionais também refletem a maneira como a ciência produz seus enunciados, e por conseguinte, colocam à disposição dos homens conhecimentos que dominam as técnicas através da previsão, tanto na esfera das coisas exteriores como no campo das atividades dos homens. E, ainda mais, produzem métodos de pensamento e/ou uma disciplina, além de contribuir para a clareza, isso implica em atribuição de valor, afirmou Weber (1968) em *Ciência e Política: duas vocações*.

Tais questionamentos levaram Augusto Comte, filósofo francês do século XIX a sentenciar à época, que a maior inovação baseava-se no depauperamento das ideologias, da

religião e dos valores, vinculada à decadência da sociedade aristocrática. O grande problema, portanto, era como elaborar valores novos e uma nova ordem social. As discordâncias ante a uma nova transformação de época a partir da metade do século XX desencadearam investigações preventivas e hipóteses interpretativas. Assim, de acordo com De Masi (2014, p. 170) “foram os filósofos que monopolizaram a discussão; hoje, são os sociólogos e os economistas. Num e noutro caso, a ciência e a tecnologia ditaram o ritmo”. Seguindo o fluxo, Pierre Bourdieu em *Os usos sociais da ciência* (2004) ao pensar os conflitos na ciência elabora a noção de universo intermediário, onde destaca e define a ideia de campo como

[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura, ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Mas, data do *Iluminismo* o modo de produção da verdade pela ciência ocidental moderna, superior inclusive, a religião. O que a religião prometia apenas para o reino dos céus é prometido pela ciência: libertar a humanidade do sofrimento, da miséria, da dor, da fome, das doenças e, até mesmo da morte – a criogenia. A ciência ocidental moderna está em um patamar semelhante àquele ocupado pela religião durante o iluminismo, sobretudo, em suas ligações viscerais nas modernas relações de poder; principalmente com o poder econômico. Em uma sociedade capitalista, onde tudo é passível de mercantilização, isto é bastante significativo.

Contemporaneamente, estamos diante de um cenário onde a ciência se tornou refém do mercado de uma maneira jamais presenciada. Concebida como um meio para emancipação humana durante o iluminismo, hoje se constitui em força produtiva de capital. Quanto a isso, Porto-Gonçalves (2004) enfatiza que o financiamento de pesquisas em todas as áreas do conhecimento por grandes corporações, produziu uma sensível alteração nas publicações científicas desde a década de 80; balizadas pela legislação de patentes, sob a chancela de interesses estratégicos, comerciais ou ainda consideradas como confidenciais. Isso porque, as pesquisas não são publicadas; é o temor a concorrência quer por empresas, quer por pesquisadores; a lógica do mercado se alastra no campo científico.

Sob a lógica do privado, característica do mundo empresarial, a ciência estende seus domínios a um dos pilares do conhecimento, que é o seu caráter de construção coletiva e livre. É imperativo lembrar que publicar é tornar público. É assim, testifica Porto-Gonçalves (2004, p. 48) que, “a ciência deixa de ser patrimônio comum da humanidade e tende a perder seu

caráter potencialmente livre e democrático”. Afinal, destaca Souza (2017, p. 25), “é necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses”, e legitimar cientificamente a dominação de fato.

Nesse viés, o deslocamento semântico do sentido do trabalho para profissão, emprego, função, serviço, subemprego, informalidade, grupos profissionais, coletivos de trabalho entre outros e, ultimamente empreendedorismo; promove um descolamento cognitivo entre o homem e o seu conhecer, o seu fazer, o seu ser. E mais que isso, não o liga a lugar nenhum. A ciência ocidental moderna fundamentada no método analítico opera na separação natureza e cultura e entre sujeito e objeto com o princípio da causalidade quase sempre linear. Dessa forma, o homem vê-se obrigado a reconhecer o princípio da incerteza ou como descreve Castells (2016, p. 271) “as tentativas de definir serviços por algumas características intrínsecas, como a sua “intangibilidade” em oposição à “materialidade” de produtos ficaram definitivamente sem sentido com a evolução da economia”. Ao analisar a temática Petrarca destaca que

[...] podemos identificar o uso da expressão “grupos profissionais” no lugar de profissão. Consagrado na sociologia anglo-americana, o termo “profissão” indica o monopólio de exercício e controle das competências, atribuindo aos profissionais um alto nível de expertise e autonomia, capazes de formar uma espécie de “elite profissional” dotada de prestígio social e remuneração econômica. Em contrapartida, defendendo o caráter polissêmico do termo, um conjunto de autores, influenciado pela tradição interacionista têm preferido se referir a “grupos profissionais” como uma estratégia de ampliação dos campos de estudo, uma vez que a expressão permite incluir desde aquelas atividades tradicionais que controlam o exercício profissional e têm prestígio – como Medicina e Direito – como aquelas que têm um baixo controle, ou controle algum, sobre critérios de entrada e que não dispõem de reconhecimento social, como a prostituição”. (PETRARCA, 2015, p. 153)

A relevância contemporânea da questão profissional pode ser constatada pelo conjunto de publicações de dossiês, livros e artigos que pretendem a apresentação de pesquisas recentes sobre distintos universos profissionais para além de incontáveis monografias, dissertações e teses em academias nacionais e internacionais de acordo com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e indexadores internacionais de publicações científicas como Scielo - Scientific Electronic Library Online, Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – CLASE, C.I.R.C. - Clasificación Integrada de Revistas Científicas e o Qualis Capes entre outros.

As profissões são resultantes de forças sociais singulares que se movimentam de dentro para fora, de fora para dentro e entre si. Atuam de forma intrínseca nos processos de profissionalização e nas relações que estabelecem com as múltiplas instâncias que envolvem a vida em sociedade. Por conseguinte, se as profissões começam a protagonizar as regras em relação ao mercado e se a educação escolar é base de socialização e hierarquização nas sociedades contemporâneas, os certificados acadêmicos tornaram-se importante instrumento de distinção dos grupos profissionais.

O lugar que ocupa o diploma na formação de um saber específico é um dos primeiros problemas com que nos deparamos quando tomamos os grupos profissionais por estudo, especialmente as atividades mais vigorosamente institucionalizadas. Bastante tratado pela literatura, este tema ocupou uma posição destacada quando da análise dos critérios substanciais para ingresso numa profissão e para ser aceito nas atividades profissionais.

Everett Hughes (1958) afirma que há duas operações que presidem a seleção dos profissionais: o diploma ou a licença – que os separa de outros profissionais e o mandato – que lhes atribui uma missão. O diploma assumiu assim, “uma forma importante de habilitação para o exercício de uma atividade, constituindo-se em uma licença essencial para entrada em certos grupos profissionais” (Petrarca, 2015, p. 154). Em 1933, Carr-Saunders e Wilson em um estudo intitulado *The Professions* estabeleceram um marco nessa abordagem. Seu conteúdo designava os grupos profissionais que poderiam ser considerados como profissões. Os autores deram especial ênfase à magnitude assumida

[...] pela posse de uma técnica intelectual, adquirida por meio do treinamento especial, para o trabalho profissional. Isso significa que uma profissão surge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada em um conhecimento especializado (PETRARCA, 2015, p. 154).

Todavia, ainda cabe o questionamento sobre o que determina a existência de uma profissão. A convivência em distintos espaços de trabalho por indivíduos oriundos de classes diferentes cria condições de conflito que, para mediação, recorrem a instâncias políticas, onde estão configuradas também as representações de interesses e classes sociais distintas. A luta pela manutenção e domínio dos cargos eletivos transfere do espaço de trabalho para o espaço político a arena onde ocorrem a legitimação e legalização dos espaços de trabalho/profissão.

No prefácio da segunda edição *Da Divisão do Trabalho Social* (1930 - 1990) os organizadores chamam atenção para o que definiram como “o estado de anomia jurídica e

moral em que se encontra atualmente a vida econômica”. Em uma França marcada pelo rápido desenvolvimento econômico; são objetos de estudos os conflitos de ordem política, econômica, social e profissional entre classes. E Durkheim (idem, ibidem) atesta que o Estado e a sociedade política não têm condições para regulamentar moral ou juridicamente as normas que respondam às necessidades sociais. Para o autor, somente profissionais em colaboração têm legitimidade para responder de forma coletiva e organizada, via corporação ou grupo profissional.

Nessa trajetória, os conflitos de classe produziram a necessidade de regulamentação em torno das profissões com estabelecimento de regras, de divisão de mercado e atribuições de competências. É nesse contexto que as universidades se inserem como órgãos legítimos que vão assegurar o que Merton (1957) denominou como burocratização das carreiras e que têm como instrumento primordial o diploma “que abre de uma só vez, o acesso ao conjunto de uma carreira profissional no final de um currículo preestabelecido” (DUBAR, 2005, p.194). Com isso, as profissões precisam se localizar no sistema cultural. A competência técnica deve ser atrelada ao uso social responsável. A importância desse conhecimento leva à institucionalização das profissões via formação universitária criando assim dois tipos profissionais: o acadêmico (competência singular) e o prático (múltiplas práticas).

No entanto, há o cumprimento de etapas para configuração do modelo de burocratização que também encontra apoio em Hughes (1958). Inicialmente aplicado à formação médica, estende-se à advocacia e posteriormente é ampliado à matriz formativa de outros grupos profissionais. À vista disso, um grupo de práticos em sua disputa com outros empregos semelhantes tem interesse em se vincular a uma instituição para ser reconhecido ou confirmado como “profissão”. Logo, as instituições educacionais são as mais eficazes para a função de instaurar uma formação profissional específica que será aberta a profissionais; institucionaliza-se como formação curricular e se estende aos jovens na perspectiva de formação profissional. A escola se integra à Universidade o que viabiliza a multiplicação das exigências e estabelece hierarquias de formação até o estágio final, obtenção do diploma. Padronizada e hierarquizada a formação se torna a medida do desenvolvimento das carreiras, e dessa forma “cada nível de formação é associado a um degrau de carreira” (DUBAR, 2005, p. 194).

Cabe destacar que durante esse processo também ocorrem situações de apropriação dos saberes e das práticas por grupos profissionais que legitimados pela academia e pelo

Estado, sob o argumento de institucionalização das profissões, de formação acadêmica profissional e de proporcionar legitimidade e legalidade aos ofícios se utiliza de expedientes pouco convencionais em nome da posse de uma técnica intelectual, adquirida por meio do treinamento especial para o trabalho profissional, ou seja, o conhecimento especializado para garantir a reserva de mercado e competência reconhecida, foi assim que

na história oficial da obstetrícia a gravidez e o parto são assuntos que só ganharam relevância com a entrada do médico num domínio que até então tinha sido exclusivo das mulheres. Nessa versão, a entrada dos médicos na cena do parto mostra os cirurgiões como indivíduos dotados de espírito investigador que desafiaram o monopólio das parteiras e conquistaram um novo campo profissional (MARTINS, 2005, p. 651).

Situações como a descrita acima não são exclusividade do campo da medicina. Afinal, a produção do conhecimento científico distribuído em áreas específicas se dá a partir da apropriação e monopolização dos saberes. Mas isso é temática para outro estudo.

O controle sobre o recrutamento dos membros, o estabelecimento de organizações universitárias e a afirmação de um conjunto de deveres, ou seja, a adoção de uma deontologia profissional e a importância das credenciais sociais – o diploma, ganha destaque para garantia da reserva de mercado – são temáticas que sobressaem entre os estudiosos sobre profissões. Bem como, a influência exercida pelos títulos escolares na diferenciação entre os grupos profissionais e os demais grupos sociais possibilitou que o funcionalismo norte-americano adquirisse projeção, se instituísse como uma área de saber da Sociologia das Profissões com aspirações universais. A força do credencialismo está assentada no papel do diploma, na estrutura da hierarquização profissional e na tradição corporativista que domina a organização e o exercício de profissões, mediante o estabelecimento de privilégios legais e restrições de acesso.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX, muitas ocupações recém-formadas aspiravam ao reconhecimento e a titulação de profissão. A obtenção do título estava ligada à ideia de notoriedade social que era conferida aos profissionais liberais convencionais, notadamente médicos e advogados. Ascender a esse lugar seguro e privilegiado no mercado era prerrogativa de poucos. As ocupações que pretendessem alcançá-lo precisariam do apoio do Estado, para então serem reconhecidas como profissionais, sob essa condição pátria, além de um maior reconhecimento social, estava assegurada, pelo Estado, uma reserva no mercado de trabalho contra a competição (FREIDSON, 1998).

É nesse contexto que a Sociologia das Profissões, notadamente a norte-americana, se consagra enquanto campo - o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem – legítimo. Ao serem solicitados pelo governo Hoover, durante a crise de 1929, para dar respostas aos distúrbios de ordem social - violência, evasão escolar, criminalidade entre outros, os sociólogos tomaram sob sua responsabilidade a análise da problemática social e postularam o monopólio de autoridade profissional fundada em um saber acadêmico, descreve Rodrigues (2002). Com isso, estudo dos problemas sociais embasados em conhecimento científico do social coloca em campos opostos pesquisadores sem formação acadêmica e profissionais com formação universitária. Dessa disputa a formação universitária se consolidou como conhecimento científico do social produzindo definições diferenciadas da intervenção social de um lado e antinomia epistemológica entre racionalismo e empirismo, de outro. Nessa perspectiva, a intervenção social poderia ser feita mediante o conhecimento teórico adquirido na academia ou ainda pela observação empírica dos problemas sociais.

Foi assim que, a predominância dos sociólogos que prestavam serviços ao Estado em agências governamentais em lugar de destaque na divisão do trabalho assumindo coordenação e sistematização dos resultados das pesquisas, lhes permitiu se apresentar como comunidade científica, pelo conhecimento especializado, capaz de oferecer um serviço. Ou seja, um grupo de profissionais que alicerçados em um conhecimento teórico e princípios científicos fornecia um tipo de consultoria ou assessoramento técnico aos governos. É nessa configuração que se desenvolve toda uma literatura sobre as profissões, a importância do título universitário na divisão do trabalho social e na distinção em relação às outras ocupações.

Ao pensar essa discussão na atualidade, a portuguesa Maria de Lourdes Rodrigues (2002) traz uma perspectiva sobre o estudo da Sociologia das Profissões em que destaca quatro concepções teóricas e seus representantes mais destacados: o funcionalismo com Carr-Saunders (1886 – 1966), Talcott Parsons (1902 - 1979) e Robert Merton (1910 - 2003); a Escola de Chicago com William Thomas (1863 - 1947), Ezra Park (1864 – 1944) e Florian Znaniecki (1882 – 1958); o interacionismo com Wright Mills (1916 – 1962), Everett Hughes (1897 – 1983) e Alvin Gouldner (1920 – 1980), e o neo-weberianismo com Eliot Freidson (1923 – 2005), Magali Sarfatti Larson (1977 - ****) e Allan Johnson (1946 - 2017).

A corrente funcionalista fundamenta-se basicamente nas características das profissões; foi também a primeira a elaborar uma teorização sobre a temática e enfatizar de maneira

sistemática à vida profissional. Carr-Sunders e Wilson (1933) foram os primeiros sociólogos americanos a estabelecer o que separa as profissões das ocupações. Para os autores, as ocupações se tornam profissões pela especialização dos serviços, pela criação de associações profissionais e pela formação específica de nível universitário. Parsons (1968) caracteriza a profissão como serviço competitivo em relação ao mercado e pertinente à clientela; dotado de autoridade profissional pela competência específica e conhecimento necessário para execução da atividade e imparcialidade no exercício das funções. Já Barbosa (1999) destaca o ponto de estrangulamento dessa teoria, ela afirma que

[...] o “ideal de serviço” ou o universalismo atribuído a esses grupos não funcionava exatamente assim na vida real: profissionais envolvem-se em disputas econômicas e — isto é uma crítica fundamental — atendem sua clientela de forma diferenciada segundo sua origem social. (BARBOSA, 1999, p. 187).

As críticas às teorias funcionalistas decorrem da separação da perspectiva histórica e da ausência de um recorte cultural. Ao generalizar a experiência norte-americana no contexto das profissões, os sociólogos discorrem como se em todos os países os contextos fossem os mesmos, em uma perspectiva claramente etnocêntrica. Do ponto de vista dessas críticas Everett Hughes é o principal teórico do interacionismo simbólico. Nesse ponto, para Dubar (2005, p. 186), o grande mérito de Hughes (1992) consiste em “vincular estreitamente o universo do trabalho aos mecanismos da socialização”. Para o interacionista não existe a distinção entre ocupação e profissão, “o mundo vivido do trabalho” não poderia reduzir-se a uma mera transação econômica. A profissão se desenvolve na organização dos indivíduos e na interação daqueles que desempenham o mesmo trabalho, na procura pela autonomia e pela busca de proteção de sua prática profissional no mercado.

Nos anos 70 e 80 novos pensamentos no campo da Sociologia das Profissões destacam o papel dos mecanismos econômicos tendo como base a teoria marxista, a questão do poder e as estratégias profissionais; expressões como proletarização, desprofissionalização, fechamento e monopólio da profissão são incluídas nas discussões teóricas. Assim, de acordo com Schmitz (2014), Eliot Freidson (1988) e Magali Sarfatti Larson (1977) representantes da corrente neoweberiana, “desconstroem os estudos funcionalistas e avançam nas abordagens e na revisão do pensamento weberiano” (SCHMITZ, 2014, p. 10). Freidson (1988) transita entre o interacionismo com o estudo dos impactos da comunicação das crianças e atualiza o pensamento de Weber sobre as profissões adentrando assim na corrente neoweberiana.

O grande feito da corrente neoweberiana, do pensamento ligado ao interacionismo simbólico e a etnometodologia está na elaboração de uma crítica consistente ao estrutural-funcionalismo preponderante na Sociologia americana; na explicação de Larson (1977) “as profissões podem ser consideradas como uma das formas contemporâneas de organização da desigualdade social”, enunciado que provocou uma significativa transformação neste campo assegura BARBOSA (1999, p. 186).

Se aderimos até aqui aos pressupostos já citados de buscar compreender as mudanças da e na sociedade ao tomar o mundo do trabalho como parâmetro das transformações sociais, respeitando a ontogênese conceitual da profissão, que exige uma elaboração que considere as contradições presentes nas relações entre as teorias formuladas e o campo da estruturação das identidades coletivas e individuais e que o surgimento e estabelecimento de um número expressivo de instituições e a própria organização da sociedade colocam as profissões em um lugar de destaque na história das civilizações; só podemos avançar neste estudo se resgataremos para o contexto brasileiro uma explicação que seja predominante e que esclareça a totalidade da realidade social. Isto é,

[...] ela tem que esclarecer as três questões principais tanto para os indivíduos quanto para as sociedades: de onde viemos, quem somos e para onde vamos. A teoria que responde a essas três questões de forma convincente, é aquela que se candidata à interpretação dominante, definindo a forma como toda uma sociedade se vê (SOUZA, 2017, p. 36).

Historicamente produzida? Geograficamente situada? Ou diretamente relacionadas às situações empíricas das quais emergem? Essas são algumas das questões que abordaremos doravante sobre a institucionalização do saber no Brasil. As afirmações de Becker (2007) no texto acima encontram na estruturação da sociedade brasileira um caminho à investigação, mais que uma assertiva. Diferentemente da Europa ou dos países anglo-saxões onde as profissões se constituíram como o alicerce que possibilitou o estudo sobre a forma de estruturação das sociedades; no Brasil, o resgate histórico da Sociologia das Profissões remete à vinda da corte portuguesa no ano de 1808.

3.4 - Gênese e História da profissionalização no Brasil: breves apontamentos

O Brasil moderno é marcado pela chegada da Família Real, ao constituir-se como o centro do Império Português e com a abertura do comércio à Europa, se estabelecem as duas

instituições mais importantes das sociedades modernas: o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado que introduzem uma nova lógica social segundo Souza (2017, p. 57) “tem muito a ver com a que vivemos ainda hoje”. Ainda de acordo com o autor, a ascendência da cultura citadina no Brasil está diretamente ligada a decadência do patriarcalismo rural brasileiro e sua passagem à condição de urbano com a aquisição de propriedades nos conglomerados populacionais para onde deslocam suas famílias e seus objetos de interesses comerciais e políticos. Todavia, de acordo com Freyre (apud Souza, 2017) em *Sobrados e mucambos*:

O sobrado, casa do senhor rural na cidade, é uma espécie de prolongamento material da sua personalidade. Sua relação com a rua, essa espécie arquetípica e primitiva de espaço público, é de desprezo. A rua é o lixo da casa, representa o perigo, o escuro, é simplesmente a não casa, uma ausência [...] o seu visceral não reconhecimento da alteridade, permanece (SOUZA, 2017, p. 60).

Uma nova hierarquia social foi estabelecida o que provocou em larga escala uma profunda transformação social com a incorporação de novos hábitos, novas profissões, novos papéis sociais associados à mudança da dinâmica econômica do Nordeste para o Sudeste. As mudanças políticas, fundamentadas na nova organização, são determinadas pelo Estado; e as transformações econômicas proporcionadas pela introdução da máquina e a instalação de um mercado capitalista-comercial se deram associadas a alterações de pensamentos e comportamentos morais significativos. Os valores que determinaram a hierarquia social transitam entre valores europeus burgueses e valores antieuropeus do interior, revelando uma contradição valorativa que persiste até hoje no país. Foram ganhando corpo com a constituição de um Estado embrionário com a presença da família real, valores europeus como a proteção legal dos indivíduos e um acanhado reconhecimento ao direito das mulheres e dos filhos.

Simultâneo a esse arranjo de composição social e a ausência de uma tradição histórica acerca das organizações que nos remetessem a um padrão de controle efetivo do poder público pela sociedade, dificultaram um melhor entendimento a respeito de que tipo de relações deveríamos procurar estabelecer entre a sociedade estruturada e o sistema político. O exame mais criterioso da criação/formação da sociedade, do Estado brasileiro, do processo político e do processo econômico, só pode se dar a partir de suas origens como colônia portuguesa. Aqui, este processo inclui uma administração patrimonial - burocrática organizada e voltada especificamente

[...] à exploração mercantilista dos recursos econômicos do país; à organização da atividade econômica na forma de concessões, privilégios e monopólios que terminavam por concentrar o poder político e econômico em uma série de oligarquias locais que repartiam entre si o controle do território nacional (SCHWARTZMAN, 1979, p. 1).

A alternância entre prosperidade e decadência econômica comum aos ciclos econômicos condenava populações inteiras, via privação de suas principais fontes de renda, principalmente no Nordeste e Minas Gerais e dessa feita, essas regiões eram desprezadas pelos centros políticos e econômicos do país. A colonização predatória e aventureira, posto que as condições estruturais acompanham os ciclos, praticamente inviabilizava a formação de um conjunto familiar estável à maior parte da população. Em um cenário de dominação escravista se estabeleceram as condições para um estado de total anomia de ordem econômica e social, favorecido pela conivência da Igreja Católica em sua competição pela alma dos africanos e pelo trabalho indígena; acrescido da dificuldade imposta pela dimensão territorial.

À vista disso, o retardamento do escravismo no mundo ocidental - o Brasil foi o último país a suprimir a mão-de-obra escrava - inviabilizou o desenvolvimento de formas alternativas de organização social do trabalho e da produção; a “marginalidade social” se tornou a característica central da sociedade brasileira (SCHWARTZMAN, 1979, p. 2), dado que,

“as instituições fundamentais para qualquer um de nós, nos amoldam e nos constroem em certo sentido, seja pelo direcionamento explícito, seja pelo incentivo para a criação de disposições que irão construir o comportamento prático” (SOUZA, 2017, p. 39).

É esse contexto que dá conta da singularidade da formação social, econômica e cultural brasileira. No fim das contas, no Brasil que temos hoje, são as relações sociais e as instituições concretas que produzem essa gênese de maneira modificada pelas circunstâncias. A extensão da autoridade patriarcal à esfera pública, com incentivo da coroa portuguesa para garantir o controle da colônia e o abastecimento da metrópole inauguram, primeiro “uma dialética profundamente brasileira de privatização do público pelos poderosos”, pelos proprietários de terras e posteriormente, pelos proprietários urbanos (SOUZA, 2017, p. 54).

A análise das condições da emergência de agrupamentos não pode ser caracterizada como uma trajetória progressiva e simplificada, percorrida por essas unidades até uma etapa cada vez mais próxima da excelência, argumenta Phélippeau (2010). Ao contrário, exige uma

investigação pormenorizada das adversidades e dos impasses a que foram submetidas às pessoas envolvidas de forma cativa nessa esfera. Seguindo este percurso, o fio de Ariadne teórico nos convida ao rompimento com a superficialidade institucional. E no dédalo desses conjuntos, trazer à tona das aparências e do convívio, o que está subentendido; para elucidar como e porque nascem essas formações e explicar o movimento e as transformações que provocam nos espaços temporais (SANTOS, SANTOS e MEDEIROS, 2017).

Partimos da ideia de que o mundo do trabalho e as relações que nele se estabelecem são a gênese para compreender as mudanças da e na sociedade, assim como as transformações que daí decorrem. Posto isto, é pertinente abrir um parêntese para mencionar a problemática do trabalho escravo e com a abolição, a ausência desse. A essa questão, observamos uma lacuna dentro das referências estudadas, mesmo quando o contexto histórico da formação dos grupamentos era o foco. O que foi na Europa o embrião da organização das sociedades; no Brasil, foi assunto invisibilizado historicamente. Uma análise acurada dos impactos decorrentes dessa transição na sociedade brasileira dará lugar a uma profícua elaboração teórica para o campo da Sociologia das Profissões no Brasil e seus desdobramentos trarão à luz elementos significativos para maior clareza de fenômenos recorrentes, tais como golpes, impedimentos, manifestações, miséria, concentração de renda entre outros. Diante da mudança paradigmática do uso da mão de obra no Brasil e da formação de um verdadeiro exército que foi alijado à exclusão de todas as ordens, julgamos legítima a observação. Todavia o aprofundamento na temática exige um estudo acurado sob a perspectiva racial e não é esse o nosso objeto.

No Brasil, as concessões de sesmarias pela coroa portuguesa se traduzem na concentração de propriedade ou posse da terra nas mãos de poucos e a consequente exclusão da grande massa populacional que não possuía acesso a esse arranjo burocrático. A sociedade se alicerça no trabalho escravo, que constitui a “semente da acumulação capitalista. A sociedade senhorial não se perpetua nem sufoca as atividades privadas, pois o excedente econômico é extraído pela coroa” (AGUIAR, 2000, p. 319). Assim, a transição que marca o mundo contemporâneo está associada às constantes crises em todas as esferas - política, econômica, social, ambiental entre outras - e as mudanças que acontecem nos ordenamentos da família, da escola e da igreja exercem um papel determinante na reconfiguração dos valores e das regras e, consequentemente, da educação (BASTOS, 2008).

Estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento - História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia dentre outras - revelam que em toda sociedade humana existe, a princípio, a presença de procedimentos instrutivos e posteriormente a presença de processos educativos. Os indivíduos ao nascerem dentro de um grupo têm seu desenvolvimento vinculado aos sistemas de conhecimentos/saberes que predominam nesse grupamento e assim, vão se consolidando as habilidades, os comportamentos e os valores que determinarão sua maneira de compreender o mundo, Dubar (2005) denomina como racionalização ou modernização a combinação múltipla de processos complexos e abertos entre as duas **formas** (grifo do autor) opostas de socialização: societária e comunitária e

sobre uma articulação não funcional entre as três esferas constituídas pela lógica das atividades de trabalho (“econômica”), pela lógica das representações simbólicas (“culturais”) e pela lógica das estruturas de organização e de poder (“política”). (DUBAR, 2005, p. 114)

Ao discutir a relação entre formação acadêmica, produção científica e inserção no mercado de trabalho brasileiro e internacional Bonelli (1999) identifica as profissões enquanto comunidades que refletem a ordem social ao enfatizar o papel da academia no processo de manutenção e reprodução de saberes e práticas sociais entre outros. Ele ressalta ainda, o prestígio agregado às instituições de formação - que Bourdieu (1998) denomina capital social - em detrimento do saber e competência na hora de inserção no mercado profissional. Os profissionais formados em reconhecidas escolas de elite têm ascendência sobre aqueles que se formam em instituições de menor notoriedade.

É nesse contexto que se estrutura a sociedade brasileira, interligada à organização política instaurada pelo Estado com a chegada da Família Real. Assim como na Europa e nos Estados Unidos, os estudos sociológicos voltados à temática profissional têm seu início com as carreiras da medicina e do direito; no Brasil, a engenharia também adquire notoriedade diante da urgência imposta pelos movimentos de industrialização.

Destaque-se a ausência de instituições formadoras de ensino superior até o ano de 1808 quando foram criadas as Escolas de Medicina e Cirurgia da Bahia e do Rio Janeiro. Por recomendação do conde de Linhares, D. João decidiu criar “cursos regulares de ciências exatas e de observação, não só para oficiais do Exército como também para engenheiros, geógrafos e topógrafos” (VARGAS, 2001, p. 32) e dessa forma, a Academia de Artilharia e Fortificações já existente no Rio de Janeiro, foi transformada em Academia Real Militar e

posteriormente, foi transferida para o Largo de São Francisco, mesmo local aonde viria a sediar-se a antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Pretendemos aqui, contextualizar os processos de institucionalização do saber atrelados à gênese histórica das profissões, a partir das relações entre o fortalecimento do Estado, os aspectos políticos e socioeconômicos situados. É desse cenário que, no Brasil as publicações que versam sobre as profissões, em sua expressiva maioria, estão ancoradas nas elaborações teóricas do campo da Sociologia das Profissões produzidas na Europa e nos Estados Unidos por estudiosos como Durkheim (1930), Weber (1968), Habermas (1967), Hughes (1958), Parsons (1968), Freidson (1970) entre outros; ou seja, da mesma maneira que ali encontraram suas matrizes empíricas de emergência, conjunturas, circunstâncias ou contingências historicamente produzidas, seus contextos geograficamente situados e sua população enquanto sujeito protagonista dos movimentos, das relações estruturantes daquela sociedade. No Brasil também, o ordenamento societário está sedimentado nas relações econômicas, políticas e culturais que lhe deram origem.

A primeira profissão a ser legitimada no Brasil foi a magistratura, antes mesmo da chegada da Família Real, fazia-se necessário garantir o domínio da Coroa Portuguesa sobre o território além de assegurar o fornecimento dos produtos de interesse comercial extraídos na colônia. Dessa forma, a autoridade legítima, outorgada pelo rei de Portugal, era exercida pelo magistrado, a quem era assegurado além da posse e propriedades de terras, uma porcentagem sobre o que era enviado à metrópole.

Os princípios das normas jurídicas brasileiras foram os regimentos dos Governadores Gerais, dos Ouvidores Gerais e dos Provedores, criando uma estrutura de administração na colônia. Sob dominação espanhola, foram limitados os privilégios da nobreza, porém aqui no Brasil, essas limitações não ocorreram. A aplicação do direito português no Brasil era inviável, não harmonizava com a realidade local. As primeiras tentativas de instalação da justiça no Brasil foram frustradas. As contendas locais careciam de julgadores e estes eram buscados em Portugal, os magistrados não queriam se transferir para a Bahia e só o fez mediante expressiva compensação material (SANTOS e SOUZA, 2017, p. 16).

Em estudo sobre a magistratura na Suprema Corte da Bahia entre o período 1609 – 1751, Schwartz (2011) reconhece nos juízes um perfil profissional distinto dos outros grupos dominantes e caracteriza “as relações dos desembargadores com a Coroa à mera condição de cooptação”, posto que as instituições oficiais do Brasil e o modelo de governo tiveram sua origem no formato português e foram determinantes na formação da sociedade e da mentalidade do Brasil colonial. A organização do Estado se deu de forma articulada com a

legitimidade das profissões uma vez que, para manter a centralização da monarquia era necessária a aliança com os magistrados reais que “representavam a Coroa e mereciam confiança devido aos controles burocráticos e ao desejo profissional de atingir objetivos carreiristas” (SCHWARTZ, 2011, p. 35).

De modo análogo, o ofício da medicina no Brasil tem sua estruturação vinculada a características peculiares embasadas nas referências europeias, pois, era lá que se aprendia a profissão. E vieram para o Brasil os elementos ideológicos, filosóficos e tecnológicos que constituem a formação do médico. A composição das elites profissionais obedeceu ao modelo europeu em que relações de parentesco, poder político e econômico determinaram a ocupação dos espaços profissionais em instituições oficiais. Também movida pela necessidade e pela reciprocidade da coroa portuguesa em garantir a arrecadação por meio da nomeação dos profissionais do direito, que no Brasil à equivalência dos europeus, têm nos títulos de propriedade o capital simbólico personificado e a garantia das outras formas de capital (CORADINI, 1977). Temos assim, a clássica definição de clientelismo em forma de aliança recíproca e hierarquizada. A adaptação dessas relações foi de forma tal, que a permuta torna-se base constitutiva do grupo, oficialmente admitidas e até solenemente proclamadas. A abrangência do capital social não admite a distinção sociológica das relações de reciprocidade; para Bourdieu “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis” (BOURDIEU, 1985, p. 249) ao que Portes complementa “as redes sociais não são um dado natural, tendo de ser construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios” (PORTES, 2000, p. 135).

Na América Latina, esse conceito se alarga para comportar o agenciamento do poder do Estado e seu monopólio por uma elite civil hostil à sua lógica centralizadora. Para Ávila Filho (2008) este é um diagnóstico do clientelismo, ou seja, descreve uma relação de permuta política, sempre desigual onde verticalmente o demandante ou cliente, aspira benefícios dos recursos da autoridade política controlada ou sob influência deste outro, geralmente patrimônio do Estado sob a tutela de poderes públicos e em termos não regulados pela ordem jurídica.

Um dos efeitos da importação de filosofias e modelos, é que esses não se ajustam aos locais em que são aplicados por razões de ordem política estrutural que reúnem racionalidades contraditórias acentuadas pelo clientelismo. A troca econômica não é mais possível, no

sentido macro, sem um mínimo de garantia fornecido pela troca política. A característica fundamental a toda organização é a produção de hierarquias e assimetrias de poder, presentes no seio da troca política. As outras formas de troca serão autorizadas por uma hierarquia de poder legitimada por leis, consensos, costumes (D'ÁVILA, 2000).

E isso pode ser verificado pelo “recrutamento”, cooptação e seleção da elite profissional no Brasil. A partir dessas informações podemos inferir que, numa sociedade onde profissão não é critério hierárquico, uma elite profissional que se apoia no título escolar e ainda mais, traz da Europa um conjunto de filosofias e tecnologias médicas e políticas dos modelos institucionais decorrentes dos processos históricos vivenciados e assim definidos seus usos sociais, instala-se o questionamento: quais os efeitos dessa ‘importação’ e que sentido lhe será atribuído aqui no Brasil? Essa elite profissional brasileira se notabilizou não pela sua prática profissional ou título escolar, já que os processos de legitimação e hierarquização eram decorrentes mais da origem, posição social e relações com as esferas de poder.

Em consequência disso, a forma de organização do ofício está associada de maneira singular às relações de reciprocidade em instituições oficiais quando em sociedades onde não existe um campo escolar que impõe uma delimitação de espaços e áreas de atuação e, no Brasil, assim se dá a formação das elites profissionais. Ou seja, existe um modelo de aliança entre famílias extremamente aberto, que pode se alterar a depender de diversos fatores: econômicos, políticos, afetivos e a base familiar entre outros, que já é em sua estrutura, a base familiar. No caso da família brasileira, cunhado, sogro são considerados parentes o que permite maior ampliação das redes de relações para configuração política e profissional. Compreender e identificar os elementos dessas relações que começam no casamento, primos, cunhados, amigos e amigos de amigos. Coradini sugere o uso do termo clã para facilitar o entendimento dessa composição que não é apenas familiar, mas que denominou como características de sociedades periféricas, ou seja, “importadora das ideologias, filosofias e tecnologias médicas dos países centrais” (CORADINI, 1997, p. 426). Nessa base, as relações são estabelecidas e controladas a partir dos interesses dos envolvidos nos próprios grupos profissionais submetidos à dominação familiar. Na França, onde foi possível estabelecer aliança, assim foi feito com base na celebração da autoridade familiar, via nobreza.

É interessante destacar o lugar que ocupa a família brasileira entre esses interesses. No Brasil as instituições foram se formando a partir dos vínculos familiares, grupos sociais compostos por duas pessoas: matrimônios, relações de parentesco e amizades íntimas, assim

como a indicação dos parentes e afins para composição dos órgãos gestores e que legislavam sobre as profissões. É imprescindível compreender como essas relações se mobilizam, mesmo fazendo uso do modelo recorrente. Segundo Maria Izaura de Queiroz (1976), é preciso que se estude que tipo de racionalidade se aplica à sociedade brasileira. O sistema de dominação brasileiro é peculiar, faz-se necessária a expansão das redes. No Brasil, estudiosos sobre profissões Coradini (1997), Schwartz (1973), Adorno (1988), Miceli (1981), Vargas (2010), Bonelli (1996), Barbosa (2003) entre outros, identificaram os médicos e os advogados como a elite entre os grupos profissionais do país. Em situações distintas, quando da construção do Estado no século XIX e mais recentemente durante o processo de industrialização do país, os engenheiros também ocuparam lugar de destaque no campo das profissões. O processo de ascensão à condição de elite profissional apresenta aspectos paradoxais, pois, a competência profissional e as habilidades do ofício eram colocadas de lado diante da ‘notabilidade’ e do ‘valor individual’ que entra em contradição com o reconhecido “recrutamento” sob o critério das relações sociais com base na reciprocidade. Assim, o valor social da elite estava configurado fora da profissão.

É imperativo destacar que independente do sistema político vigente no Brasil, ‘o princípio básico que fornece os critérios de recrutamento da elite sempre foi o das relações sociais com base na reciprocidade, com toda a sua variedade de formas’, os títulos figuravam de maneira ilustrativa para respaldar a posição social, já que a profissão não era critério de hierarquia social. Do mesmo modo, o capital social que garante essa notoriedade está assentado no clientelismo, militância político-partidária e patrimonialismo entendido como

[...] a substantivação de um termo de origem adjetiva: patrimonial, que qualifica e define um tipo específico de *dominação*. Sendo a dominação um tipo específico de poder, representado por uma vontade do dominador que faz com que os dominados ajam em grau socialmente relevante, como se eles próprios fossem portadores de tal vontade, o que importa, para Weber, mais que a obediência real, é o sentido e o grau de sua aceitação como norma válida – tanto pelos dominadores, que afirmam e acreditam ter autoridade para o mando, quanto pelos dominados, que crêem nessa autoridade e interiorizam seu dever de obediência. (CAMPANTE, 2003; p. 155)

Desse modo, a ‘notabilidade’ também fica a critério daqueles que a avaliam ou a patrocinam, logo, a meritocracia proveniente de habilidade, *expertise*, competência não é necessariamente o fundamento da avaliação. Retornamos aos mesmos grupos, compostos pelas mesmas famílias e clãs e mantém-se o círculo de amizades, interesses e relações, como sempre, embasadas na reciprocidade. E é desse estreito laço que surgirão as novas lideranças políticas, nomeação de cargos públicos, nomeações, casamentos e outros arranjos políticos,

econômicos, sociais e familiares. Os filhos desses novos arranjos seguem os caminhos de seus pais e ingressam majoritariamente também nas mesmas carreiras, notadamente de medicina e de direito, ali garantem a permanente reprodução dos interesses de classe e origem social. Contudo, a educação passa por momentos de transformação com a expansão do ensino médio e abertura de outros cursos, a acessibilidade aos cursos secundários e investimentos por parte dos pais, possibilita que alunos de outras ‘castas’ sociais também ingressam nas faculdades de medicina, oriundos de outras classes que não as políticas; são agora os filhos de funcionários públicos, comerciários, proprietários de pequenas empresas, militares, entre outros. Acontece também a entrada do público feminino às universidades, embora de forma muito tímida.

A mudança na composição da base desses novos formados em medicina vai provocar sensíveis transformações no mundo da medicina. As participações do Estado por meio das políticas governamentais do exercício profissional vão resultar em um gargalo no campo da saúde, de um lado aqueles que defendem que a medicina seja um exercício liberal particular, e de outro, aqueles que defendem que ela se constitua como uma iniciativa pública do Estado. Está configurado o pomo da discórdia ao se constatar que o acesso ou a mistura de classes que tiveram acesso ao ensino médico resulte em visões de mundo diferenciadas e consequentemente, a pauta de interesses diversos já não contempla a hegemonia da classe social que amparou. Outro ponto da disputa é a restrição ao ensino médico quando fica evidente que o amplo acesso pode trazer resultados antagônicos. Outra característica desse novo profissional é o comportamento diferenciado. O tom do discurso emitido nas publicações dos órgãos de classe passa do elitismo subserviente conservador às posições reivindicadoras, surgimento de greves, baixos salários, empobrecimento do médico, disputas entre organizações médicas, enfim, o médico atingiu a condição de trabalhador mortal comum e foi desmistificado.

A expansão do ensino é atribuída a causa e, como consequência, a popularização da medicina. A oferta excessiva aviltou o salário e com a perda do poder, o aumento da concorrência. Hoje, essa condição se estende para outros campos profissionais, haja vista, uma ruptura interna possivelmente causada pelas diversas origens sociais, o aumento no número de IES, a crescente oferta de vagas, a expressiva variedade de cursos e às condições de acesso com a adoção de políticas públicas afirmativas de inclusão social. Para além dos modelos idealizados e concretizados, existe uma situação real que coloca em evidência o valor formal e o valor real dos títulos em relação às práticas profissionais, e principalmente, se o processo de desprofissionalização ou fragmentação profissional, caracterizado pelas novas

demandas do mercado, está associado à forma de ingresso no mercado. Diversificam-se as origens sociais, se diferenciam as expectativas quanto ao seu valor enquanto posição social e ganho econômico e simbólico.

Enquanto isso, os primeiros estabelecimentos de ensino superior de humanidades no Brasil foram inaugurados em 1827 com a academia de Direito de Recife e de São Paulo, já no período da independência. É emblemática a instalação nas dependências de antigos conventos e demonstra claramente o desnível na relação de importância presente entre as áreas de humanidades e as academias militares e as de medicina. As academias jurídicas foram organizadas seguindo modelo das faculdades e das leis de Coimbra enquanto nas academias militares e de medicina predominava o ideal iluminista baseado nas ciências exatas modernas.

O direito aplicado no Brasil traz em suas raízes a derivação do canônico aplicado em Portugal, com a vinda dos portugueses e a instalação dos governos gerais, os direitos da coroa portuguesa deveriam prevalecer nas colônias, assim o direito se institui enquanto autoridade, mas com base nas leis aplicadas na metrópole. A visão europeia define o Brasil como um território habitado por um povo de cultura bastante atrasada, assim as Ordenações do Reino dividiam as leis em ‘de caráter geral’ para o império e as ‘leis especiais’, que eram promulgadas especificamente para o local, ou seja, o Brasil.

Os conflitos locais que precisavam de julgadores e a necessidade de abastecimento da metrópole foram fatores que determinaram a vinda dos magistrados para o Brasil. Contra sua vontade, somente mediante substancial contrapartida material e pressão da metrópole atravessaram o Atlântico. Tornou-se impraticável aplicar o direito português no Brasil, as normas jurídicas eram fundadas nos regimentos dos governadores gerais, dos ouvidores e dos provedores da coroa portuguesa. Não tinha nada que se adequasse à realidade local.

Já aqui no Brasil, começaram a desenvolver atividades de comércio paralelamente àquelas da magistratura e julgavam as causas em que tinham interesses. Na colônia eles representavam a posição social, o poder individual e autoridade do tribunal. Mas só isso não explica o impacto de sua atuação para a sociedade brasileira. O impacto da burocracia portuguesa sobre o Brasil colonial confunde-se com os interesses de Portugal, da colônia e dos próprios magistrados enquanto indivíduos e como grupo. Cada um deles procurando se sobrepor aos demais. Nessas circunstâncias, aproxima-se com a formação da elite médica, na defesa dos interesses de classe acima do bem comum.

É nessa circunstância histórica que começa a apontar no âmbito das relações sociais e institucionais, a balbúrdia e a corrupção. As instituições políticas e jurídicas são assaltadas quando nem bem estavam formadas. O que na formação das elites médicas se convencionou chamar de relações de reciprocidade, no caso do direito se configura como cordialidade e é atribuída também à deformação cultural proveniente da formação europeia. Assim, temos mais um ponto em comum com as origens da formação das duas elites em pauta: o espírito personalista dos dominantes e a aceitação dos dominados. Assemelha-se à condição do clientelismo praticado na medicina, com a improbidade das instituições, tendo em vista a chamada “ética de fundo emotivo” brasileiro que pode ser associada ao capital social, no caso do capital pessoal.

Era impossível separar os magistrados da sociedade, apesar de usarem seu cargo em benefício próprio. Foram encontrados registros que indicam a prática de suborno e subversão da justiça, mas as ordens de Portugal designavam a sua permanência em locais afastados a fim de evitar o contato com as pessoas que tivessem alguma questão a ser julgada, o que não impedia a predileção de uma das partes na ocasião do julgamento.

Ironicamente, para não dizer tragicamente, a história se repete e essa mesma predileção é o que continua ameaçando a credibilidade da justiça brasileira. Isso porque, vemos repetirem-se as mesmas práticas que deram origem às elites profissionais. Agora com novas categorias: *impeachment*, *delação premiada*, *foro privilegiado*, entre outros. E nos estudos sobre a natureza das profissões, Eliot Freidson (1970) é enfático ao afirmar como critério fundante e de veracidade que a diferença entre uma profissão e as outras ocupações consiste na sua autonomia, que sem ser absoluta, tem sua existência condicionada à tolerância e proteção do Estado. E acrescenta que, a prerrogativa de liberdade considerável do controle de terceiros, por profissões, depende de três princípios básicos: 1º. Que exista um grau tão incomum de habilidade e conhecimento envolvidos no trabalho profissional que os não profissionais não estão equipados para avaliá-lo. 2º Que os profissionais são responsáveis e podem ser confiáveis para trabalhar sem supervisão e 3º Que a profissão pode ser invocada para lidar com os membros que se comportam de forma incompetente ou não eticamente. Assim, se uma profissão tem o direito de ter o controle final sobre o conteúdo de seu trabalho, a profissão médica tem influência pesada sobre determinar o que é doença e na criação da doença como um estado social.

Analogamente, Schwartz (1973) discute a corporação dos juízes e sua homogeneidade ideológica como comunidade profissional que na análise de Leeds (1965) são “panelinhas” sistemáticas de recrutamento para posições privilegiadas e refletem a estrutura social estratificada. Em uma perspectiva de mudança, é interessante salientar o recorrente movimento dentro dos estudos das profissões, sintonizado à busca pelo refinamento da relação entre teoria e prática nas ciências sociais ao vincular conceitos amplos e abstratos com instituições humanas empíricas; a atração exacerbada pela teoria nos tem lançado ao risco do idealismo filosófico ou como destaca Freidson (1995), “a tomar a retórica pela análise”.

O constante avanço nas ocupações de formação acadêmica adquire posições de privilégio na esfera pública e na esfera privada. Nesse sentido, a importância do espaço profissional tem se voltado a ocupar sua posição como uma das mais significativas para constituição de agentes que efetivamente moldem o espaço social, em sua socialização e perspectiva de ação, providos de conhecimentos por meio dos quais estejam aptos a criar e aplicar empiricamente aos assuntos humanos o seu discurso, sua disciplina ou campo particular sobre os quais têm jurisdição. O âmbito profissional adquire centralidade para configuração das regras de funcionamento do mundo social e vão além, se constituem a base fundamental para configuração das regras de funcionamento do mundo social. Considerando os contextos sociais, políticos, econômicos e históricos em que determinadas profissões (direito, medicina, engenharia) se destacaram, cabe a investigação sobre as profissões que terão destaque em contextos atuais.

4 ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

Essa parte da Tese é dedicada à análise das informações coletadas durante o desenvolvimento da pesquisa. É importante, enunciar posicionamentos que se destacaram tão logo foram sendo sistematizadas as relações entre processos-produetos-contextos-objetos nesse estudo. Diante dos enigmas que se impõem pela ausência de um projeto político de governo e das atitudes emanadas em direção ao desmonte institucional dos organismos ambientais a análise do fenômeno da profissionalização em Ciências Ambientais no Brasil está articulada aos processos e contextos tensivos que a envolvem. Se de um lado temos a sociedade a reclamar a execução de políticas voltadas à preservação e o uso sustentável dos recursos, do outro lado se faz predominante a morosidade institucional, permeada pela luta entre interesses antagônicos do mercado que avançam na pauta política do legislativo nacional.

4.1-Ciências Ambientais no Brasil: contextos de profissionalização

Não podemos analisar o fenômeno da profissionalização de maneira isolada aos processos e contextos em que ela se dá. Com o avanço das tecnologias e da globalização, as barreiras do tempo e do espaço foram rompidas e atingimos a simultaneidade, o presentemente, ora. A velocidade nos meios de transporte, nas comunicações, os avanços científicos, a oferta de produtos das mais diversas ordens e a migração paulatina da área de produtos para a área de serviços, constitui uma das dimensões de análise no contexto das profissões. Dentro desse escopo, a expressiva oferta de cursos de formação na área ambiental está relacionada às demandas hierarquizadas e que seguem a ordem mundial. Por isso mesmo, com a introdução da tecnologia no campo das pesquisas de forma globalizada, dá-se a otimização da eficiência nas organizações. Gerenciadas por um segmento restrito empenhado em tornar as necessidades individuais e coletivas extensivas a todo o planeta em consonância à oferta de produtos que pretendem atender; novas escalas de gosto, sentidos e consumo, são

produzidas, a partir da propaganda massiva que cria, explora e agrega valor aos produtos e serviços para atender as demandas do mercado, que tem por finalidade o lucro e o mercado consumidor, previamente investigado em profundidade e sob critérios de ciência e investigação sistemática da área de marketing publicitário.

O crescente aumento dos cursos “ambientais” é um efeito característico das transformações ocorridas entre os arranjos políticos, a planificação entre as relações econômicas e sociais e a organização no mundo do trabalho, que ocorrem de forma globalizada. As fronteiras geográficas como às conhecemos no período da industrialização, não mais existem. O processo de produção dos bens e serviços está totalmente fragmentado até chegar ao produto-final. O bem passa por uma série de países, tecnologias, trabalhadores e instituições que colaboram na sua composição. Igualmente, a concepção dos produtos e serviços, também passa por profundas transformações que envolvem aspectos de dimensões múltiplas e que seguem a uma diversidade de lógicas e hierarquias. Porto-Gonçalves (2004, p.68) define esse movimento como “uma complexa logística de matéria e energia que materializa no espaço-tempo as relações sociais de poder entre os diferentes segmentos da sociedade, em suas diferentes escalas: do lugar à região, ao Estado-Nação à escala internacional e/ou mundial”.

O processo produtivo não mais se alinha às necessidades ou aos problemas, tal qual os conhecemos na sociedade industrial. O enfrentamento da realidade posta via descobertas, exploração da natureza e produção de manufaturas já não obedece à mesma lógica, da precedência dos problemas à busca por soluções. De Masi (2014) destaca as inúmeras possibilidades de respostas municiadas pela ciência, para perguntas que não conseguimos elaborar. Os artefatos estão cada vez mais complexos e desempenham funções que ultrapassam as exigências. Enfatiza como raiz do distúrbio, a inversão causada pela ciência, por meio da intensa transfiguração do método científico, ou seja, “a passagem da descoberta à invenção, da busca de soluções à busca de questões... Estamos frente a uma revolução do método científico e da relação com a natureza” (DE MASI, 2014, p. 196).

É tendência mundial na pós-modernidade, a busca por soluções que mitiguem as graves crises que têm sua origem nas demandas ambientais em consequência da escassez dos recursos naturais, do consumo desenfreado e do descarte dos resíduos. Destaque-se que tal problemática nos coloca na contramão da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, objetivo das últimas conferências mundiais, a exemplo da reunião de líderes de diversos

países para discutir e ampliar os debates sobre impactos ambientais e sobre a necessidade de promover a sustentabilidade - do Meio Ambiente que ocorreram em Estocolmo (1972), Eco-92 (Rio de Janeiro, 1992), COP-2 em Genebra (1996), COP-3 em Kyoto (1997), Rio+10 (João esburgo, 2002), Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012). Hoje em dia, essas conferências se tornaram referência na adoção de políticas voltadas à conscientização planetária além de apresentarem alternativas para o futuro da sociedade acerca do Meio Ambiente. No Brasil, os sucessivos planos econômicos, inconclusos projetos políticos de governo e políticas de Estado vulneráveis às vontades dos governantes da ocasião, têm abortado ou retardado às incontáveis gerações a aguardada transformação do Brasil no país do presente, o ceticismos em relação a um futuro que nunca chegou transita entre indiferença, desesperança e resistência.

O crescimento populacional desordenado associado à urbanização crescente, a intensificação do desmatamento associada à transformação do meio ambiente natural têm se aliado à concentração e à desigualdade de renda e assim, potencializam as consequências que têm resultado em degradação ambiental, distúrbios e inseguranças sociais, precárias condições de habitação, insuficiência na oferta de infraestrutura e serviços urbanos inadequados, comprometendo a qualidade de vida das populações, afirmam Jesus e Souza (2008) corroboradas por Mello (2012, p.14) que durante a Rio+20 “a proposta é precificar o ar, criando um mercado de carbono; precificar a biodiversidade; privatizar os bens comuns, como a água, a terra; [...] O sistema financeiro está capturando não só a natureza, como a política”. Nesse ínterim, dados ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) divulgados em novembro de 2018 destacam a taxa preliminar do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). Entre agosto de 2017 e julho de 2018, o sistema registrou aumento no desmatamento da Amazônia de 13,7% em relação aos 12 meses anteriores. Foram suprimidos 7.900 km² de floresta amazônica, o que equivale a mais de cinco vezes a área da cidade de São Paulo. Essa é a maior taxa divulgada desde 2009, ano em que se registrou 7.464 km². Os estados que mais desmataram foi Pará (35,9%), Mato Grosso (22,1%), Rondônia (16,7%) e Amazonas (13,2%). Trazemos especificamente esse indicador porque diminui a competitividade dos produtos brasileiros diante de um mercado global, que busca produtos livres de desmatamento. Dessa forma, ao produzir impacto na cadeia produtiva está relacionado aos demais segmentos da sociedade.

Além da adoção de novos padrões de produção e consumo, pensar o desenvolvimento sustentável requer um novo olhar acerca de valores éticos, morais e da cidadania, assim, a

busca pela convivência harmoniosa com outras populações e outros ecossistemas se constituem em uma necessidade para a vida planetária. A crise ambiental está assentada na desigualdade de acesso aos recursos e se expressa sob a forma de conflitos de ordem social, econômica, política e cultural e crescem de maneira assustadora. Para além desses indicadores, o ambiente também se manifesta de maneira singular, por meio do efeito estufa, redução da camada de ozônio, perda da biodiversidade, chuvas ácidas, resíduos sólidos e dejetos industriais são questões ambientais globais que resultam dos modelos de desenvolvimento praticados.

O avanço no tratamento das questões ambientais depende, em grande parte, da possibilidade de articular a reflexão acadêmica com uma maior eficiência das organizações responsáveis pela implementação de políticas definidas em diferentes instâncias do poder público, e com uma indispensável conscientização da sociedade sobre a importância dessas questões nas condições de vida no planeta. A complexidade é um atributo das questões de pesquisa da ciência ambiental, e, portanto, a transversalidade disciplinar é a abordagem mais eficiente para a análise que visa desvendar os fenômenos associados à ação antrópica sobre o meio ambiente no mundo contemporâneo.

Com o desenvolvimento e aceitação da interdisciplinaridade, novos paradigmas foram sendo formulados, as barreiras entre as ciências foram diminuindo, levando, por exemplo, ao surgimento das Ciências Ambientais. Esta nova ideia de Ciências Ambientais veio à procura da inter-relação do conhecimento e a solução de problemas socioambientais, que estavam distantes como as Ciências Naturais e as Sociais. Essas duas linhas científicas possuem um vasto potencial de cooperação mútua.

As Ciências Ambientais, surgidas a partir de diversas especialidades, visam ultrapassar o reducionismo acadêmico e atingem estágios complementares, com a conexão de disciplinas e áreas vizinhas. Assim, será possível a formulação de hipóteses férteis nas áreas humanas, com preceitos biológicos e novos olhares sob a perspectiva transversal de outras áreas na compreensão da natureza do fenômeno humano. Esse processo ganha destaque na década de 1960 e se acentua na década de 1970 pelo surgimento da demanda sobre as questões ambientais quando a crença na perenidade e abundância do petróleo nos remeteu a uma crise diante da constatação da finitude desse recurso assim como, apontou a necessidade urgente da adoção de políticas públicas e compromisso da ciência direcionado para o uso sustentável dos

recursos naturais. Diante desse cenário e dos prejuízos econômicos e sociais, foram se introduzindo questionamentos sobre a escolha dos modelos de desenvolvimento adotados.

Se for certo que nas profissões se encontram as bases estruturantes de uma sociedade como afirmou Durkheim (1999) entre outros, também é legítimo afirmar que essa mesma sociedade estabelece as condições para que as profissões se façam necessárias a ponto de reclamar seu reconhecimento de fato e de direito enquanto regra de conduta dentro da ordem social estabelecida, consagrada sua autoridade por outro grupo social, afinal:

Uma regra não é apenas uma maneira habitual de agir; é, antes de mais nada, uma maneira de agir obrigatória, que escapa, em certa medida, do arbítrio individual [...] Somente uma sociedade constituída desfruta da supremacia moral e material que é indispensável para impor a lei aos indivíduos; pois a única personalidade moral que está acima das personalidades particulares é formada pela coletividade (DURKHEIM, 1930, p. X).

No planejamento estratégico das organizações - sejam públicas ou privadas - a inclusão de elementos ambientais vem crescendo em consequência da constante atenção da sociedade a esse tema. Sabendo-se que a crise ambiental é a materialização da própria crise do conhecimento, diversas abordagens surgem para tentar explicitar e/ou propor alternativas para lidar com a questão ambiental amparada em pressupostos científicos e metodológicos, que auxiliem na busca de soluções. Neste sentido, o conhecimento tem a potencialidade de transformar a realidade a partir dos conceitos que defende como verdades. A adoção de conceitos fundamentados pode substanciar a elaboração de proposições de práticas e/ou políticas a serem implementadas pelos órgãos competentes.

A profissionalização no campo das ciências ambientais tem ocorrido de forma tangenciada com aumento de um número expressivo de formações profissionais agregando ou incorporando às suas matrizes formativas um apêndice ambiental (pré-textuais). Paralelamente identificamos um movimento no mercado educacional e formativo ligado às instituições de ensino superior fortemente atrelado às demandas suscitadas pelos desdobramentos políticos que impactam diretamente sobre a legislação ambiental.

O disposto pelo Artigo 255 da Constituição Federal de 1988 encerra condições que demandam políticas públicas voltadas à sua efetivação de ordem material. Lê-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A partir da década de 1980, o tratamento das questões ambientais é acentuado e inicialmente, ocorre a inclusão de disciplinas isoladas dentro das grades curriculares dos cursos de formação superior e adquire progressividade. Cursos como engenharia civil, geologia, biologia, geografia entre outros são pioneiros nessa prática. As questões ambientais assumiram de fato o lugar de evidência ao se tornarem objeto de interesse no contexto da comercialização com potencial de maior evidência e alto grau de capitalização. É ao mesmo tempo investimento político, econômico, financeiro, sociotécnico e produto de manifestação de circunstâncias históricas e culturais, consoante afirma Figueiredo (2016).

O surgimento dos cursos ambientais vem primeiramente, em resposta a demandas locais específicas como Engenharia Sanitária (1977) pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, segundo dados do INEP, voltado primeiramente às questões ligadas ao saneamento básico na região. E têm, principalmente a partir da década de 90 alterações em suas grades curriculares com a introdução do termo Ambiental em suas denominações.

Devido ao endurecimento da legislação federal e estadual, identificamos um aumento explosivo na oferta de cursos de graduação em meio ambiente no Brasil. A pressão da sociedade de forma globalizada por uma “economia verde”, a cobrança local por empreendimentos sustentáveis associada ao cumprimento de padrões internacionais como a exigência do Sistema de Gestão Ambiental – SGA para adentrar a novos mercados, reclamam duas novas habilitações profissionais: Engenharia Ambiental e Gestão Ambiental, além das outras já estabelecidas.

No cenário interno brasileiro, temos em 12 de fevereiro de 1998, a promulgação da Lei nº 9.605 que dispõe “sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”. Este dispositivo vai promover sensíveis alterações na maneira de pensar por parte de todas as pessoas físicas e jurídicas, já que todos podem ser acionados judicialmente por seus atos contra o meio ambiente, inclusive os órgãos licenciadores. Dessa feita, empresas e técnicos começam a rever criteriosamente seus modos de agir.

O fortalecimento das agências reguladoras, o aparelhamento das instituições fiscalizadoras e a rigidez da legislação associado à demanda global por sustentabilidade e uma pressão de organismos sociais e políticos voltados ao cumprimento de uma agenda ambiental, estabelecem o cenário ideal para o avanço em direção à institucionalização da profissão Gestor Ambiental, até então em uma disputa acirrada com outras formações profissionais. O Gestor Ambiental se lança à busca pela construção de uma identidade profissional, pela delimitação de campo de atuação, uma formação de um saber específico, pelo reconhecimento de suas competências e evidentemente por uma reserva de mercado de trabalho, enfim, o reconhecimento da profissão. É desse movimento de disputa política, econômica e social que identificamos o que Bourdieu, pelo seu modelo teórico de análise dos conflitos, denominou a formação do *ethos* profissional.

4.2 - Cursos de Formação em Ciências Ambientais no Brasil

É diante dessa nova conformação das relações de ordem política, econômica, institucional e social que o mundo do trabalho e, conseqüentemente, da formação profissional, também se ressignificam continuamente, ao transitar entre os campos da Sociologia das Profissões, da Sociologia do Trabalho e o próprio mundo do trabalho que tem suas configurações iniciais no percurso formativo dos profissionais nas universidades e outras instituições de ensino superior. Nesse sentido, o sistema de formação profissional “se torna elemento fundamental de orientação e alocação dos indivíduos no mercado de trabalho e um dos pilares, ao lado das grandes corporações e do Estado, da estrutura de classificações sociais” (BARBOSA, 1998, p. 132). É nesse espaço de formação que ocorre a transmissão do saber sistematizado e legitimado socialmente, mas também é aqui que ocorre a incorporação inconsciente de certos padrões, ideias, atitudes e práticas que vão determinar as ações do indivíduo e sua participação na conservação ou alteração da realidade.

Para Elias (1985) a modelação da vida privada está assentada na relação de dependência consoante à situação profissional, pois, segundo o autor, é na esfera profissional que se dá a pressão dos constrangimentos e conseqüentemente a configuração social. Neste contexto, “todos os esforços de modelagem da sociedade visam esta esfera. É, sobretudo,

dentro da esfera profissional que a sociedade exerce a sua coerção” (ELIAS, 1985, p. 114). Essa coerção só pode ser exercida se houver a consciência moral do indivíduo que Bastos (2008) afirma não ser um dado genético, mas que “se estabelece num processo de aprendizagem ao longo da vida” a partir de valores construídos na estreita relação entre educação e estrutura socioeconômica é que derivam as transformações que subjugaram o sistema educacional e promoveram mudanças nos processos de trabalho, na moral, e nas ideias dos indivíduos na sociedade moderna e promoveram mudanças na contemporaneidade.

Na sociedade moderna, sobretudo no Brasil, o exercício das ocupações profissionais obedeceu a critérios meritocráticos desde as origens familiares ou laços de parentes até o matrimônio. Contemporaneamente, outros padrões de desigualdade social se impõem e a busca por reconhecimento e prestígio social via trabalho assumem essa prerrogativa. Dessa forma “podemos definir sociedades profissionalizadas como aquelas em que predominam princípios de classificação social baseados no mérito da ocupação” (BARBOSA, 1998, p. 132).

O ensino superior forma um profissional especializado, dotado de conhecimento técnico, qualificado a exercer as atividades pertinentes ao seu campo de atuação. A formação profissional tem lugar nos cursos tecnólogos e graduações. Ao tomarmos por base a oferta dos cursos de formação nas duas instâncias convém ressaltar elementos que se tornaram de tal recorrência. Igualmente, “todos os fenômenos profissionais ou profissionalizadores, teoricamente, deveriam estar relacionados com a produção social e a certificação do conhecimento” (LARSON, 1989, p.203).

Destarte, a separação entre a esfera pública e a esfera privada, nesta pesquisa, decorre da evidente disparidade entre a variedade de cursos e a quantidade de vagas ofertadas. Todavia, o aumento do número de diplomados, a queda da qualidade do ensino - segundo dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE - e a adoção de políticas públicas de inclusão atua como elementos significativos aos fenômenos da ordem da formação profissional.

No contexto de origem da Instituição de Ensino Superior, pública e privada, também se destacam elementos de natureza ideológica, conceitual, estrutural, política e econômica. Dentro da perspectiva ideológica, podemos distinguir um movimento que denota um verdadeiro fluxo de informações que transitam pelas “capacidades” da instituição pública em

detrimento da instituição privada, na esfera do ensino superior. Inversamente proporcional, é a atribuição de conceitos positivos ligados ao ensino médio e fundamental na esfera pública. Como capacidades, Bourdieu (2017) salienta a posse de capital cultural que alicerça a posição no espaço social, fundada, sobretudo no posicionamento dos professores universitários situados no polo dominado do campo do poder e que fazem manifesta oposição, nessa perspectiva, aos padrões da indústria e do comércio, entre estes, o comércio do ensino privado.

No caso do ensino fundamental e médio, ambos têm sido objeto de constantes mudanças em suas estruturas administrativas, institucionais e profissionais, protagonizadas por órgãos governamentais aliados aos interesses da iniciativa privada por meio de organizações e institutos privados que hoje atuam como norteadores e fiscalizadores das diretrizes a serem seguidas nas escolas. Ideologicamente também, se estabelece a contar da formação, a perspectiva de monopólio e competição por espaços de atuação profissional. Afinal, o tempo de escolaridade confere fundamento suficiente para justificar ideologicamente o preço dos serviços profissionais no nível de mercado, no sentido da construção de uma identidade profissional coletiva que agrupa organização de classe e associação voltadas para a formação e institucionalização de competências e motivações econômicas.

De ordem conceitual podemos inferir um entrelaçamento entre a esfera pública e privada. Com a globalização, o sistema de relações e as cooperações internacionais favorecem o avanço da iniciativa privada sobre os organismos governamentais, quer seja através da eleição de parlamentares comprometidos com empresas e instituições que financiam suas campanhas ou ainda, por intermédio de indicações políticas e nomeação para cargos públicos, que exercem determinante posição de poder à frente das agências reguladoras ao tempo em que os órgãos fiscalizadores são vítimas de desmonte isto é, têm suas condições materiais de exercício totalmente fragilizadas ou são extintos. Torna-se evidente a migração paulatina do que anteriormente era obrigação ou competência do Estado - educação, segurança e saúde - por meio da terceirização de serviços em parceria com instituições gerenciais da iniciativa privada, a nível mundial como distintivo do período pós-industrial, introduz-se uma nova lógica de pensar e produzir. Assim, está configurada a supremacia do campo científico sobre as demais esferas consideradas; isso porque,

[...] O fator característico dessa revolução consiste na importância assumida pela programação do futuro por meio de um novo modo de fazer ciência, que se vale da “mercadoria” informação e se modela por um método diferente do industrial, que formula problemas e propõe objetivos de solução sem se deixar enredar previamente

por seus vínculos. Em vez disso, transformando os vínculos em oportunidades (DE MASI, 2014, p. 196-197).

Nesse escopo, a formação profissional no campo das Ciências Ambientais, atende plenamente a demandas de diversas ordens com a incorporação de valor econômico aos bens de consumo assim como aos serviços, ou seja, “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOUDIEU, 1985, p. 248). Ao tornar possível os “benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação em grupos e, na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital social” (PORTES, 2000, p. 135) que se estende à formação profissional e acresce status político às instituições que trazem como bandeira a prerrogativa de sustentabilidade ambiental.

No campo das estruturas, observou-se um período de expansão das instituições públicas e privadas de ensino superior nos últimos quinze anos, com a contratação de professores, criação de novos cursos, dotações orçamentária para pesquisas, construção de laboratórios, abertura de novos campi e Institutos Federais de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Porém, é flagrante a redução dos recursos destinados à educação a partir de 2015, também segundo dados do mesmo Instituto.

Paralelamente observamos a criação de novos cursos presenciais, em um cenário de evolução na oferta de cursos na modalidade Educação à Distância - EAD e extinção de cursos presenciais. É certo que a modalidade à Distância demanda o investimento de menores recursos estruturais em relação aos cursos presenciais, de acordo com a Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Ademais, a oferta dos cursos se dá a nível nacional onde a IES que oferece a formação está situada geograficamente em uma cidade e tem seu raio de abrangência até as mais longínquas localidades do país de acordo com o e-MEC.

Dentro do aspecto político, podemos ressaltar uma multidimensionalidade que abrange o contexto histórico da formação profissional no Brasil em suas características permeadas de institucionalidades. “Os profissionais modernos não se definem pela situação de classe, mas legitimam a sua profissão através do saber, do conhecimento técnico-científico” (ANGELIM, 2010, p. 13) além dos “processos de criação de identidades e de formas de representação mediante os quais esses grupos produzem e modelam o seu lugar na sociedade” (BARBOSA,

1993, p. 129) e esse conjunto é construído, adquirido e consolidado nas instituições de formação de ensino superior.

No Brasil contemporâneo, podemos identificar sinais visíveis de que acontece na sociedade brasileira um processo de intensa profissionalização. Um dos sinais consiste no aumento expressivo dos portadores de diplomas de curso superior o que sinaliza o avanço do profissionalismo (BARBOSA, 1998). Essa nova realidade revela não somente a diversidade de cursos como indica o aumento no quantitativo de ocupações que exigem o diploma universitário e o aumento do número de profissionais no mercado de trabalho com formação superior. Aqui, a formação profissional se dá em três graus de acordo com anexo da Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017

8.1.1. Bacharelado Curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel.

8.1.2. Licenciatura Curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado.

8.1.3. Tecnológico Curso superior de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que confere ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo.

Esses graus são estabelecidos pelo Sistema Federal de Ensino em conformidade com os atos autorizativos das IES e cursos de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes instituídos pela Portaria Normativas MEC nº 40/2007. Concomitantemente esse quadro revela duas perspectivas que se relacionam de forma direta apesar de antagônicas: O crescimento do processo de profissionalização no Brasil por um lado, e por outro, a vulgarização e depreciação do grau acadêmico com a “fábrica de diplomas”, evidenciando aspectos que colocam em cheque o conteúdo do ensino além de revelar a competitividade para o mercado de trabalho.

O Estado tem papel essencial no processo de profissionalização. Por se tratar de órgão legítimo, legal e institucionalmente reconhecido, cabe a ele a regulamentação das profissões e dessa forma, atribuir competências, legitimar espaços de atuação, reconhecer categorias profissionais, organismos de representação de classe além de garantir a reserva de mercado profissional. Nesse sentido, Freidson (1996) destaca como característica dos campos profissionais contemporâneos, o ‘fechamento’ que garante a fiscalização, controle e a autonomia sobre a profissão.

Tomamos por base os aspectos mais gerais da formação, entendida por Claude Dubar (2005) como a estruturação de um conhecimento específico alicerçado em “um corpo sistemático de teoria” que proporciona a consecução de uma cultura profissional. Chapoulie (1973) destaca entre outras, como derivadas ideais “a formação profissional longa em estabelecimentos especializados” e “controle reconhecido legalmente e organizado de acordo com as autoridades legais”. Merton (1957) introduz outra compreensão sobre as políticas de formação como mecanismo de burocratização das carreiras que têm no diploma seu principal instrumento ao propiciar ao final de um currículo preestabelecido, o acesso ao conjunto de uma carreira profissional. Para o autor, o percurso seguido tem início com a vinculação a uma instituição educacional que viabilize uma formação profissional específica e curricular e se torna institucional para formar jovens e se tornar escola profissional. O ciclo se encerra com a integração à Universidade, “multiplicação dos pré-requisitos e dos níveis de formação até a sanção final, o diploma”.

A demanda por formação ambiental atende a interesses de profundo valor econômico associado à resposta para as evidências das questões ambientais em todos os segmentos da sociedade internacional e, por conseguinte nacional, ainda que em escala moderada. “É ao mesmo tempo investimento financeiro, econômico, político, sociotécnico e produto de manifestação de circunstâncias históricas e culturais” (FIGUEIREDO, 2016, introdução). É assim que a oferta de cursos superiores de formação ambiental aparecem e se consolidam de maneira expressiva e abrangente em todo o território nacional. De forma sincronizada, as mudanças na Legislação Ambiental também operam transformações significativas no mercado de trabalho, pela exigência de competência técnica e científica, além da formação profissional qualificada. Está configurada a necessidade social que respalda a criação do campo profissional.

É dessa trajetória que nasce a estreita relação entre o ensino superior e a pós-graduação, já que as metas do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei N° 13.005/2014 estão associadas ao Programa Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020) que está em vigor. Ressalte-se que, ao contrário do PNE que é uma política de governo, portanto passível de modificações; o Programa Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020) é uma política de Estado, não podendo assim, ser alterada (Sérgio Avellar, 1º Fórum de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, 04.12.2018).

O destaque para os cursos de pós-graduação se deve à necessidade da obtenção de titulação pós-graduada (mestre e doutor), critério para concorrer às docências superior e consequentemente, tornar-se professor de sujeitos em formação profissional nas Instituições de Ensino Superior. Que além de se constituir em um espaço de disputa de poder, de reconhecimento pelos pares, de prestígio social, acadêmico e institucional, é também o lugar de consolidação de capital social por meio da institucionalização do *ethos* científico. Afinal, as práticas educativas, em suas diferentes formas no tempo e no espaço afirmam sua existência:

Em toda e qualquer sociedade humana, desde os tempos mais remotos, quando os indivíduos são submetidos a processos de aquisição de informações que se convertem em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que constituem modos de compreensão do mundo (BASTOS, 2008, p. 174)

A transição que marca o mundo contemporâneo está associada às constantes crises em todas as esferas - política, econômica, social, ambiental entre outras - e as mudanças que acontecem nos ordenamentos da família, da escola e da igreja exercem um papel determinante na reconfiguração dos valores e das regras e, consequentemente, da educação. A valorização do ser humano e do espírito encerram uma outra forma de conceber o mundo e assim, valores, crenças pessoais e culturais colocam em evidência a importância da educação superior no que diz respeito à formação dos cidadãos. A educação se dá em múltiplas instituições e instâncias, porém a escola foi legalizada pela sociedade como local de transferência de saberes e valores relevantes, a ela compete potencializar a consciência moral dos indivíduos já que a pessoa moral se alicerça na vida intersubjetiva e social ao ser educada para os valores e virtudes da sociedade a qual pertence. É responsabilidade da Universidade a difusão do conhecimento, a geração de novos saberes pautados em princípios de verdade, justiça, igualdade e beleza ao se comunicar com a sociedade por meio dos indivíduos que forma.

É nesses contextos de profissionalização dentro do campo das Ciências Ambientais que a formação acadêmica privilegia uma formação voltada à abordagem sistêmica que deve ultrapassar as formas convencionais dos saberes disciplinares ao incorporar a complexidade dos conhecimentos específicos alinhada à ética socioambiental. Souza interpreta da seguinte maneira “entende-se que nas tessituras das políticas de currículo, formação e profissão, retroagem uma sobre a outra, mesclando complementaridades e ausências de/na/para a formação-profissão” (2019, p. 4). Dessa forma os contextos históricos situados reclamam a

formação do Gestor Ambiental e a formação desse profissional, tem por finalidade última, imprimir sua marca na presente conjuntura social.

4.3 - O conflito dos níveis

Nesta seção será apresentada e discutida a formação em seus variados níveis, formas e conceituações normativas de acordo com o disposto na Lei. A descrição pormenorizada das características e as implicações decorrentes do *capital social* proveniente das instituições formadoras bem como serão abordado os conflitos existentes entre pares e cursos dentro da própria instituição. A disputa de *capital político* na pretensão de influenciar a indicação para cargos, de espaços físicos e consequentemente melhores condições para disputa de capital econômico junto às agências de fomento e financiamento de projetos. Destaque-se também a disputa pela posse e propriedade do termo *ambiental* acoplado à formação. Um expressivo número de formação agrega essa terminologia formal / nominal o que remete a conflitos entre as representações dos coletivos profissionais quanto à distribuição de competências, espaços de trabalho, atribuições enfim, reserva de mercado profissional².

A cultura escolar suscita uma série categorias de pensamento que determinam a maneira de comunicar e relacionar entre os indivíduos é a partir desse modo de pensar que partilhamos uma cultura de classe erigida na predominância dos modos de pensar, agir, expressar e definir com nossos iguais uma relação de cumplicidade e comunicação específica. Assim, a escola como elemento de socialização, posterior à família, surge como um dócil instrumento de reprodução social, afirma Bourdieu (2017). Assim, diante dos antagonismos e contradições de ordem social, política e econômica a escola revela a força da herança cultural e do ambiente familiar, onde a cultura é assimilada no convívio familiar e se expressa no ambiente escolar, onde os que têm ascendência de “méritos” se sobrepõem aqueles de classe menos favorecidas. Esse quadro se reflete em todas as instâncias da formação. Dentro da academia, essa separação também pode ser identificada entre os quadros dos professores onde se destacam “um polo de saber, definido essencialmente pela liberdade acadêmica, e um polo de poder, que se conclama de responsabilidade social” (BOUDIEU, 2017, p.17).

²Confira a Lista de abreviatura de nome de cursos de especificação ambiental (pré-textuais)

Collins (2011) designou como credencialismo à situação em que a sobrevalorização do diploma se dá em detrimento do conhecimento do conteúdo; para o autor, vivemos em uma sociedade em que a educação cumpre apenas um papel formal de treinamento posto que o mais importante é uma credencial para o mercado de trabalho, ou seja, um diploma. Mas não se trata de qualquer diploma e sim uma boa credencial, ou seja, diante da estratificação educacional, a hierarquia entre as escolas produz uma hierarquia entre os diplomas. Dessa feita, mantém uma direta relação com o mercado de trabalho e assim, a estratificação escolar se reproduz no mercado de trabalho e é por ela alimentada por meio da valorização desigual do diploma. Estabelece-se um círculo vicioso onde o mercado de trabalho valoriza a escola pela admissão de seus diplomados que têm mais chance sobre os demais, independente do conteúdo ou conhecimento adquirido. Enfim, os diplomas emitidos pelas escolas mais credenciadas, valem mais no mercado.

Vale ressaltar que para ocupar os postos de trabalho se estabelece uma seleção classista, que reproduz a hierarquia das classes sociais. Em outras palavras, os mais ricos estudam nas melhores escolas, frequentam os melhores cursos e ocupam os melhores postos de trabalho os mais bem pagos, são entregues aos formados nos melhores cursos, das melhores escolas, que, coincidentemente, são os mais ricos. A concepção de universidade por Jaspers em 1923 (apud SANTOS, 1999, p.163) como “lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria” a coloca em um lugar de legitimidade, ou seja, chancela, autorização social ou direito socialmente atribuído de pronto reconhecimento enquanto campo de conhecimento científico. Um espaço abstrato de posições e de relações onde agentes específicos atuam buscando troféus cujo valor é restrito a este campo, obedecendo a regras válidas somente a este campo, segundo estratégias que só fazem sentido a este campo em disputa por um capital de notoriedade, de reconhecimento, de prestígio exclusivo a este campo.

Dessa maneira, ser formado em uma Universidade Federal é diferente de ser formado em uma Universidade ou Faculdade privada ou ainda, em um Instituto Federal em seu sentido valorativo e que não se traduz em relação ao preço, embutido nas mensalidades, nas grades curriculares ou na formação dos seus quadros de professores. É latente uma luta pelo reconhecimento, pela consagração, pelos títulos; entre IES, entre cursos, entre alunos e entre os professores dentro dos espaços institucionais. O campo acadêmico enseja uma luta acirrada por prestígio. Desta feita, os agentes sociais não têm o mesmo valor e recorrentemente, o campo tende a se estruturar de forma que o capital social se concentra cada vez mais nas mãos

daqueles que já possuem o reconhecimento e que, por sua vez, definem as regras de funcionamento do campo, ou seja, as regras que mais lhes contemplam os interesses para manutenção desse lugar de reconhecimento que pode ser viabilizado na formação de quadros sucessórios durante a formação acadêmica sob sua “orientação”. Logo, podemos inferir que todo campo tem dominantes tradicionais, dominados insurretos e aspirantes que sem dimensão do valor simbólico em disputa, não têm ideia do caminho a ser percorrido. Finalmente, se configura um espaço de luta pela definição do que a sociedade, enquanto espaço de atuação, empregabilidade, em suma, mercado de trabalho, deverá entender por legítimo, legal e socialmente aceito. Esse quadro pode ser verificado pelo acirramento da disputa pelas vagas durante o processo seletivo de acesso ao ensino superior em IES públicas, federais é confirmado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

4.4 - Disputas de representação por origem de formação entre IES e cursos

Esta seção discutirá as contradições evidenciadas durante a coleta dos dados. Foi objeto de inquietações a expressiva oferta de vagas, autorizações, reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos com a terminologia ambiental. Concomitantemente, observa-se no cenário brasileiro um movimento que sinaliza uma situação de total oposição à crescente oferta de cursos e vagas. A reforma trabalhista aponta para a precarização do trabalho em todas as áreas; a flexibilização da legislação ambiental indica um cenário de redução de fiscalização; o desmonte das agências reguladoras e a retração dos concursos assinalam uma ausência de espaço institucional para absorção da mão-de-obra dos profissionais que se formam no campo ambiental.

A contradita é mais visível quando comparamos as demandas ambientais do cotidiano mundial com suas mazelas climáticas, esgotamento de recursos e consequentes conflitos, crimes ambientais de toda ordem, poluição exacerbada, extinção das espécies da flora e fauna, surgimento de doenças e pragas entre outras catástrofes. E o mercado, apesar da indústria do *marketing* favorável ao consumo indiscriminado – segue voraz - sem compromisso com o descarte responsável de resíduos; avançam sobre os territórios, os saberes e os povos tradicionais. Porto-Gonçalves (2004) assim descreve a realidade atualmente.

Existem disputas de representação entre áreas de conhecimento (exatas, humanas, biológicas e aplicadas). A dotação orçamentária e a distribuição de recursos apontam uma distribuição desproporcional entre as áreas e os cursos. Reportamo-nos aos Anuários Estatísticos da UFS para exemplificar. Tomamos a fonte de gasto com construções e a utilização de bolsas no ano de 2012 – por ser o único anuário estatístico da UFS que apresenta a distribuição de bolsas entre as áreas do conhecimento e a divisão entre as categorias de Iniciação Científica, concedidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC³ e Extensão⁴.

Figura 6. Distribuição de bolsas entre as áreas do conhecimento.

Unidade/Curso	Mod.	Turno	Início	Conceitos	2013				2012		
					Vagas	Inscritos	Insc/Vaga	Nº Mt.	Formados	Bolsistas de Iniciação Científica	Bolsistas de extensão
Campus de São Cristóvão					4.000	34.812	9	19.046	1.349	550	2.269
CCET					1.410	10.082	7	6.289	303	161	538
CCBS					740	6.745	9	3.459	214	191	392
CCSA					700	10.755	15	3.802	352	50	851
CECH					1.150	7.230	6	5.496	480	148	488

Fonte: UFS (2012-2013) ⁵.

A disputa entre os cursos pode ser verificada pela concorrência entre IES públicas e privadas. A questão do acesso, por exemplo, ocorre de diferentes maneiras nas IES supracitadas. Enquanto na pública o acesso se dá por processo seletivo via Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM⁶; na instituição privada o acesso, apesar de ser também utilizado o ENEM, é possível através de processos seletivos próprios. Os atrativos se constituem elementos determinantes na hora da escolha pelos cursos: estrutura física dos prédios,

³Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, mediante participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado.

⁴Uma remuneração paga a título de ajuda de custo, pelo trabalho realizado quando o estudante se integra como bolsista nos programas e projetos da Extensão.

⁵Fonte: OLIVEIRA, K. F. de; e SANTOS, R. F. Anuário Estatístico da UFS: 2010 – 2012, São Cristóvão, 2014.

⁶O ENEM é uma prova aplicada pelo Governo Federal, ao final do Ensino Médio, que tem por objetivos: Ser uma ferramenta para avaliar a qualidade do ensino no Brasil, auxiliando na construção de ações e políticas públicas que melhorem o currículo e a educação no Ensino Médio; Ser um dos critérios de acesso dos participantes a programas governamentais e instituições de ensino superior; Auxiliar o participante na decisão sobre como continuar sua formação e se inserir no mercado de trabalho.

laboratórios, marketing institucional, maior número de alunos, bolsas e/ou financiamentos privados ou do Governo Federal⁷.

Durante a coleta dos dados no sistema e-MEC observamos que a natureza das IES é exposta na janela de acesso, ao identificarmos as diferenças admissíveis à Categoria Administrativa, elencamos as seguintes especificações: Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual, Privada sem fins lucrativos, Privada com fins lucrativo e Especial. Entretanto, nosso interesse maior decorreu, quando ao procedermos a somatória inicial dos dados coletados, observamos uma enorme discrepância entre o número de IES cuja categoria administrativa constava como Privada com fins lucrativos, Privada sem fins lucrativos e a somatória daquelas denominadas como Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual e Especial. Fez-se necessário investigar e estabelecer os critérios ou normas onde estão ancorados os padrões que estabelecem essa classificação.

As instituições públicas de ensino superior – IES são aquelas mantidas pelo Poder Público, na forma Federal, Estadual ou Municipal. Essas instituições são financiadas pelo Estado, e não cobram matrícula ou mensalidade. As IES privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. As instituições privadas admitem as seguintes categorias administrativas:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV – filantrópicas, na forma da lei. (Art. 20 da Lei de Diretrizes e Bases – Lei9394/96).

⁷ a) O FIES é o sistema de financiamento de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para estudantes brasileiros provenientes de famílias de baixa renda.

b) O ProUni oferece, aos estudantes selecionados pelo programa, bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica realizados em instituições de ensino superior privadas oferecendo, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

c) O REUNI é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

À categoria administrativa denominada como Especial é vinculada a seguinte explicação: *IES pública enquadrada no Art. 242 da CF/88, não gratuita*, nesse sentido o referido Artigo descreve

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Foram identificadas vinte e cinco IES, quatro em São Paulo e vinte uma em Pernambuco. Encontramos dois cursos com a extensão *ambiental*: um Tecnólogo em Gestão Ambiental em Araripina – PE e um bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária em Adamantina – SP. Em comum entre as vinte e cinco IES, identificamos no site da Receita Federal na busca pelo Cadastro Nacional de pessoa Jurídica – CNPJ, que *a natureza jurídica não permite o preenchimento ou consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA, e também o capital social da IES*. Em se tratando de um número reduzido de cursos do nosso interesse e não sendo esse o nosso foco, trouxemos o dado como complementação.

A manutenção das instituições privadas de ensino superior é configurada pela entidade mantenedora, que é a pessoa jurídica, legalmente responsável pela estrutura de propriedade, que provê os recursos necessários ao funcionamento da instituição de ensino e a mantida, que é a instituição responsável pela estrutura de direção e realiza a oferta da educação superior. Compete a mantenedora a responsabilidade pelas questões administrativas, jurídicas, financeiras, pedagógicas, contábeis entre outras como a estrutura física e manutenção. Cabe a mantida, cuidar das questões de natureza eminentemente acadêmicas, “prestação de serviços educacionais por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na oferta de cursos e programas em nível de graduação, pós-graduação, extensão e sequenciais, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 222). Quanto à organização acadêmico-administrativa, as

IES podem receber diferentes denominações. A mais estrita definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a Universidade. Trata-se de instituição acadêmica pluridisciplinar que conta com produção intelectual institucionalizada, além de apresentar requisitos mínimos de titulação acadêmica (um terço de mestres e doutores) e carga de trabalho do corpo docente (um terço em regime integral). É autônoma para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional. [...] **O Centro Universitário** é instituição pluricurricular, que abrange uma ou mais áreas do conhecimento. É semelhante à Universidade em termos de estrutura, mas não está definido na Lei de Diretrizes e Bases e não apresenta o requisito da pesquisa

institucionalizada. [...] **A Faculdade** tem duas conotações. A primeira é a de uma Instituição de Ensino Superior que não apresenta autonomia para conferir títulos e diplomas, os quais devem ser registrados por uma Universidade. Além disso, não tem a função de promover a pós-graduação. O segundo sentido é aplicado para se referir a unidades orgânicas de uma Universidade. Ex.: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. [...] **Os Institutos Federais** são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação. A denominação remonta à Lei 11.892/08, que renomeou os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS) e as Escolas Técnicas (D.O.U. de 30/12/2008, p. 1).[...] **Grifo nosso.**

Os tipos, graus e classificação de cursos superiores conferidos como reconhecimento oficial da conclusão do curso ou indicação de sequencial, podem ser graduação, cursos sequenciais, cursos de pós-graduação e cursos de extensão. Além disso, designa-se diferenças quanto às formas de graduação, a saber, bacharelado, licenciatura e curso superior de tecnologia. Observem-se, mais detalhes sobre esses elementos:

Quadro 2. Classificação de Cursos Superiores no Brasil, 2019.

CLASSIFICAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES, BRASIL (TIPOS E GRAUS) ^[1]			
Graduação	Cursos sequenciais	Pós-graduação	Extensão
São cursos superiores que conferem diplomas, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, conferindo os graus de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnologia	São distribuídos por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, caracterizando-se como cursos abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente	Compreendem níveis (Lato Sensu e Stricto Sensu), respectivamente, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino, além de programas de mestrado e doutorado	Abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino
DIFERENÇAS ENTRE AS FORMAS DE GRADUAÇÃO ^[2]			
Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	
Curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel.	Curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado.	Cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo	

Fonte: [1] Art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases, atualizada 2018.

[2] DOU, edição 145, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017.

Foi necessário fazer os esclarecimentos anteriores para contextualizar a situação dos cursos que investigamos, assim como, descrever as inconsistências que identificamos durante a coleta dos dados. O cadastro e-MEC é

regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia. (D.O.U. de 22/12/2017, Edição 145, p. 18-19-31)

É nesse portal que verificamos quando o curso é regular mediante a conferência no item “Ato Regulatório” se estiverem apensados os documentos de Autorização, Reconhecimento e ou Renovação do Reconhecimento de Curso de acordo com as normas e prazos estabelecidos pela legislação. As situações referentes aos atos autorizativos são:

Autorização: para iniciar a oferta de um curso de graduação, as faculdades privadas dependem de autorização do Ministério da Educação. Universidades e centros universitários, que têm prerrogativas de autonomia, não precisam de autorização do MEC para iniciar a oferta de um curso de graduação (exceto nos casos de abertura de cursos de medicina, odontologia, psicologia e direito, que necessitam sempre de autorização do Ministério, e em casos de cursos oferecidos em endereços fora do município-sede da universidade ou centro universitário). Porém, todas as instituições – sejam elas faculdades, centros universitários ou universidades - devem informar ao MEC os cursos abertos, para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento do Ministério. [...] No processo de autorização de um curso, o MEC avalia três dimensões: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas oferecidas pela instituição. [...] **Reconhecimento e renovação de reconhecimento:** o reconhecimento deve ser solicitado pela instituição de ensino quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária (e antes de completar 75% da carga horária). Então, se um curso dura, por exemplo, quatro anos e sua primeira turma foi iniciada no 1º semestre de 2009, a instituição deverá protocolar o pedido de reconhecimento a partir do 1º semestre de 2011 e até, no máximo, o 1º semestre de 2012. O reconhecimento do curso é condição necessária para a validade nacional dos diplomas emitidos pela instituição. A renovação do reconhecimento deve ser solicitada pela instituição de ensino a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. (<http://emec.mec.gov.br/>) Acesso em 14.06.2019. **Grifo nosso.**

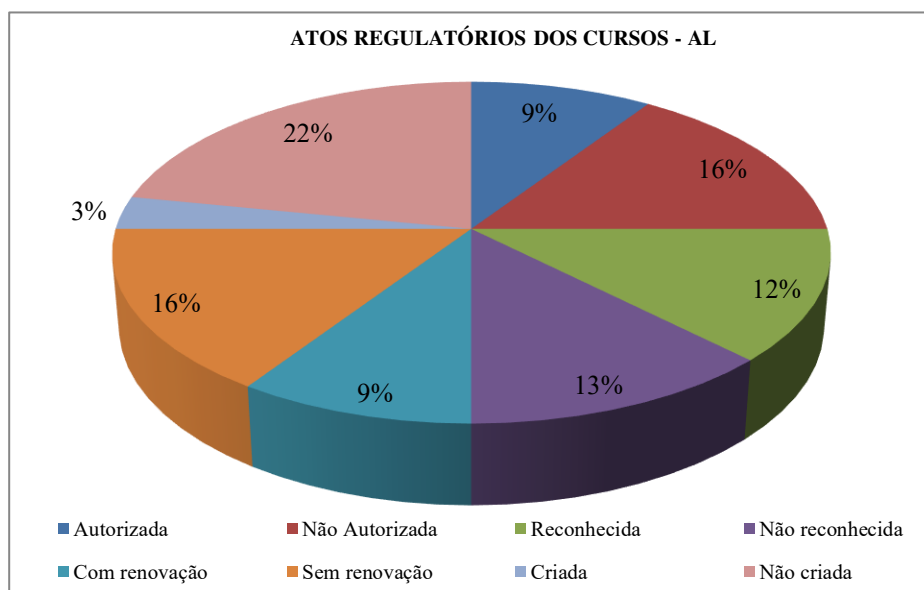
Dessa forma, foi aí que buscamos as informações referentes aos cursos assim como verificamos a regulamentação e documentação pertinente aos atos regulatórios ou autorizativos para conferir se estão de acordo com a legislação vigente. Dessa feita ao procedermos a coleta dos atos regulatórios – documentação que deve estar anexada à página do curso – verificamos a ocorrência de cursos em situação de vulnerabilidade, ou seja, os atos não correspondiam a situação real dos cursos. A coleta compreendeu o período da autorização do primeiro curso em Gestão Ambiental, pelo MEC em 28 de maio de 1998 até o mês de

dezembro de 2018. Privilegiamos a Região Nordeste em razão do PRODEMA estar voltado ao desenvolvimento regional e aprofundamos no Estado de Sergipe, por ser o local onde desenvolvemos esta Tese. Assim, consultamos no sistema e-MEC a base oficial dos dados das IES e dos cursos superiores. Observamos que as alterações introduzidas, quanto à concessão das autorizações pelo Decreto Nº 5.773 de 9 de maio de 2006, passaram a ser concedidas pelos Conselhos Estaduais de Educação após aprovação nos Conselhos Superiores das IES. Lê-se:

Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias.

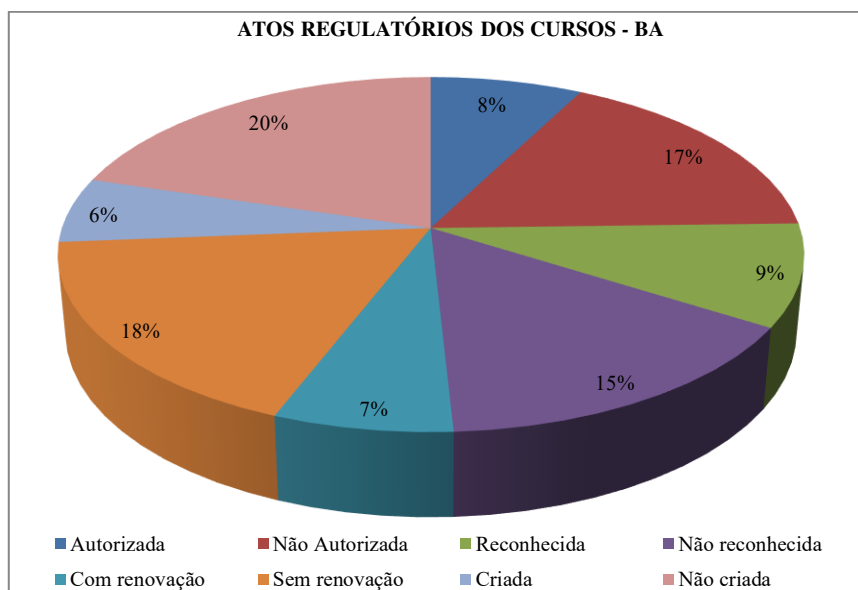
Desse modo, pudemos identificar que a disposição dos anexos relativos aos atos autorizativos na base de dados do e-MEC não tem acompanhado as mudanças da situação dos cursos. Por razões que desconhecemos, as alterações na situação dos cursos quanto à regulamentação, não tem acompanhado a devida anexação do ato regulatório na página do e-MEC, o que ao nosso olhar, inviabiliza a conferência quanto às criações/autorizações, reconhecimento e renovações do reconhecimento e dessa forma, a conferência quanto a regularidade dos cursos. Dentre as situações dos cursos e os anexos que deveriam constar no sistema e-MEC como documento comprobatório para verificação identificou-se os seguintes cenários:

Para o Estado de Alagoas, a maioria dos cursos(22%) não foi criada em seus órgãos estaduais ou conselhos de IES que possuem autonomia para tal e pela constatação do expressivo número de cursos não autorizados e não renovados (32%) (Gráfico 1), já que não foram submetidos às instâncias autorizativas do MEC, o que só ocorre após a visita com supervisão das condições para funcionamento pelo setor competente e apenas 12% de cursos reconhecidos comprovadamente, podemos concluir que os cursos ofertados nesse Estadopodem estar submetidos a duas situações que os colocam em posição de vulnerabilidade 1Não podem comprovar a real situação do curso ou 2. Não foram supervisionados pelo MEC e funcionam de maneira irregular.

Gráfico 1. Percentual de Situação de Cursos em Alagoas, Brasil.

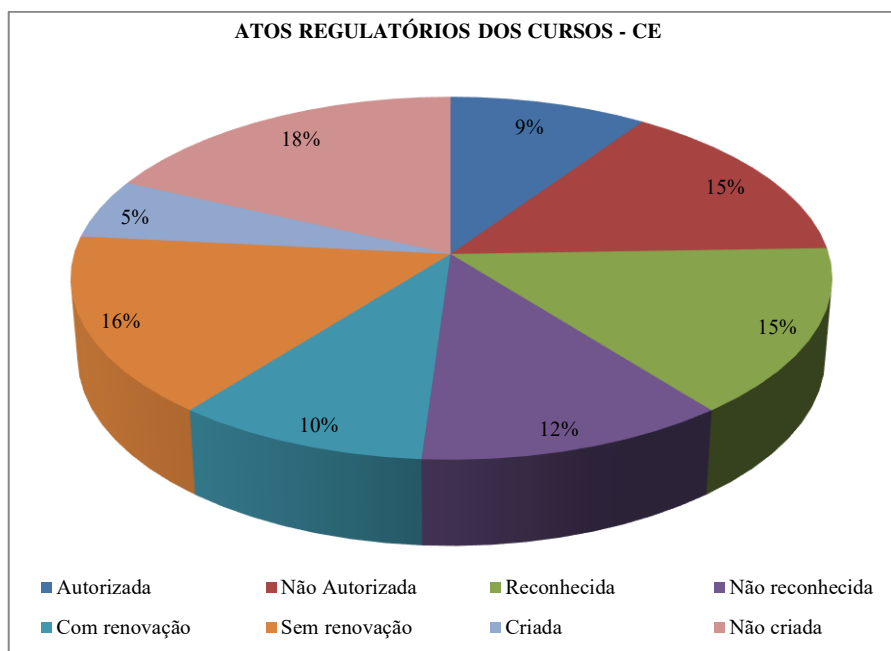
Fonte:e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Na Bahia, 20% dos cursos ofertados não foram criados em Conselhos Superiores de IES que possuem autonomia ou em órgãos estaduais de educação. Somente 6% dos cursos anexaram o comprovante de criação por esses órgãos. Com apenas 9% de cursos comprovadamente reconhecidos e 33% dos cursos sem reconhecimento ou renovação do reconhecimento (Gráfico 2), o que significa que não foram submetidos à supervisão do MEC e efetiva autorização, torna inviável a utilização do e-MEC como parâmetro para consulta sobre a legalidade, legitimidade ou verificação da real situação da oferta dos cursos, nesse Estado.

Gráfico 2. Percentual de Situação de Cursos na Bahia, Brasil.

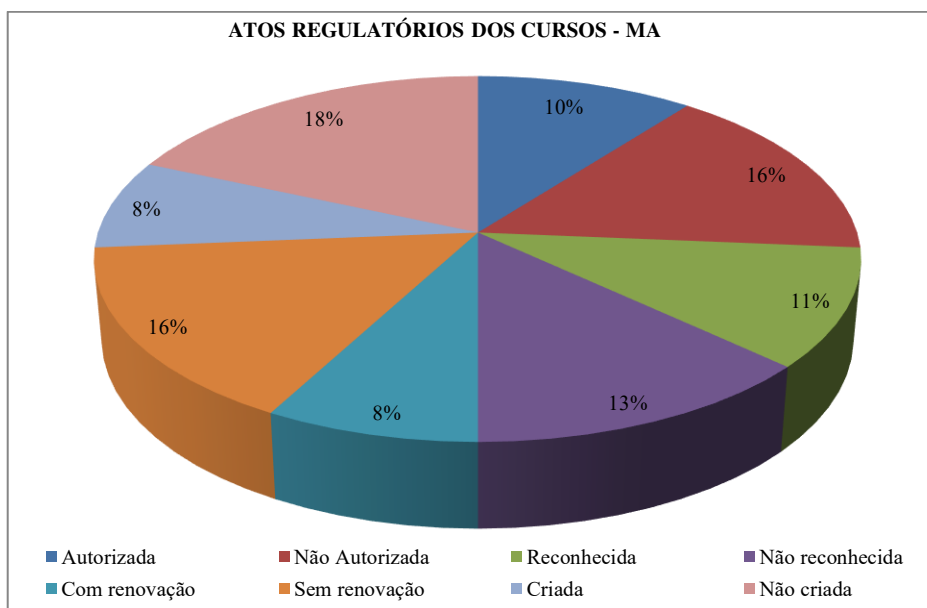
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Dos cursos ofertados no Ceará, 28% não anexaram atos regulatórios referentes ao reconhecimento ou renovação do reconhecimento, o que indica que não passaram pela visita de supervisão do MEC que lhes confere a situação de regularizados. Com 18% de cursos que não foram autorizados por Conselhos Superiores ou órgão da educação estadual e comprovação de apenas 6% de Atos Regulatórios de criação (Gráfico 3) pode-se inferir duas hipóteses: 1. O MEC não está supervisionando os cursos em sua organização didático-pedagógica, corpo docente e técnico-administrativo e instalações físicas oferecidas pela instituição ou 2. Os cursos não têm condições de apresentar sua real situação o que coloca o e-MEC, em descrédito enquanto sistema de verificação de cursos.

Gráfico 3. Percentual de Situação de Cursos no Ceará, Brasil

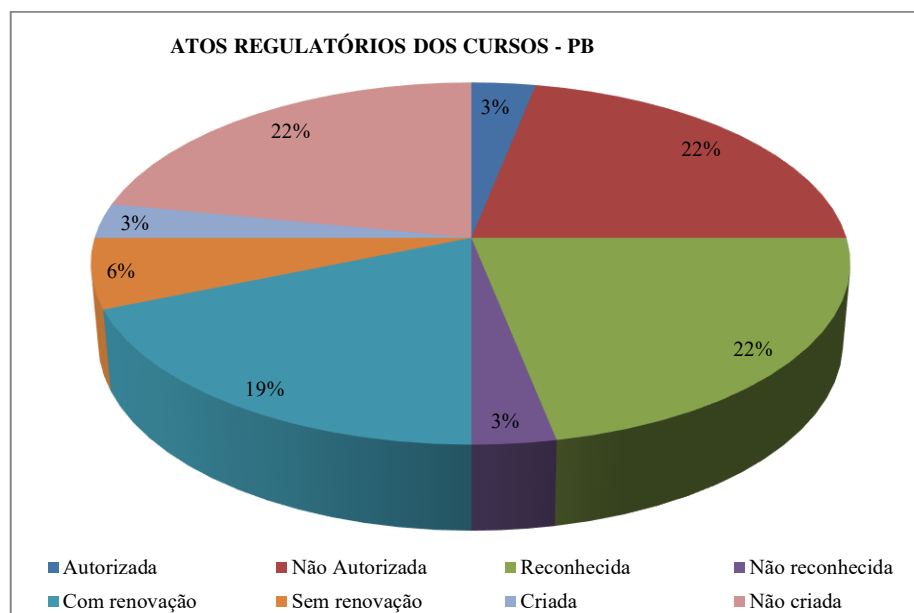
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Da oferta dos cursos de formação ambiental no Maranhão, de 11% comprovaram reconhecimento mediante anexação dos Atos Regulatórios e 8% atestaram sua criação em Conselhos Superiores de IES ou em órgão estadual competente. Com 45% dos cursos não autorizados (Gráfico 4), não reconhecidos e sem renovação é impossível verificar junto ao e-MEC a real situação dos cursos. Quer seja por irregularidade dos cursos ou pela falta de supervisão do MEC, não há como comprovar o disposto no sistema, ou seja, “o curso é considerado regular se estiver devidamente autorizado, reconhecido ou se tiver o reconhecimento renovado de acordo com as normas e prazos estabelecidos pela legislação” (site e-MEC).

Gráfico 4. Percentual de Situação de Cursos em Maranhão, Brasil.

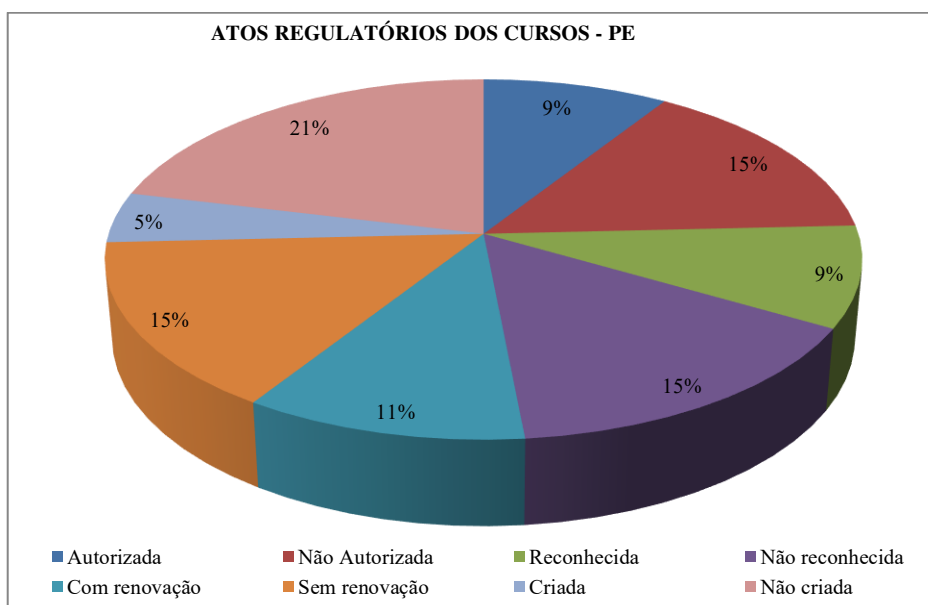
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Com 22% cursos de formação ambientais comprovadamente reconhecidos, de forma igual 19% de cursos autorizados, e 3% de cursos com atos regulatórios de criação, a Paraíba apresenta um índice que admite comprovar a situação real dos cursos, a partir do sistema de verificação disponível no site do e-MEC. Todavia, com 22% de cursos não autorizados, 22% sem anexos de autorização pelos Conselhos Superiores de IES ou órgãos da educação estadual, 3% de cursos não reconhecidos e 6% sem renovação temos um total de 53% dos cursos que não admitem a verificação de sua real situação, de acordo com a documentação que deveria constar anexada (Gráfico 5).

Gráfico 5. Percentual de Situação de Cursos na Paraíba, Brasil

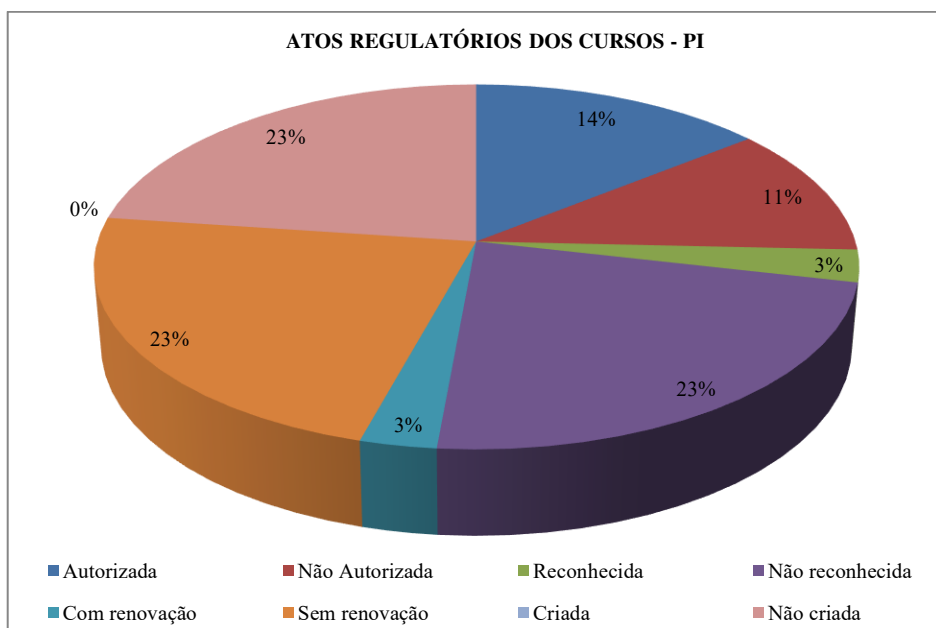
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Pernambuco oferta comprovadamente 9% dos cursos de formação ambiental reconhecidos. 5% foram criados em Conselhos Superiores de IES com autonomia universitária e órgãos estaduais de educação. 30% não anexaram atos regulatórios estão em situação de não autorizados e não reconhecidos. Outros 15% não possuem renovação do reconhecimento (Gráfico 6) o que sinaliza que não houve a visita e supervisão do MEC, que autoriza e posteriormente reconhece os cursos ou a IES negligenciou a comprovação mediante anexo comprovatório da situação dos cursos. De toda forma, pelo sistema e- MEC não é possível conferir.

Gráfico 6. Percentual de Situação de Cursos em Pernambuco, Brasil.

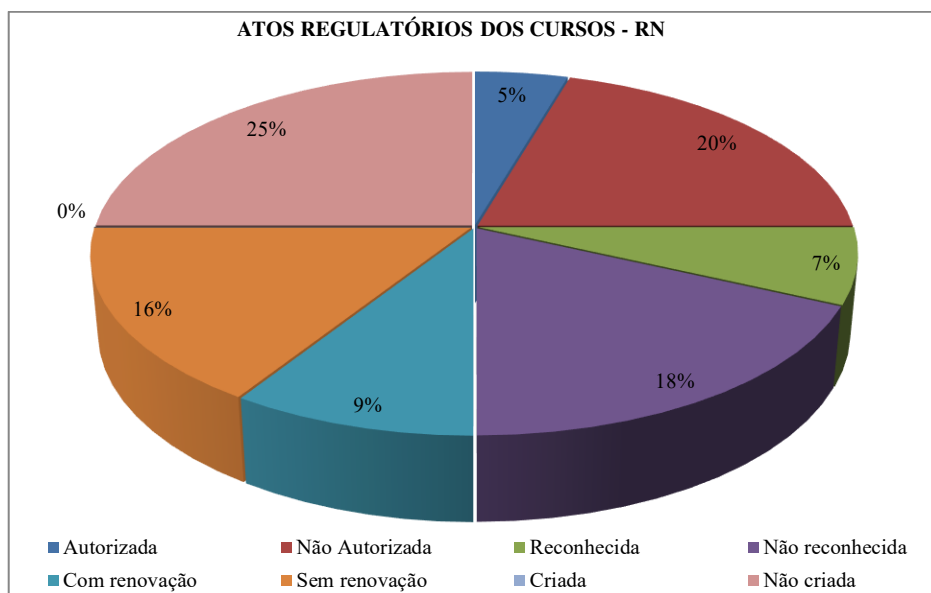
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Para o estado do Piauí 69% dos cursos de formação ambiental não admitem a verificação da situação dos cursos, de acordo com os atos regulatórios que deveriam constar em anexo (Gráfico 7). 23% não reconhecidos, 23% não criados em conselhos superiores de IES com autonomia universitária ou órgão estadual de educação e 23% sem renovação de reconhecimento de curso. Com 3% de cursos que comprovam reconhecimento mediante ato regulatório, 14% que comprovam criação e 3% que comprovam a renovação do reconhecimento dos cursos (Gráfico 7), a utilização do e-MEC como referencial da situação dos cursos indica ausência de fiscalização por parte do MEC e ou negligência por parte da IES que oferta o cursos, quanto a regularização destes.

Gráfico 7. Percentual de Situação de Cursos em Piauí, Brasil.

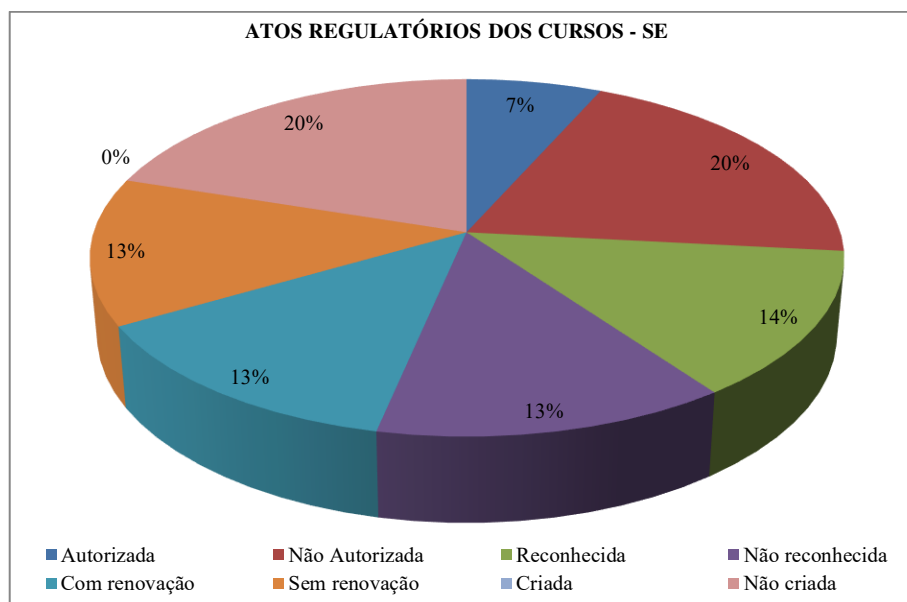
Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Dentre os cursos de formação ambiental no Rio Grande do Norte, 25% não foram criados em Conselhos Superiores de IES com autonomia universitária ou por órgãos da educação estadual. A incidência de 7% cursos que comprovam reconhecimento e 9% de cursos com renovação do reconhecimento permite deduzir que a comprovação da situação dos cursos no sistema e-MEC não seja uma prioridade. 63% dos cursos estão nas seguintes situações: 18% não reconhecidas, não autorizadas e 25% não foram criados (Gráfico 8). Mediante a ausência dos anexos dos atos regulatórios que atestam a situação dos cursos, podemos inferir que não foram objeto de verificação local por parte do MEC ou não estão em condição de regularidade quer quanto à comprovação ou também quanto a real situação do curso.

Gráfico 8. Percentual de Situação de Cursos em Rio Grande do Norte, Brasil.

Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

Sergipe oferta 14% de cursos de formação ambiental comprovadamente reconhecidos, 13% possuem renovação de reconhecimento do curso e 7% forma autorizados por Conselhos Superiores de IES com autonomia universitária ou pelo órgão estadual de educação. Porém, 33% não foram autorizados (Gráfico 9) e não foram reconhecidos, o que indica que ainda não houve uma visita e supervisão dos cursos quanto à organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas oferecidas pela instituição. Ou a IES responsável pelo curso não considerou as prerrogativas do sistema e-MEC como instrumento de verificação, por parte de terceiros, da real situação dos cursos. O que nos coloca em posição de questionamento, quanto ao sistema, enquanto ferramenta de verificação.

Gráfico 9. Percentual de Situação de Cursos em Sergipe, Brasil.

Fonte: e-MEC, 2018, Elaborado por SANTOS, N. G., 2019.

A constatação do expressivo número de inconsistências quanto à possibilidade de verificação da situação dos cursos junto ao sistema e-MEC, pela comprovação mediante anexos dos atos regulatórios correspondentes, nos permite caracterizar a ausência de fiscalização e acompanhamento do preenchimento das exigências, por parte do MEC, além de constatar que não há, por parte das IES, o compromisso com a comprovação documental das situações sinalizadas. Dessa forma, é nosso propósito apresentar junto ao MEC os resultados obtidos e contribuir para maior transparência junto aqueles que buscam no sistema e-MEC uma referência para escolha do local e situação do curso para sua formação.

Foram identificadas oito (08) situações entre os cursos e a documentação anexada ou não, que lhes deveria conferir a legitimidade da situação anunciada, porém sem o documento de comprovação correspondente, a própria verificação pelo interessado se torna impraticável, ressalte-se a dificuldade que enfrentamos em obter resposta por parte das IES contactadas. Por isso, destacam-se as seguintes condições encontradas:

Cursos Autorizados: situação em que o curso foi criado pelos Conselhos Superiores das IES e autorizado pela Secretaria Estadual de Educação, porém não consta anexado o documento de reconhecimento do curso e ele está em atividade, embora de maneira irregular, de acordo com o disposto na portaria Nº 21 de 21 de dezembro de 2017.

Cursos Não reconhecidos: os cursos foram criados, mas não possuem reconhecimento. Observe-se a situação abaixo onde o curso teve seu início de funcionamento em agosto de 2015, com visita obrigatória para 2017, no entanto, o que verificou-se foi que passados quatro anos, ainda não está disponível a informação correspondente à situação atual do curso.

Cursos Criados: os cursos foram criados, não possuem reconhecimento, nem a renovação do reconhecimento ou autorização de funcionamento todavia, estão em plena atividade, muito embora, para efeito de consulta, sua situação não possa ser verificada

Cursos Não Autorizados: os cursos não possuem documento de autorização, reconhecimento ou renovação do reconhecimento. Não há qualquer anexo que comprove a situação do curso, de forma que o fato de o curso constar em uma base de dados oficial possa induzir quem a ela recorre a acreditar que o curso está regular perante os órgãos de verificação legítimos.

Cursos Com renovação: os cursos possuem o documento de renovação, sem possuírem autorização ou reconhecimento. Nesse caso, identificamos cursos que possuem anexos recentes de renovação na base do e-MEC e, no entanto, constam na mesma base como ativos, com oferta de vagas apesar de identificados como extintos ou em extinção

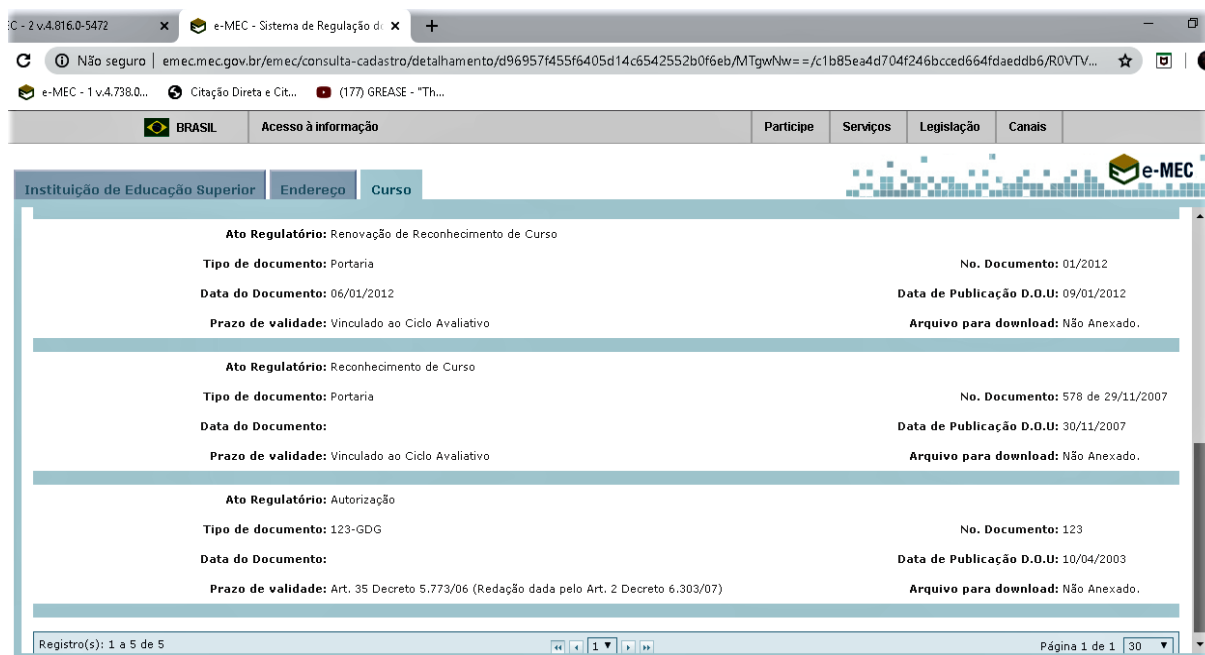
Cursos Não Criados: os cursos não possuem documento de criação quer seja dos Conselhos Superiores da IES ou das Secretarias Estaduais de educação

Cursos Reconhecidos: os cursos possuem reconhecimento sem autorização ou renovação do reconhecimento

Cursos Sem Renovação do Reconhecimento: os cursos possuem autorização, mas sem reconhecimento

Na Figura 7, a situação disponibilizada pela IES, ainda sem o documento correspondente ao Reconhecimento do curso. Destaque-se que esse cenário foi identificado em um número significativo de instituições. Observe-se:

Figura 7. Detalhe das IES: atos regulatórios dos cursos.



Fonte: [PrintScreen/SysRq de e-MEC].

Diante da situação exposta acima, se torna inviável creditar à situação de regularidade dos cursos tomando por base a documentação que deveria estar anexa para verificação. Observe-se na figura abaixo que o curso foi autorizado no ano de 2003 e até 2012 não há o documento anexo correspondente, o que só acontecerá em 2015, e pela legislação vigente, ou seja, a Portaria 21 de 21 de dezembro de 2017, já deveria constar na página, sob custas de penalização da IES.

4.5 - As Associações Profissionais e as Ciências Ambientais no Brasil

Previstas pelo Artigo 5º, inciso XVIII da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que dispõe: a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Para entendermos a pessoa jurídica, primeiramente devemos compreender o que é uma pessoa física, posto que, é

essa quem vai constituir a pessoa jurídica. A pessoa física é basicamente todo ser humano, é correto dizer que toda pessoa ao nascer com vida, já é uma pessoa física, ainda que não possua uma certidão que assim o determine. Designada como pessoa jurídica, as associações são formadas por um conjunto de pessoas físicas que se reúnem em torno de um objetivo comum para estabelecer ou desempenhar atividades que visem a obtenção do objetivo supracitado, sem uma finalidade lucrativa, elas formarão essa pessoa jurídica amparada no Artigo 53 do código civil que trata sobre a natureza jurídica. O artigo estabelece também em seu parágrafo único que não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.

As associações surgem a partir de um objetivo comum. O primeiro passo consiste na realização de uma assembleia geral de criação da organização, é o momento em que pessoas que possuem interesses em comum estabelecem a finalidade e o fundamento principal que dá origem a essa instituição. Em seguida tratar-se-á sobre a regulamentação, ou seja, a elaboração de um documento chamado estatuto, que estabelecerá as regras e normativas que conduzirão os procedimentos a serem adotados para atingir a finalidade a que se propôs a criação da associação. O instrumento primário de constituição de uma associação é o estatuto, que confere personalidade jurídica a uma associação e deve conter, segundo o Artigo 54 do Código Civil, os seguintes itens: 1) em primeira instância a denominação, os fins e a sede; 2) os requisitos para admissão, demissão e expulsão dos associados; 3) os direitos e deveres dos associados; 4) as fontes de recurso para sua manutenção; 5) o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos de acordo com o disposto na Lei nº 11.127/2005 do Código Civil; 6) as condições para alteração das disposições estatutárias para uma eventual dissolução; 7) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Após a aprovação do estatuto é realizada então a eleição dos membros da diretoria, ou seja, quem serão as pessoas que ocuparão os cargos diretivos dentro dessa associação. Após a eleição e posse dos membros da diretoria ocorrerá à lavratura, pelo secretário (a) desta instituição, a ata da reunião. Esse procedimento, da lavratura da ata, será contínuo em todas as reuniões quer de diretoria ou de assembleias com todos os participantes da associação. As atas devem conter a assinatura dos membros presentes às sessões de forma a assegurar a veracidade e concordância dos membros sobre o ocorrido e deliberado durante as sessões. Os documentos fundacionais (ata e estatuto) devidamente assinados serão encaminhados para registro dos atos constitutivos para constituição de corpo e natureza jurídica para a associação.

4.6 - O Poder do coletivo

*Somente um grupo profissional pode regulamentar,
atuar e acompanhar o funcionamento
e as variáveis de uma profissão.*
Durkheim (1930)

Exposto assim, de maneira sequenciada, entende-se que a constituição de uma associação ocorre de maneira contínua e linear. No caso específico da ANAGEA, objeto deste item, pudemos identificar na trajetória que antecedeu a constituição da Associação um percurso repleto de percalços. Ao acompanhar a linha do tempo, disponível em sua página virtual (www.anagea.org.br), pudemos comprovar o relato das atividades à comprovação documental anexada por meio de registro fotográfico, referências de participação em eventos cadastrados, buscas nominais dos participantes, formação acadêmica e profissional dos membros da diretoria, assim como, os registros das ações que antecederam a apresentação do PL 2664/2011 na Câmara dos deputados.

Fundada no dia 16 de fevereiro de 2008, à Rua Tabatinga, nº 192, no centro da cidade de São Paulo, durante assembleia geral da categoria profissional dos Gestores Ambientais a ANAGEA – Associação Nacional dos Gestores Ambientais. A reunião foi presidida pelo representante do Comitê Eleitoral, Sr. José Francisco Ribeiro Neto. É importante destacar que esse evento é resultante do empenho de um grupo de GA, que instigados pelo compromisso com a categoria, envidaram esforços para sua realização. O evento contou com 63 participantes vindos de diversas cidades do Estado de São Paulo, Sorocaba, Votorantim, Salto, Mairiporã, Campinas, Guaratinguetá, São Caetano, entre outras. Foram objetos de destaque as origens e os objetivos da Associação, com ênfase à relação entre problemas ambientais, responsabilidade do Poder Público e a necessidade de efetiva participação legal, legítima e regulamentada do Gestor Ambiental no cumprimento do seu papel social.

Desde o ano de 2008, a ANAGEA desenvolve uma série de atividades voltadas à unificação dos GA, viabilizou a incursão em espaços acadêmicos por meio da participação em eventos de visibilidade institucional e midiática, estreitou as relações com IES e cursos de formação na área, promoveu a ocupação de espaços de reconhecimento legítimo nas esferas social e institucional em sua atuação como sujeito porta-voz do coletivo e de afirmação

unificada em torno da categoria profissional. Observe-se que nessas atuações o gestor ambiental individual fica subsumido à força da associação enquanto instrumento de luta.

Após três anos da sua criação, foi aprovado em 15 de janeiro de 2011 o Estatuto da Associação, inscrito sob o nº 09.942.515/0001 – 85 junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, durante esse período foram realizadas as reuniões deliberativas da Diretoria, consultoria junto com profissionais da área jurídica e contábil além de assembleias periódicas da categoria para discussão até a aprovação final do documento e posterior inscrição no órgão competente, a Receita Federal – RF. Nesse intermédio, a ANAGEA organizou um Abaixo-Assinado virtual endereçado ao Congresso Nacional que teve por objetivo alcançar 15 mil assinaturas, foi realizada uma intensa campanha de mobilização, este é o teor do texto:

A regulamentação da profissão de gestor ambiental deve colocar um ponto final numa discussão que transborda para além do ofício em questão. Apresentado em outubro de 2011, o projeto pretende que a profissão de Gestão Ambiental seja regulamentada de acordo com a norma de criação do curso de graduação, por intermédio do MEC em obediência à lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Por isso nós, abaixo-assinados, apoiamos a aprovação deste Projeto de Lei 2664/11(www.anagea.org.br) [Acesso em 14.04.2016]

A organização dos GA, em suas localizações por Estado, atualmente em forma de Grupos de Trabalho (GTs) e acolhe também o profissional de formação técnica em Meio Ambiente é uma estratégia de aglutinação em torno do fortalecimento da e pela categoria. Dessa forma, podem atuar de maneira regionalizada em seus Estados de origem, pressionando os órgãos ambientais ao cumprimento da legislação e a nível nacional enquanto representação de um coletivo profissional organizado junto às instâncias federais. Ressalte-se que as iniciativas foram acompanhadas de instrumental para encaminhamento das ações a serem efetivadas (anexos com o texto da documentação a ser preenchida e encaminhada com os respectivos endereços dos destinatários).

Em 21 de junho de 2013, a Diretoria composta por Alexandre Robim (Presidente), MinoryFuruya (Vice-presidente), Gerson Eli Fernandes (Tesoureiro), Juliano Jorge Cucolo (Conselho Deliberativo e Fiscal) e Léo Urbini, (Ex-presidente da ANAGEA) foram recebidos no gabinete do deputado Walter Lhoshi (PSD – SP), relator do PL 2664 / 2011 na Câmara dos Deputados na ocasião. Em 09 de setembro de 2013 o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS – SP) autor do PL 2664 – 2011, participou do evento “Frente Parlamentar Ambiental” em

Sorocaba, projeto de iniciativa do vereador Jessé Lourdes (PV) também GA e membro da ANAGEA, o deputado federal é relator da Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Corroborando a intenção de dar visibilidade a Associação e construir capital social e político a ANAGEA compareceu ao evento que contou com a participação de mais de trinta Câmaras Municipais, pesquisadores das IES: Uniso, Unesp, UFSCar, PUC e UNIP que prestam suporte técnico à frente parlamentar. Em conversa reservada com o relator, a ANAGEA consolidou seu espaço institucional além de se estabelecer enquanto campo político de disputa.

Em 09 de maio de 2014 os representantes da ANAGEA: Elmar Magalhães e Elisângela Paula foram recebidos pelo deputado federal, Izalci Lucas (PSDB - DF) a quem entregaram um histórico da associação, cópia do PL 2664 – 2011 e discorreram sobre a necessidade da regulamentação profissional. O parlamentar manifestou-se favorável ao pleito e comprometeu-se a reunir com o autor do projeto deputado Arnaldo Jardim (PPS - SP) e o relator da ocasião, o deputado federal Stepan Nercessian (PPS – RJ posterior Cidadania). Nova iniciativa de divulgação junto à categoria com o documento para pressionar os parlamentares e os endereços de e-mail. É conveniente enfatizar quando descrito acima “foram recebidos”, uma série de procedimentos de natureza burocrática e influência de ordem política é mobilizado para pressionar a realização do encontro. É o poder do coletivo em movimento articulado à pressão dos gestores ambientais de forma individualizada, já assentado no capital social constituído pela associação que antecede o evento desde a solicitação formal junto ao gabinete. Já em 05 de agosto de 2016, os representantes da ANAGEA Gerson Fernandes, Léo Urbini e Viviane Logullo reuniram-se com o deputado federal Nilton Tatto (PT – SP), relator do PL na ocasião, para discutir o texto substitutivo do PL 2664/2011. Observe-se que as iniciativas da ANAGEA acontecem de forma articulada à tramitação do PL que transita entre as Comissões na Câmara dos Deputados e órgãos colegiados (conselhos profissionais, representação de outros coletivos, IES entre outros), todavia, esse percurso será apresentado no item referente à regulamentação.

A internet tem tido um relevante papel na atuação da ANAGEA, ao possibilitar a divulgação das iniciativas empreendidas, pudemos conferir nos comentários por parte dos GA nos Estados, várias manifestações de apoio financeiro (para custear a presença da ANAGEA em Brasília como forma de pressão durante a tramitação do PL 2664-2011, que aguarda ser incluído na pauta do Senado Federal. Atualmente está disponível na página a realização de

uma vaquinha virtual com objetivo de angariar recursos a fim de garantir a presença da ANAGEA junto aos senadores.

O reconhecimento social da profissão consiste na capacidade dos profissionais em deixar claro à sociedade as razões que justificam sua existência. Nesse sentido, associar à recorrência dos crimes ambientais à morosidade na responsabilização dos infratores, vincular a demora no ressarcimento às vítimas à punição exemplar das empresas e, relacionar a mitigação das ocorrências à necessidade da atuação do profissional Gestor Ambiental são fortes indicadores do tanto de importância que o torna necessário ao sistema, afinal a divisão social do trabalho significa um conjunto de tarefas específicas que podem mudar de sujeitos, porém não podem ser criadas. Todavia, se as profissões surgem das necessidades sociais e essas necessidades são determinadas pelas atuações dos profissionais afirma Durkheim (1999), temos em evidência, diante do cenário atual, a lacuna que fundamenta a necessidade desse profissional.

4.7 - A Regulamentação: PL 2664/2011

As funções de estruturação das sociedades atribuídas às profissões foram perdendo espaço primeiro, com a submissão e ou cooptação pelo Estado enquanto órgão regulamentador e, em seguida, com a apropriação do Estado pelo mercado. Com o avanço das funções econômicas sobre as demais, prevalece a lei do mais forte. Acentue-se que esse estado de não-regulamentação foi se instituindo em nome do desenvolvimento da liberdade individual. Esse falso antagonismo entre a autoridade da regra e a liberdade do indivíduo persiste com frequência. No entanto, a liberdade que “a sociedade tem o dever de fazer respeitar, é, ela própria, produto de uma regulamentação” (DURKHEIM, 1930, p. VIII). Ser livre está condicionado à garantia de que outrem seja impedido de se aproveitar de superioridade física, econômica, ou outra de que disponha para subjugar essa liberdade, e apenas a regulamentação social pode se interpor a esses abusos de poder. Nesse ínterim, a busca pela regulamentação profissional deve atender aos seguintes preceitos legais contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Artigo 5º Inciso XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. (CF, 1988, p. 13) [...] Art. 170 - Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (BRASIL, 1988, p. 109)

Existem, no entanto, alguns fundamentos que devem ser observados a fim de que o processo para regulamentação de uma profissão seja efetivado. A iniciativa deve partir do Congresso Nacional e ser executada por meio de lei. Contudo, é aconselhável observar as condições que antecedem a apresentação do requerimento. O reconhecimento da ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, a vinculação entre o exercício da profissão e o interesse público e finalmente, a existência de condições para fiscalização do exercício profissional são os pré-requisitos a serem observados.

Cada uma das etapas descritas acima possibilita uma série de desdobramentos, a depender de circunstâncias, que variam desde a ausência de um documento que deveria constar anexo, de uma instância que não foi observada no trâmite regular ou ainda, a ausência de uma assinatura entre outras. Aqui vamos nos ater às ocorrências em que tramitou o PL 2664/2011, que pleiteia a regulamentação da profissão de Gestor Ambiental, objeto deste capítulo. Para chegar à condição legal, uma solicitação, via requerimento, deve ser apresentada à Câmara dos Deputados e seguir os expedientes burocráticos que regulam a tramitação de documentos naquela casa. De acordo com o disposto no Artigo nº 61 da Constituição da República Federativa do Brasil – CF:

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição (BRASIL, 1988, p. 53)

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO foi aprovada pela Portaria nº 397, de 10 de outubro de 2002. É composta por um conjunto de títulos e códigos que pretendem a identificação das ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. A atualização constante visa expor, com a maior fidelidade possível, as diversas atividades profissionais existentes e seus dados alimentam as bases estatísticas de trabalho e servem de subsídio para a formulação de políticas públicas de emprego junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE além de constar como

“referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País” (CBO, 2010, p. 08). Dessa forma,

Os trabalhadores sentem-se amparados e valorizados ao terem acesso a um documento, elaborado pelo governo, que identifica e reconhece seu ofício. As inclusões das ocupações na CBO têm gerado, tanto para categorias profissionais quanto para os trabalhadores, uma maior visibilidade, um sentimento de valorização e de inclusão social. [<https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>] Acesso em 14.06.2019]

A Portaria nº 231 foi publicada em 29 de junho de 2011, no DOU, Edição 123, Seção 1, o Ministério da Educação, resolve “Art. 1º. Reconhecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (código: 111094), constante do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia”. (D.O.U., 2011, p. 15). A gravidade do avanço das questões econômicas sobre as demais esferas da sociedade, entre elas o meio ambiente, impõe a necessidade da criação de obstáculos que contenham o avanço desenfreado do mercado e do consumo sobre os recursos naturais comprometendo assim as gerações presentes e futuras. É nessa conjuntura que se insere a vinculação da profissão do Gestor Ambiental ao interesse público e que encontra respaldo entre as questões ambientais suscitadas pela sociedade e o cumprimento da legislação brasileira no que concerne às políticas públicas de desenvolvimento, sustentabilidade e descarte responsável de resíduos previstos nos Protocolos e Acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro junto a outros países. Assim como, afirma Figueiredo (2016, p. 01), “a circulação de interesses em torno do meio ambiente (proteção, preservação e conservação) mediante o *uso sustentável* e pelo ordenamento de agendas políticas de gestão ambiental voltadas ao desenvolvimento sustentável”.

Ainda dentro das condições que precedem o pleito à regulamentação, devem ser criadas as condições para fiscalização do exercício profissional. As instâncias de fiscalização estão presentes desde a formação acadêmica via Colegiados de Curso com a verificação constante pelo MEC por meio do sistema e-MEC que realiza inspeções periódicas junto aos cursos e IES. Após a formação, os profissionais se organizam em Associações, Conselhos, Sindicatos entre outros, de ordem local, regional e ou nacional. A essas organizações compete zelar pelos interesses das categorias profissionais, pela sua organização. A tramitação do PL 2664/2011 segue em forma de relatório em anexo disponibilizado pela Câmara dos Deputados em sua página virtual. Nesses termos, a regulamentação reflete contextos e contradições da profissionalização em ciências ambientais no Brasil. Por isso, trataremos, a seguir, sobre a

distribuição geográfica dos cursos de formação ambiental e procuraremos estabelecer as relações entre as ofertas de vagas, os espaços geográficos, as demandas ambientais regionais, os contextos políticos e econômicos assim como a interseccionalidade presente entre as IES públicas e privadas.

4.8 - A Geografia da Formação em Ciências Ambientais no Brasil

Nunca é demais lembrar que:

[...] Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa [...] (ENGELS, 1885 - 18 do Brumário).

Essa caracterização geográfica nos remete à reflexão sob perspectivas voltadas às questões ambientais. Inseridas nas pautas governamentais, a partir de movimentos sociais reivindicatórios, preocupados com a sustentabilidade, com o descarte de resíduos e com o consumo desenfreado na década de 60 e 70. A partir da segunda guerra mundial (1939 – 1945), a sociedade deu-se conta que a mesma ciência que deveria estar a serviço do bem comum, do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida do homem, também era capaz de produzir um determinado tipo de conhecimento que poderia levar à destruição da vida planetária. Essa constatação pela sociedade suscita questionamentos que produzem uma necessária articulação em torno da temática ambiental. Movimentos sociais que se organizavam em torno de pautas específicas como movimento feminista, movimento pacifista, ambientalistas, movimentos de combate ao racismo entre outros, e particularmente o movimento *hippie* ou *poder das flores* que propugnava contra o armamento nuclear e contra a guerra do Vietnã. Caracterizado como movimento de contracultura nos anos 60, essa forma de expressão coletiva de comportamento se insurgiu contra as escolhas dos estilos de desenvolvimento adotados pelos segmentos da indústria, do comércio e com respaldo político dos seus governantes. A perspectiva voltada às questões ambientais consegue reunir e organizar em torno de si uma pauta social universal: a questão ambiental ou ainda, a relação com o meio ambiente a partir da opção do modelo de desenvolvimento.

Potencial reverberação e visibilidade mundial também é atingida por meio da arte, com a encenação de espetáculos voltados à temática como Hair (1967), grandes festivais musicais como Woodstock (1969) são realizados por artistas conhecidos em escala mundial e músicas como "What A Wonderful World" (Bob Thiele e George David Weiss, 1968) e "Imagine" (JOHN LENNON, 1971) sobre questões que remetem à existência na terra e a relação que desenvolvemos com ela, se tornam verdadeiros hinos mundiais de uma causa específica que consolidava a urgência de uma outra forma de pensar e agir em relação ao ambiente. É nesse contexto de manifestações públicas (passeatas, boicotes a determinadas marcas e produtos, atos públicos entre outros) da insatisfação da sociedade por meio de reivindicações específicas em relação modelo de desenvolvimento que o meio ambiente adentra a pauta global.

No Brasil, o movimento ambientalista e preservacionista se organiza timidamente por volta de 1950 no Rio Grande do Sul com a criação da União Protetora do Ambiente Natural – UPAN em 1955 e da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza- FBCN em 1958, sob a pauta da preservação da fauna e flora. A partir da década de 70 organizações não governamentais (ONGs) como a World Wildlife Fund – WWF ou o Greenpeace que são organismos independentes que atuam para defender o meio ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos, tem sua incursão no país, engajadas em campanhas contra a entrada de lixo radioativo no país, provenientes de usinas nucleares de países desenvolvidos; a investigação sobre a exploração ilegal e predatória de madeira na Amazônia ou como Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado. Sem vinculação partidária ou financiamento governamental, o que não as isenta de *intencionalidade*. Curiosamente evidencia-se também a imagem de duas classes sociais distintas e opostas, inconciliáveis entre quem desfruta e quem é desfrutado, quem produz e quem consome, afirma De Masi (2014). O paradigma dos modos de produção não pode ser superado sem que se alterem os modos de consumo e a responsabilidade com o descarte. Haja vista sob a institucionalização da moeda verde ou a expensas da sustentabilidade ou ainda, sob a prerrogativa da plataforma ambiental de forma ameaçadora se apresentam a constatação do esgotamento dos recursos naturais concomitante à crise do petróleo na década de 70.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por situações opostas, vivíamos a Guerra Fria em escala mundial, dois blocos com visões políticas e econômicas antagônicas dividiam o mundo de forma binária - URSS e USA ou comunismo e capitalismo respectivamente. Internamente vivenciávamos a nossa guerra fria particular: o governo progressista de João

Goulart com pretensões à implantação de Reformas de Base⁸ encontra oposição nos setores conservadores alinhados à modernização econômica preconizada pela visão capitalista da economia americana.

A crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros, a dívida contraída por Juscelino Kubitschek, a queda da produção e redução de salários desencadeia uma sucessão de greves operárias e lutas camponesas. Movimentos sociais e políticos da esquerda exigem que o presidente abandone a posição conciliadora e se comprometa com a execução das reformas de base, o que ele faz em comício histórico no dia 13.03.1964. Cinco dias depois (19.03.1964) os setores conservadores colocam 400 mil pessoas nas ruas durante a *marcha da família com Deus pela liberdade*. Políticos de extrema direita, entidades civis e religiosas, em seu esforço de luta contra o comunismo criam as condições ideais para um grupo golpista, formado por latifundiários, empresários nacionais, empresas estrangeiras instaladas no país e segmentos das forças armadas, recebeu de setores da classe média um efetivo apoio à deposição de João Goulart. Foi decisivo o encorajamento e oferta de apoio material e militar dos Estados Unidos, embalados pela possibilidade de um maior endividamento do Brasil, garantia da manutenção um exército de reserva, expansão do mercado consumidor e acesso aos recursos naturais brasileiros como contrapartida.

Em busca de um aparato legal e contando com apoio dos militares se aliaram a setores conservadores do Congresso Nacional e juristas conservadores que legitimassem o golpe, todavia depois de consumado, os militares não devolveram o poder aos civis. Estava instalada a ditadura militar plena na efetivação de suas práticas de supressão dos direitos civis, cassação de mandatos e banimento daqueles que lhes se opunham. A imposição pelo poder das armas levou à presidência Humberto Castelo Branco com amplos poderes e repressão proporcional. Contraditoriamente o cenário cultural brasileiro denunciava questões de ordem política, social e econômica por meio da música através dos Festivais de Música Popular (1967), do cinema através de filmes que colocavam no centro da linguagem a “estética da fome”, do teatro com através da Oficina e teatro de Arena. Havia uma aproximação entre a cultura, arte, associações de trabalhadores, zona rural e Universidade por intermédio do Centro Popular de Cultura - CPC da União Nacional dos Estudantes – UNE que logo foi suprimida pelo fechamento dessas instituições ou pelas suas inserções na clandestinidade.

⁸Reformas estruturais (CPDOC) nos setores educacional, fiscal, político e agrário propostas por João Goulart (1961).

A adesão às medidas de estímulo às importações (isenção de impostos indiretos, minidesvalorizações cambiais) favorece um cenário positivo em relação à economia nacional, todavia, “dúvidas não são vocalizadas dados o fechamento político, a ideologia do autoritarismo e a manutenção da mesma equipe econômica” (MACARINI, 2000, p. 13) colocam sob suspeição o que era tornado público e a realidade efetiva da economia nacional. A abertura e incentivo ao mercado de capitais evocariam o “realismo e a racionalidade”, os “dois fatores extraordinariamente escassos neste país”, para justificar o acerto da política (Delfim Netto, 1969) que Macarini (idem) define como uma estratégia de fomento da concentração bancária e financeira que constituiu uma peça importante da política econômica “delfiniana” durante o “milagre” brasileiro.

Concomitantemente as conferências e encontros ambientalistas ao redor do mundo que reclamam a necessidade de normas e leis para assegurar o respeito à natureza e ao meio ambiente coincidindo com os planos nacionais de desenvolvimento e instalação de indústrias poluentes e energético-minerais no Brasil, em 1966 a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNDA) é iniciada e em 1971 é criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com a função de gerir normas para a conservação do meio ambiente e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais (CAVALCANTI, 1995). Também são criadas agências ambientais para controle de poluição, como a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) no Rio de Janeiro e a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) no estado de São Paulo. O movimento ambientalista brasileiro ganhava repercussão internacional com iniciativas como a de Chico Mendes em defesa dos seringais amazônicos, premiado pela Organização das Nações Unidas – ONU com “Global 500” na década de 80 e a questão ambiental se intensificou com seu assassinato em dezembro de 1988.

No contexto econômico, o “milagre” aconteceu principalmente regado a dinheiro internacional que aterrissou através da entrada de multinacionais que encontraram no Brasil um terreno propício para a expansão sob a tutela dos militares, e também por empréstimos advindos de fundos internacionais, muito bom para empresários, e ruim para os trabalhadores apesar do forte crescimento e criação de empregos no período militar, os salários foram achatados e a distância entre ricos e pobres cresceu e se manteve, o que só foi possível através do aparato repressivo do regime sobre os sindicatos, que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários destacam os historiadores Vinicius Müller (2014) e Pedreira Campos (2012). Esse resgate histórico é necessário para apreensão do momento histórico-

político, compreensão das consequências advindas pela opção de modelo de desenvolvimento adotada no Brasil e acompanhamento da forma como vai se desenvolver o campo educacional e formativo. De acordo com Engels (1885, p. 21) no prefácio de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx “essa compreensão eminente da história viva em curso, essa clarividência em relação aos fatos no momento em que ocorrem, é de fato ímpar” e dado à recorrência dos fenômenos na história brasileira, o resgate nos parece apropriado para compreendermos a educação.

A tentativa de organização do sistema educacional brasileiro acontece com a promulgação da constituição de 1824, quando o então imperador D. Pedro I, institui que a educação elementar – hoje fundamental - e o ensino secundário – hoje ensino médio – ficaria sob a responsabilidade das Províncias e dos Estados e caberia à União a responsabilidade pela formação no ensino superior. A carência de professores induz à utilização do método Lancaster, ou seja, os alunos mais desenvolvidos, atuavam na função de professores. A educação não era pública, não era gratuita, não era obrigatória. O índice de analfabetismo era muito alto.

Em 1888, a libertação dos escravos os eleva à condição de *cidadãos*, sem nenhum direito ou política voltada a seus destinos, uma massa expressiva adentra ao corpo social. Em 1889 houve a Proclamação da República, porém, e o cenário educacional persiste sob a tutela da igreja que persiste até a década de 20 quando um grupo de educadores brasileiros – José Veríssimo, Olavo Bilac e Antônio Carneiro Leão - motivados pelas discussões estrangeiras que aludiam à necessidade de uma educação voltada à luz dos problemas nacionais vai dar início ao movimento conhecido como Escola Nova, que encontra ressonância em educadores de diversos Estados, decepcionados com a República, e inspirados na obra do John Dewey *The Educational Situation* que propunha uma ‘pedagogia ativa da educação pela ação’.

Destaque-se, ainda, que em 1932, educadores como Sampaio Dória (1920, São Paulo), Lourenço Filho (1922, Ceará), Anísio Teixeira (1924, Bahia), Carneiro Leão (1928, Pernambuco), Lisímaco da Costa (1927, Paraná), Francisco Campos (1928, Minas Gerais) e Fernando de Azevedo (1928, Distrito Federal) elaboram e subscrevem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, “movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular” (NAGLE, 1985, p. 262), onde exigem que o Estado tome para si a responsabilidade pela Educação de forma pública, laica, obrigatória e gratuita. Econômica e politicamente os governos brasileiros se alternavam

entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo até a ruptura pela Revolução de 30 com a vitória de Getúlio Vargas que ao assumir o poder, como governo provisório “abriu espaços para a manifestação das novas forças políticas que se formavam no País: Os empresários industriais, os militares, as classes médias urbanas e o proletariado industrial” (SOARES e Silva, 2007, p. 145).

O conjunto desses acontecimentos históricos introduziu mudanças significativas no modelo de desenvolvimento nacional e na sociedade brasileira como um todo. A exigência a mão-de-obra especializada já em 1930 seguida da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; em 1931 sanciona o decreto nº 19.850, organizando o ensino secundário e as Universidades Brasileiras, a educação torna-se um direito de todos sob a responsabilidade da família e do poder público. Promulga a Constituição de 1934 onde foram incluídos artigos sobre direitos individuais, voto feminino, previdência social, direitos trabalhistas, salário-mínimo, abolição da pena de morte, independência entre três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, eleições diretas para presidente e mandato de cinco anos. Em 1935 a reforma educacional de Gustavo Capanema alinhou a educação às questões socioeconômicas ou seja, voltadas para o ensino profissionalizante. Francisco Campos através do Conselho Nacional de Educação – CNE, organizou o ensino superior e o ensino comercial de forma nacional e articulada voltada ao cenário mundial, mais uma vez o ensino primário, elementar, fundamental, vai aguardar.

É válido destacar que a derrubada da aristocracia rural do café marca o contexto histórico por não haver uma classe ou grupo suficientemente forte para substituí-la. A Constituição 1937 redigida por Francisco Campos, instalou uma ditadura que ficou conhecida como Estado Novo e durou até 1945. Esse período alinhado ao que acontecia na Europa, dispensou o sistema representativo, foram extintos os partidos políticos, eliminou o federalismo, os governos estaduais e o pluralismo sindical e o Legislativo e o Judiciário ficaram submetidos a Vargas. O governo passa a fixar as diretrizes da educação nacional e a formação física, moral e intelectual da infância e da juventude e as escolas particulares ganham espaço. Além disso, manteve a gratuidade, todavia a obrigatoriedade do ensino estendeu-se ao aprendizado do trabalho manual em todas as escolas primárias, normais e secundárias para atender à política escolar do ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas; estabeleceu a cooperação entre a indústria e o Estado, voltada à preparação de mão-de-obra às novas funções abertas pelo mercado, pressuposto do modelo de desenvolvimento aderido.

Sem dúvidas, estava institucionalizada a separação entre classes e oportunidades de acesso, não que houvesse em momento algum. O ensino secundário se divide entre secundário e profissional, naturalizando a divisão de classes. Mudanças relevantes só serão verificadas na ditadura militar, por volta da década de 60 e 70. Para mudar a ideologia vigente em um país em que seu povo e sua história não são reconhecidos (SOUZA, 2017) como raiz estruturante de sua sociedade é necessário constituir um elemento de doutrinação (ROUSSEAU, 1762) e a escola é a agência mais qualificada para este fim em todos os tempos e em todas as sociedades. Teóricos como Freire (1965, 1968, 1985, 1996) Lèvy (2008); Morin (2011); De Masi (2014), Engels (1885) e entre outros dissertaram sobre esse contexto.

No Brasil, a classe média, constitui-se vetor potencial às grandes transformações de ordem política, movida pela aspiração de ascensão econômica e social se consolida a serviço de uma classe superior, à qual não pertence. Foi essa categoria que, sem se expor, já que apoiou os golpes militares e civis, sem defender uma bandeira além dos interesses próprios de classe, reivindicou junto ao governo totalitário da ditadura, a adoção de medidas que contemplassem as demandas por uma educação voltada aos seus anseios, assim descreve Cunha (1982) como “a incorporação de demandas do conjunto da sociedade brasileira”.

Jarbas Passarinho, que foi ministro sob o governo de Médici entre 1969 – 1974 e estabeleceu a reforma Universitária sob a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 que alterou a forma de acesso ao ensino superior. Consideramos de extrema importância registrar que, quando o Governo Federal não conseguiu assegurar acesso ao ensino universitário, garantido pela constitucional de 1937, então criou um expediente para classificar, selecionar e possibilitar o acesso ao ensino superior somente aqueles que fossem aprovados em concurso vestibular sob os critérios e índices da nova legislação que perduram até hoje. Em registros de áudio e vídeo o ministro revela que com esse expediente “a primeira coisa que eu fiz foi me livrar dos excedentes. Instituí um modelo classificatório”⁹.

Lembremos que as formas e conteúdo de ensino foram modificados pela Constituição Federal - CF de 1937, quem deve estudar e quem deve trabalhar era a premissa a partir do conteúdo ministrado. A expansão da indústria na Europa vai provocar sensíveis alterações no Brasil; o declínio da lavoura cafeeira transfere os investimentos dos grandes fazendeiros para o setor industrial. Porém a mudança mais significativa ocorre a partir de 1955 com a abertura

⁹Fala do ministro [https://www.youtube.com/watch?v=YqDgaGNDads]

da economia e das fronteiras produtivas, admitindo a entrada de recursos em forma de empréstimos e um maciço investimento com a instalação de empresas multinacionais.

No contexto educacional, temos a implantação da escola de massas, pautada no modelo seriado na perspectiva de atender às novas demandas do mercado, sob uma formação fragmentada, com uma capacidade mínima necessária para ocupação dos novos postos de trabalho que surgiam. Em acordo firmado com os Estados Unidos por meio da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento – USAIDS que estimulava e orientava a política educacional brasileira e sob a teoria da formação do capital humano, segundo a qual a educação serviria para gerar riquezas materiais, cada pessoa alfabetizada estava capacitada para somar ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB, foi implantada em 1968 a Reforma Universitária que visava introduzir nas Universidades a lógica de organização das empresas e fábricas com a departamentalização das disciplinas e dos corpos docentes por área de estudo e consequente divisão do trabalho. Criou-se a matrícula por disciplina e o sistema de créditos que dividiu os alunos também. Buscou-se estabelecer uma mentalidade empresarial dentro das universidades, um estímulo à divisão do trabalho e à especialização.

As mudanças introduzidas no ensino secundário ou profissionalizante acompanhavam as transformações que foram introduzidas na formação em nível superior de maneira articulada ao tempo em que se promoveu a divisão entre formação para o trabalho por meio do ensino técnico e a formação para o ingresso no ensino superior por meio do ensino científico. Em 1971 os militares lançaram um novo pacote pra educação com alterações na Lei de Diretrizes e Bases – LDB que ampliou de quatro para oito anos a obrigatoriedade escolar ao mesmo tempo, derrubam a vinculação de gastos. Em contradição ao aumento da carga horária e efetiva responsabilidade do setor público é imposta uma redução de gastos o que vai criar as condições necessárias para o avanço do mercado privado sobre a educação; criou-se o crédito educativo que financiava a matrícula na rede privada de ensino.

O ensino público de segundo grau tornou-se profissionalizante com a criação de cerca de 130 habilitações profissionais enquanto o ensino privado assume caráter de preparatório para o ensino universitário, confirmando assim a divisão de classes dentro da estrutura educacional, ao eliminar as igualdades de oportunidades de acesso. De uma só vez, o governo suprimiu dois problemas: a dificuldade para contratação de professores e a manutenção de laboratórios, bibliotecas, equipamentos e construção de espaços para atividades esportivas e culturais, destaca Kuenzer (2017). As entidades estudantis foram proibidas, os grêmios

viraram centros cívicos, os diretórios estudantis ficaram sob intervenção, Filosofia e Sociologia foram proibidas em seu lugar foram instituídas disciplinas de caráter doutrinário como Organização Social e Política do Brasil – OSPB, Educação Moral e Cívica – EMC no ensino profissionalizante /secundário e na Universidade foi inserida Estudo de Problemas Brasileiros – EPB.

O “milagre” econômico, apesar do crescimento da economia se revelou um retumbante fracasso devido a concentração de renda, desemprego, arrocho salarial, inflação, carestia que vai levar às mobilizações sociais ao final da década de 70. Na educação manteve-se baixa a qualidade do ensino, alta taxa de analfabetismo, expressiva evasão escolar, alto índice de repetência e desempenho medíocre dos estudantes junto aos indicadores educacionais; as universidades voltaram a se constituir em focos de resistência. A Constituição Cidadã de 1988 ampliou o direito à educação, resgatou a vinculação de recursos para educação, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental sob a responsabilidade de Estados e Municípios.

4.9 - Os mapas das minas

A oferta dos cursos de formação ambiental não estão dissociadas dos contextos geográficos, políticos, econômicos e ambientais. Para além do interesse formativo das populações longínquas, a oferta dos cursos segue padrões econômicos e políticos articulados às políticas de expansão do agronegócio, da exploração dos recursos naturais e implementação da legislação ambiental.

Definida pelo IBGE em 1963, a Região Norte – maior do país - possui uma área de 3.853.676,948 km² que corresponde a 45,25% do território brasileiro. Com 18,16¹⁰ milhões de habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,730. Formada por sete Estados e 449 municípios distribuídos entre Acre - 22, Amapá - 16, Amazonas - 62, Pará - 143, Rondônia - 52, Roraima - 15 e Tocantins - 139, com mais de 90% de seu território ocupado pela Floresta Amazônica, essa região contém a maior bacia hidrográfica do mundo ou 1/5 da reserva de água doce do planeta, além de possuir uma expressiva concentração de recursos naturais e minerais, é o maior repositório de biodiversidade da terra. Objeto de cobiça da

¹⁰Fonte dos dados demográficos: IBGE – 2018.

indústria farmacêutica e da indústria de mineração, a Região Norte mantém sobre si o foco das atenções mundiais.

Apesar de se constituir a maior região do país em extensão territorial a densidade demográfica é menor do país com 4,7 hab./km². Considerando a quantidade de municípios, chama atenção o número de cursos de formação ambiental existentes. Entre 2001 e 2012 foram criadas 49 Unidades de Conservação Federal na Amazônia, essas UC estão sob a responsabilidade do Tribunal de Contas da União – TCU, órgão que controla a administração do patrimônio público avaliou a gestão das UC em parceria com os Tribunais de Contas dos nove Estados que abrigam o bioma (AM, PA, AC, AP, RO, RR, TO, MA e MT). A implementação da gestão dessas áreas implica significativa alocação de recursos além da necessidade da presença de um conjunto de atores em uma prática articulada entre órgãos reguladores, agências fiscalizadoras e pessoal qualificado em número superior ao que dispõe no momento, já que a legalização do sistema não foi acompanhada pela oferta necessária de recursos para gestão das áreas.

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBIO, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA é o gestor das UC federais, enquanto o MMA é responsável por coordenar o sistema o ICMBIO gere e implementa as ações. Enquanto nos EUA o recurso é de US\$ 7.806 / km² para 340 mil km², no Brasil o recurso é 28 vezes menor, US\$ 277 / km² para 750 mil km². A média de servidores do ICMBIO é de um servidor para 393 km², no Canadá essa média de um servidor para cada 54 km². Na Amazônia, 90 das 107 UC federais contam com menos de cinco servidores, as demais contam com um ou dois (TCU, 03,12,2014). A falta de pessoal e de recursos impacta diretamente nas atividades de fiscalização, de combate à emergências, de monitoramento, de educação ambiental e pesquisas da biodiversidade e no apoio às comunidades tradicionais – culturalmente diferenciados e que vivem há mais de três gerações em um mesmo ecossistema ou território, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita relação de dependência com o meio, na definição de Bensusan (2006).

A pouca integração entre os órgãos ligados ao ambiente, a carência de recursos e a vasta dimensão do território são apenas a ponta do iceberg, um dos principais problemas a ser enfrentado é a regularização fundiária das UC. O ICMBIO estima que 5% das terras das UC ainda são privadas ainda não regularizadas devendo vir a ser desapropriadas e se os proprietários forem de comunidades tradicionais, devem ser realocados. As áreas objeto de conflitos fundiários são as que mais sofrem os impactos do desmatamento assinala a

pesquisadora Elis Araújo (2014). Diante do exposto, pode-se justificar a necessidade da formação assim como, da regulamentação da profissão do Gestor Ambiental e sua efetiva inserção no mercado.

São características comuns da região além da baixa densidade demográfica, o predomínio das florestas nativas, o extrativismo como modelo econômico, a forte presença de nações comunidades indígenas, a vasta extensão territorial e ultimamente estão em destaque o avanço das áreas de pastagem com manejo como forma de entrada e ocupação de terras e posterior substituição pela monocultura de exportação. Dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil produzido pelo IBGE (2018) revelam que entre 2000 e 2016, houve uma expansão de 26% nas áreas destinadas às pastagens com manejo e um aumento de 40% das áreas destinadas à produção agrícola, especialmente na borda do bioma amazônico, desde Rondônia até o leste do Pará, onde ocorre o avanço das pastagens com manejo sobre as florestas. O que nos leva a concluir que, a despeito do governo, o modelo econômico voltado à lógica do mercado avança em larga escala.

O estado do Amazonas, cuja capital é Manaus, possui 3.483.985 habitantes, 62 municípios e densidade demográfica de 2,23 hab/km². Seu território, de 1.559.146,876 km², está inserido no Bioma Amazônia (100%)¹¹. O quadro abaixo destaca a superioridade na quantidade da oferta de vagas pela iniciativa privada em relação ao ensino público, todavia é importante ressaltar que na identificação das IES que ofertam os cursos de formação *ambiental* foi notável a incursão da Universidade do Estado do Amazonas – UEMA com 13 cursos em Gestão Ambiental e 3 cursos de Saneamento Ambiental totalizando 16 municípios que praticam essa formação (Cf. Anexo. Em tempo, apesar de concentrar a maior bacia hidrográfica do país, o acesso a água potável ainda é objeto de preocupação na Amazônia em vista da dificuldade do tratamento da água e da ausência de saneamento básico nas áreas mais distantes. O índice de contaminação por doenças tropicais e infecciosas típicas da Região ainda são objeto de preocupação de acordo com Relatório Anual de Gestão 2017 da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM.

A Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1909) comparece com 2 cursos de Ciências Agrárias e do Ambiente (bacharelado e licenciatura) e 1 bacharelado em Engenharia Ambiental também em municípios distantes. Apesar da expressiva oferta de vagas na rede privada de ensino dentro do Estado, nenhuma IES privada oferta cursos de formação

¹¹Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE

ambiental fora da capital Manaus. A iniciativa pública também responde por 5 mestrados acadêmicos e 2 doutorados. O que nos permite inferir que o investimento material na formação ambiental restringe-se à iniciativa pública assim como a formação de pessoal em localidades mais distanciadas também é prerrogativa desta modalidade de iniciativa.

O Estado do Pará, cuja capital é Belém, possui 7.581.051 habitantes, 144 municípios e densidade demográfica de 6,07 hab/km². Seu território, de 1.247.955,238 km², está inserido no Bioma Amazônia (100%)¹². No Pará, dos 35 cursos de formação *ambiental*, apenas 4 são ofertados pela iniciativa privada em localidades fora da capital Belém onde são ofertados outros 11 cursos; a oferta de cursos pela iniciativa pública, também como no Amazonas, estende a formação *ambiental* às localidades mais distanciadas, distribuídos da seguinte maneira: 16 cursos em formação *ambiental* estão localizados em municípios no interior do Estado, 5 são ofertados pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, 1 é ofertado pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, 4 são ofertados pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1957), 6 são ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. 4 cursos são ofertados na capital por IES públicas. É interessante considerar a grande incidência de conflitos por terra no Estado que possui a marca local da maior incidência de assassinatos de lideranças indígenas, agricultores e ambientalistas além de concentrar uma vasta área destinada à exploração mineral. Também sobressai no Estado do Pará a oferta de 5 mestrados acadêmicos, 3 mestrados profissionais e 2 doutorados ofertados em IES públicas e 1 doutorado e 2 mestrados profissionais são ofertados pela rede privada de ensino.

O Estado do Acre, cuja capital é Rio Branco, possui 733.559 habitantes, 22 municípios e densidade demográfica de 4,47 hab/km². Seu território, de 164.123,737 km², está inserido no Bioma Amazônia (100%)¹⁰. O Acre é um Estado com baixa densidade demográfica, característica comum à Região Norte, tem como modelo econômico o extrativismo e a exportação de madeira, castanha e borracha – é o maior produtor do Brasil. Tem apoio econômico do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID por meio do financiamento de projeto de desenvolvimento sustentável. No Estado do Acre 4 IES ofertam cursos de formação *ambiental*, assim distribuídos: 1 curso no interior ofertado por uma IES pública, 3 cursos na capital são ofertados pela iniciativa privada. Saliente-se que, apesar de não se constituir o foco desta tese a oferta de cursos na modalidade de ensino à distância, nos

¹²Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE

chamou atenção. No Estado que possui 22 municípios e a oferta de ensino superior se concentra na capital Rio Branco (e-MEC), distribuída entre 2 Centros Universitários, 1 Universidade Federal, 1 Instituto Federal e 9 faculdades na capital e 1 no interior. O Estado do Acre possui 1 mestrado acadêmico em Ciências Ambientais, ofertado pela Universidade Federal do Acre – UFAC (1974) o que abre uma perspectiva de formação de corpo docente e fortalecimento da área.

O Estado de Amapá, cuja capital é Macapá, possui 669.526 habitantes, 16 municípios e densidade demográfica de 4,69 hab/km². Seu território, de 142.828,521 km², está inserido no Bioma Amazônia (100%)¹³. A distribuição de cursos de formação *ambiental* no Estado do Amapá apresenta um quadro semelhante ao Estado do Acre, com baixa densidade demográfica e 16 municípios; a oferta de ensino superior se concentra na capital do estado Macapá (e-MEC). E o único curso de formação *ambiental* no interior é ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP em Laranjal do Jari. 3 cursos são ofertados pela iniciativa privada e 2 cursos são ofertados por IES públicas. Possui 1 mestrado acadêmico em Ciências Ambientais ofertado pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (1990). Macapá se destaca pela exportação de manganês, caulim e ouro semimanufaturado e madeira.

O Estado de Rondônia, cuja capital é Porto Velho, possui 1.562.409 habitantes, 52 municípios e densidade demográfica de 6,58 hab/km². Seu território, de 237.765,293 km², está inserido nos Biomas Amazônia (99,8%) e Cerrado (0,2%). Rondônia responde por 18 formações *ambiental* distribuídas entre a capital Porto velho e municípios do interior do estado. São ofertados 6 cursos pela iniciativa privada na capital e 9 no interior. A Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR (1982) responde por 2 cursos de formação *ambiental* no interior do Estado e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO responde por 1 curso também no interior. A UNIR oferta 2 mestrados acadêmicos em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Ciências Ambientais. O Estado de Rondônia possui 52 municípios, é o terceiro Estado mais populoso¹⁴ e responde por 11% do Produto Interno Bruto - PIB da Região Norte. Tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a indústria alimentícia e o extrativismo vegetal e mineral.

¹³Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE

¹⁴Estimativa do IBGE para 2016.

O Estado de Roraima, cuja capital é Boa Vista, possui 450.479 habitantes, 15 municípios e densidade demográfica de 2,01 hab/km². Seu território, de 224.300,805 km², está inserido no Bioma Amazônia (100%)¹⁵. O Estado de Roraima possui 2 cursos de formação *ambiental*, ambos se localizam na capital Boa Vista sendo Gestão Ambiental ofertado pela iniciativa privada e Saneamento Ambiental ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. Não possui nenhum curso de pós-graduação na área. O Estado detém a menor densidade demográfica do país com 2,33 hab/km² e o PIB também é o menor do país.

O Estado do Tocantins, cuja capital é Palmas, possui 1.383.445 habitantes, 139 municípios e densidade demográfica de 4,98 hab/km². Seu território, de 277.720,412 km², está inserido no Bioma Cerrado (91%) e Amazônia (9%). Mais novo Estado criado no Brasil, o Tocantins possui 6 cursos de formação *ambiental*. 2 cursos oferecidos no interior pela iniciativa pública e 1 pela iniciativa privada. 2 cursos ofertados por IES públicas e 1 por IES privada na capital Palmas. A Universidade Federal do Tocantins – UFT (2000) é a única IES que oferta cursos de pós-graduação na área *ambiental*: 1 mestrado profissional, 2 mestrados acadêmicos e 1 doutorado.

A oferta de cursos em nível de pós-graduação na proporção de 3 cursos na iniciativa privada, sendo 1 mestrado acadêmico, 1 mestrado profissional e 1 doutorado para 25 cursos na iniciativa pública distribuídos em 16 mestrados acadêmicos, 4 mestrados profissionais e 5 doutorados conforme o Quadro 3 permite-se afirmar com razoável margem de segurança que a pesquisa e a formação de quadros qualificados para inserção no mercado docente e desenvolvimento potencial de produção de conhecimento científico é desenvolvida pela iniciativa pública. O quadro de interiorização de oferta de cursos de formação *ambiental* por IES públicas denota, pela distribuição do ensino superior aos interiores em maior número sob iniciativa de IES públicas, principalmente as estaduais, denota uma preocupação voltada aos interesses locais.

¹⁵Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE

Quadro 3. Distribuição de Cursos por Esfera Pública e Privada na Região Norte do Brasil.

NORTE	QUANTIDADE DE CURSOS	TECNÓLOGO	GRADUAÇÃO	ME	MP	D	OFERTA DE VAGAS
IES-PÚBLICA	76	28	23	16	4	5	2.589
IES- PRIVADA	53	21	29	1	1	1	8.120

Fonte:SANTOS, N. G., 2019. Legenda: [ME] - Mestrado Acadêmico;[MP] - Mestrado Profissional;[D] – Doutorado.

As conferências mundiais, voltadas à pauta ambientalista, têm alterado as premissas, sinalizando na perspectiva da educação ambiental voltada ao compromisso com o meio ambiente primeiro, com a sustentabilidade em seguida e atualmente com o desenvolvimento sustentável ao introduzir nos modelos educativos a responsabilidade do indivíduo com o meio de que faz parte, deslocando dos modelos econômicos adotados pelos países a responsabilidade pela vida planetária. Compreender a educação como a porta de entrada do indivíduo à socialização após a família, pois é nesse espaço que se impõe o domínio por uma nova forma de conceber um discurso de natureza específica que é o discurso educacional, já que os discursos em favor da educação são plenos de projeções e intencionalidades e no caso específico da educação tanto pode vir a se constituir em uma propositura de integração homem-natureza como instrumento ideológico e legitimador da reprodução das condições sociais.

A atuação do mercado e o tratamento dispensado aos bens da natureza, portanto comum a todos os seres, como o ar, a água e o solo vai naturalizando a apropriação desses bens por uma parcela da população em detrimento das outras de forma tão entranhada nas relações sociais que nem nos damos conta até a privatização institucionalizada dos recursos naturais. Mantendo uma contínua expansão econômica, lucros cada vez maiores, em prejuízo do meio ambiente ao comprometer a qualidade de toda a forma de vida das gerações presentes e futuras.É nesse contexto que observamos as iniciativas das IES públicas de interiorização aos distantes municípios como uma ponte para o convívio com saberes locais, comunidades tradicionais, diversidade cultural enfim, uma articulação entre o pensar de forma globalizada mas agir de forma localizada.

O Centro-Oeste é a segunda maior região do Brasil em superfície territorial e possui a segunda menor densidade demográfica 10,01 hab./km². Formada por 3 estados e 1 Distrito Federal: Goiás – GO, Mato Grosso – MT, Mato Grosso do Sul – MS e Brasília – DF, a capital do país. Responde por 1.606.403,506 km² da área nacional e uma população de 16.085.885

habitantes¹⁶. É a única região que faz fronteira com todas as outras, é a mais interiorana e apresenta grandes concentrações urbanas e grandes vazios demográficos. O PIB per capita regional foi de R\$ 35.653,48 em 2014 e média do IDH de 0,789 é considerado alto. Todavia, veremos, a seguir, que parece que estamos diante de duas regiões Centro-Oeste distintas, uma a partir dos indicadores econômicos e outra de acordo com os indicadores sociais.

O Distrito Federal, cuja capital é Brasília, possui 2.570.160 habitantes, 1 município e densidade demográfica de 444,66 hab/km². Seu território, de 5.779,997 km², está inserido no Bioma Cerrado (100%)¹⁷. Possui IDH de 0,824 o maior do país e PIB per capita R\$ 2.460,00¹⁸; apesar do alto índice, foram consideradas carentes na áreas da educação - crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. Na proteção social - residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para instituto de previdência ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento real efetivo domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes. Condições de moradia - pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. Saneamento básico – falta de acesso a coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial¹⁹. Domicílios sem acesso à internet. Daqui em diante utilizaremos apenas o termo carente para designar as situações referidas no Distrito Federal.

O Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2014 – 2016 evidencia o predomínio de vegetação campestre natural, área caracterizada por lavouras temporárias, semiperenes e permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e commodities do agronegócio e áreas onde predominam superfícies antrópicas não-agrícolas. São aquelas estruturadas por edificações e sistema viário, nas quais estão incluídas as metrópoles, cidades, vilas, as aldeias indígenas e comunidades quilombolas, áreas de rodovias, serviços e transportes, redes de energia, comunicações e terrenos

¹⁶Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE.

¹⁷Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE.

¹⁸<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>

¹⁹Fonte: IBGE, 2017 – Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil.

associados, áreas ocupadas por complexos industriais e comerciais e edificações que podem, em alguns casos, estar situadas em áreas peri-urbanas. No período de 2014-2016, não ocorreram mudanças de cobertura e uso da terra no Distrito Federal. O Distrito Federal oferta 9 cursos de formação ambiental em IES privadas e 3 cursos em IES públicas. Oferta 1 mestrado profissional também por IES privada.

O Estado de Goiás, cuja capital é Goiânia, possui 6.003.788 habitantes, 246 municípios e densidade demográfica de 17,65 hab/km². Seu território, de 340.106,492 km², está inserido nos Biomas Cerrado (97%) e Mata Atlântica (3%)²⁰. Possui IDH de 0,735, o oitavo do país e o PIB per capita mensal de R\$ 1.323,00²¹. Foram consideradas carentes as áreas da educação, proteção social, condições de moradia, saneamento básico e acesso à internet²².

O Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2014 – 2016 identificaram no estado de Goiás a predominância áreas de pastagem com vegetação cultivada ou vegetação campestre natural ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade. Estas interferências podem incluir o plantio; a limpeza da terra (destocamento e despedramento); eliminação de ervas daninhas de forma mecânica ou química (aplicação de herbicidas); dragagem; calagem; adubação; entre outras que descaracterizem a cobertura natural. Foi identificada a redução da vegetação campestre natural e o aumento da área de pastagem no período 2000 – 2016 porém de 2014 a 2016 observou-se a transformação da área de pastagem em área agrícola.

Goiás oferta 22 cursos de formação *ambiental* ofertados por IES privadas, 13 cursos ofertados por IES públicas e 3 cursos ofertados por IES que constam como categoria administrativa pública municipal porém são pagos e ofertados no interior do estado. Os demais cursos ofertados estão distribuídos entre 6 cursos são ofertados por IES públicas no interior e 18 cursos ofertados no interior por IES privadas. Os demais cursos ofertados são 6 por IES públicas na capital Goiânia e 7 por IES da esfera privada também na capital. Identificamos uma expressiva formação centrada na área do agronegócio Gestão de, Administração de, Finanças para entre outros; mas não sendo esse o nosso objeto, apenas destacamos o registro. Oferta 3 mestrados acadêmicos e 1 doutorado por IES públicas e 3

²⁰Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE.

²¹<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>

²²IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

mestrados acadêmicos e 1 doutorado por IES privada. A oferta de 6 cursos no interior do estado por IES públicas e 18 cursos por IES da esfera privada também no interior nos permite inferir o avanço da iniciativa privada no setor educacional de formação superior na área *ambiental*.

O Estado do Mato Grosso, cuja capital é Cuiabá, possui 3.035.122 habitantes, 141 municípios e densidade demográfica de 3,36 hab/km². Seu território, de 903.202,446 km², está inserido nos Biomas Amazônia (54%), Cerrado (39%) e Pantanal (7%)¹. Apresenta IDH de 0,725, décimo primeiro do país e renda per capita mensal de R\$ 1.386,00². A Síntese de Indicadores Sociais aponta carência nas áreas da educação, proteção social, condições de moradia, saneamento básico e acesso à internet.

O Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2014 – 2016, realizado pelo IBGE revelam a predominância de vegetação florestal, vegetação campestre e pastagem com manejo. As mudanças mais significativas foram a redução da vegetação florestal e o aumento da área agrícola. Expressiva também foi a conversão da área destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, com vegetação herbácea cultivada (braquiária, azevém, etc) ou vegetação campestre (natural), ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade em ocupação mista de agricultura, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes florestais, na qual não é possível uma individualização de seus componentes e ser representada por zonas agrícolas heterogêneas ou extensas áreas de plantations. Inclui também os tanques de aquicultura. Observou-se também a intensificação da área caracterizada por lavouras temporárias, semiperenes e permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e *commodities* do agronegócio²³. Observa-se:

O Mato Grosso oferta 9 cursos de formação *ambiental* em IES privadas, 4 destes ofertados no interior e 5 cursos em IES públicas sendo 3 no interior do Estado. Os outros 7 cursos são ofertados na capital Cuiabá sendo 5 ofertados por IES privadas e 2 por IES pública. A oferta de cursos por IES privadas é quase o dobro da oferta de cursos por IES públicas o que torna possível deduzir com razoável segurança um avanço da iniciativa privada na formação *ambiental* no nível ensino superior. Oferta 2 mestrados acadêmicos em IES privadas e 5 mestrados acadêmicos, 1 mestrado profissional e 2 doutorados em IES públicas.

23 Fonte: Censo 2010, IBGE @Cidades; Fonte: Área territorial brasileira 2016, IBGE; Fonte: Biomas, IBGE.

O Estado do Mato Grosso do Sul, cuja capital é Campo Grande, possui 2.449.024 habitantes, 79 municípios e densidade demográfica de 6,86 hab/km². Seu território, de 357.145,531 km², está inserido nos Biomas Cerrado (61%) e Mata Atlântica (14%) e Pantanal (25%)¹. Possui IDH de 0,729, sétimo do país e renda *per capita* mensal de R\$ 1.439,00²⁴. A Síntese dos Indicadores Sociais aponta que o estado apresenta carências nas áreas da educação, proteção social, condições de moradia, saneamento básico e acesso à internet²⁵.

O Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil, realizado pelo IBGE aponta a predominância de pastagem com manejo em áreas naturais, a presença de vegetação campestre nativa e cobertura de vegetação florestal ou seja, formações arbóreas com porte superior a 5 metros de altura. As mudanças mais significativas destacam a redução da vegetação campestre natural e o aumento da área caracterizada por lavouras temporárias, semiperenes e permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e *commodities* do agronegócio. Inclui todas as áreas cultivadas, inclusive as que estão em pousio ou localizadas em terrenos alagáveis. Pode ser representada por zonas agrícolas heterogêneas ou extensas áreas de *plantations*. Inclui também os tanques de aquicultura. O aumento da silvicultura, plantios florestais de espécies exóticas ou nativas como monoculturas também foi observado no período 2000 – 2016. Entre 2014 – 2016 as mudanças se acentuaram em todo o estado do Mato Grosso do Sul, sem uma predominância específica porém, destaca-se a conversão da área de pastagem com manejo em área agrícola e plantação de espécies exóticas.

Mato Grosso do Sul oferta 9 cursos de formação *ambiental* por IES privadas sendo 2 cursos no interior e 7 na capital Cuiabá; 7 cursos são ofertados por IES públicas sendo 4 cursos ofertados no interior do estado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e 1 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e 3 cursos na capital por IES públicas. Oferta 2 mestrados acadêmicos e 2 doutorados em IES privadas e 2 mestrados acadêmicos e 2 doutorados em IES públicas.

A oferta de 7 mestrado acadêmicos, 1 mestrado profissional e 3 doutorados em IES públicas e 10 mestrados acadêmicos, 1 mestrado profissional e 5 doutorados a nosso ver, revela um quadro de pós-graduação voltado à temática ambiental (Quadro 4) todavia, destacamos a necessidade de um estudo mais criterioso para verificação junto às áreas de pesquisa e conhecimento produzido dentro dos contextos ambientais considerados. É possível

²⁴<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>

²⁵IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

inferir a formação de pesquisadores, a realização de pesquisas e a formação de mão-de-obra para a docência superior.

Quadro 4. Quantitativo de Oferta de Vagas – Região Centro Oeste, Brasil.

CENTRO-OESTE	QUANTIDADE DE CURSOS	TECNÓLOGO	GRADUAÇÃO	ME	MP	D	OFERTA DE VAGAS
IES-PÚBLICA	44	8	20	10	1	5	1.702
IES- PRIVADA	60	20	20	7	1	3	6.900

Fonte:SANTOS, N. G., 2019.**Legenda:** [ME] Mestrado Acadêmico; [MP] Mestrado Profissional; [D] Doutorado.

As regiões Sudeste e Sul apresentam características singulares e, na proposição de Milton Santos (1926 – 2001), uma regionalização brasileira deve partir de critérios que ultrapassam as propriedades geográficas e introduz os seguintes critérios de agrupamento: concentração de indústrias, tecnologia, finanças, meios de transportes, população e universidades. Assim, surge a Região Concentrada da união das regiões Sudeste e Sul com esse potencial de particularidade. Abriga 73% da indústria existente no território brasileiro, suas sedes administrativas e concentra a maior arrecadação tributária²⁶.

Dados do IBGE determinam sensíveis mudanças na cobertura e uso da terra com avanço significativo da pecuária como pastagem com manejo sobre as florestas e posterior introdução da monocultura com um aumento de 40% entre 2000 e 2014 e no caso da silvicultura – plantio extensivo de espécies exóticas – um aumento de 65% entre 2000 e 2016²⁷. Seguindo a regionalização proposta por Milton Santos²⁸, utilizamos como parâmetro a oferta de cursos (universidades) de formação *ambiental* com suas respectivas distribuições (Quadro 5).

Quadro 5. Quantitativo de Oferta de Vagas – Região Concentrada

REGIÃO/ CONCENTRADA	QUANTIDADE DE CURSOS	TECNÓLOGO	GRADUAÇÃO	ME	MP	D	OFERTA DE VAGAS
IES-PÚBLICA	248	47	91	57	20	33	7.990
IES- PRIVADA	476	306	220	22	14	14	49.836

Fonte:SANTOS, N. G., 2019.**Legenda:** [ME] Mestrado Acadêmico; [MP] Mestrado Profissional; [D] Doutorado.

²⁶CNI, com base em dados do IBGE. 2018.

²⁷Fonte: IBGE. Diretoria de Geociências. Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil.

²⁸Fonte: IBGE - O Atlas nacional do Brasil, publicado pelo IBGE, passou a denominar-se Atlas nacional do Brasil Milton Santos, conforme disposto na Lei no 11.159, de 2 de agosto de 2005. Um projeto que resume, por excelência, a meta de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

A expressiva disparidade entre a oferta de cursos de pós-graduação na iniciativa pública em detrimento da oferta de cursos de pós-graduação na iniciativa privada, conforme observado no Quadro 5, é um elemento de potencial relevância para caracterizar onde estão geograficamente situados as IES que investem em pesquisa, formação científica e produção do conhecimento, assim como, nos permite inferir aonde se dá a maior alocação de recursos – financiamento de projetos, pesquisas e bolsas - por agências de fomento (CAPES, CNPQ e FAP's), para além dos investimentos efetuados pela iniciativa privada. Quanto a expressiva diferença da oferta de cursos nas modalidades tecnólogos e de graduação entre as IES públicas e privadas, também é correto deduzir que o mercado avança exponencialmente sobre a educação em nível superior.

4.10 - As minas dos mapas

De olho na formação de mão-de-obra voltada à implantação da legislação ambiental, e, à consequente exigência do licenciamento ambiental ou do estudo de impactos que precede a construção civil ou a instalação de grandes empreendimentos, é notável a oferta de cursos de formação *ambiental* pela iniciativa privada. A expansão das profissões e a busca por profissionais técnicos e especializados são o centro da nova estrutura ocupacional. Apesar da complexidade presente dentro do campo profissional, acentua-se uma polarização entre aqueles que possuem domínio sobre técnicas, informação, formação qualificada e aqueles que estão sendo cada vez mais colocados à margem do processo produtivo pela falta de adequação aos novos sistemas tecnológicos e informacionais. É crescente a parcela que se aglomera entre essas duas posições. Podemos caracterizar um novo ordenamento na formação da estrutura social com um “achatamento” da camada intermediária.

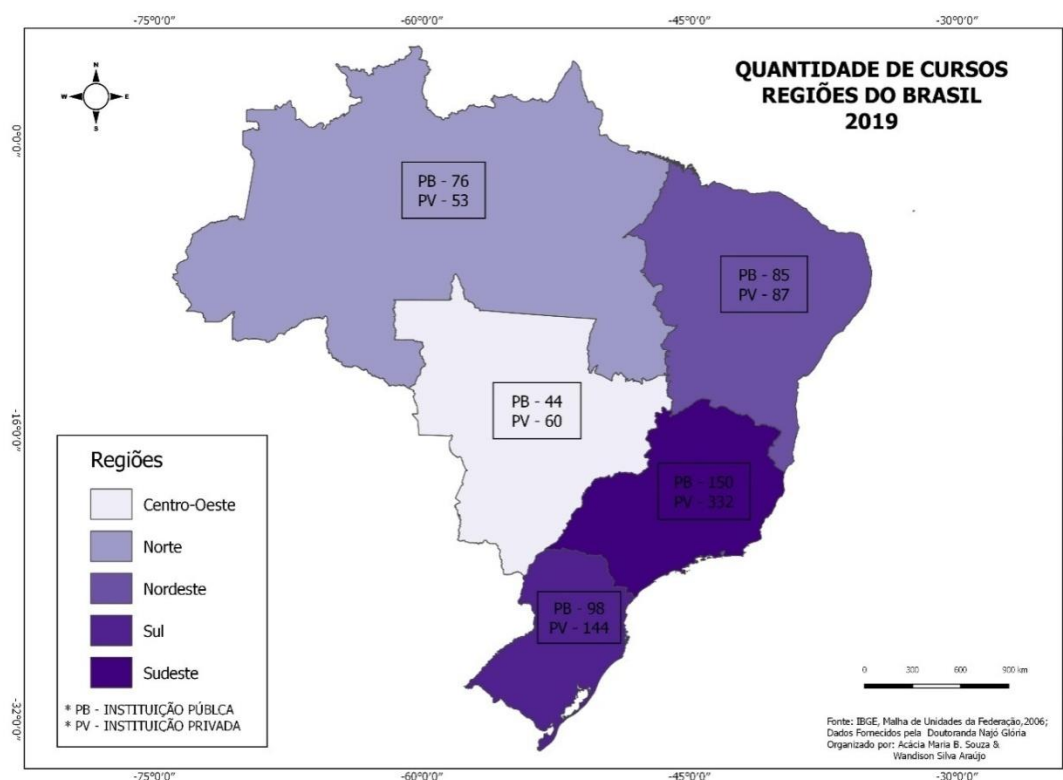
O acentuado avanço da iniciativa privada sobre os serviços que até bem pouco tempo eram caracterizados como direitos sociais vem se acentuando nas últimas três décadas. Uma conjunção de fatores vem contribuindo com esse cenário, todavia podemos considerar que essas mudanças estão diretamente relacionadas a forma de organização ou desarticulação das estruturas dentro do campo do trabalho. O desemprego estrutural dos anos 90 associado a ausência de investimentos na infraestrutura por parte do estado possibilitou a contratação de empresas para prestação dos serviços que são da competência do Estado, segurança, transporte, saúde, habitação são alguns destes exemplos de terceirização de serviços que

paulatinamente são assumidos pela rede privada associado à falta de investimento em infraestrutura e concursos públicos para contratação de pessoal, a iniciativa privada vai se apropriando do setor de serviços e somente ela está preparada para prestação desses serviços com a legitimação do Estado.

Simultaneamente ocorre a ocupação dos cargos de gestão e politicamente, junto aos conselhos da administração pública, vão se instalando a representação da iniciativa privada. Como finalidade última o lucro, a implantação da perspectiva empresarial em serviços públicos, principalmente aqueles da ordem social dos direitos e garantias institucionais, pretende a redução de custos e maximização de lucros de onde decorre, no quadro da educação especificamente, o aumento da carga horária, a precarização do trabalho dos profissionais da educação, redução dos investimentos nas estruturas materiais para o funcionamento das IES e escolas contraditoriamente, o aumento da carga horária. Ressalte-se que o fornecimento de material pedagógico, gerenciamento da implantação dos novos modelos, acompanhamento da execução dos procedimentos e controle do cumprimento de metas, é realizado por instituições de natureza privada. Os serviços foram assumidos de dentro para fora enquanto no cenário político os espaços de disputa e as instâncias deliberativas são ocupados quer seja por indicações ou por eleições colegiadas, por representantes dos interesses da iniciativa privada.

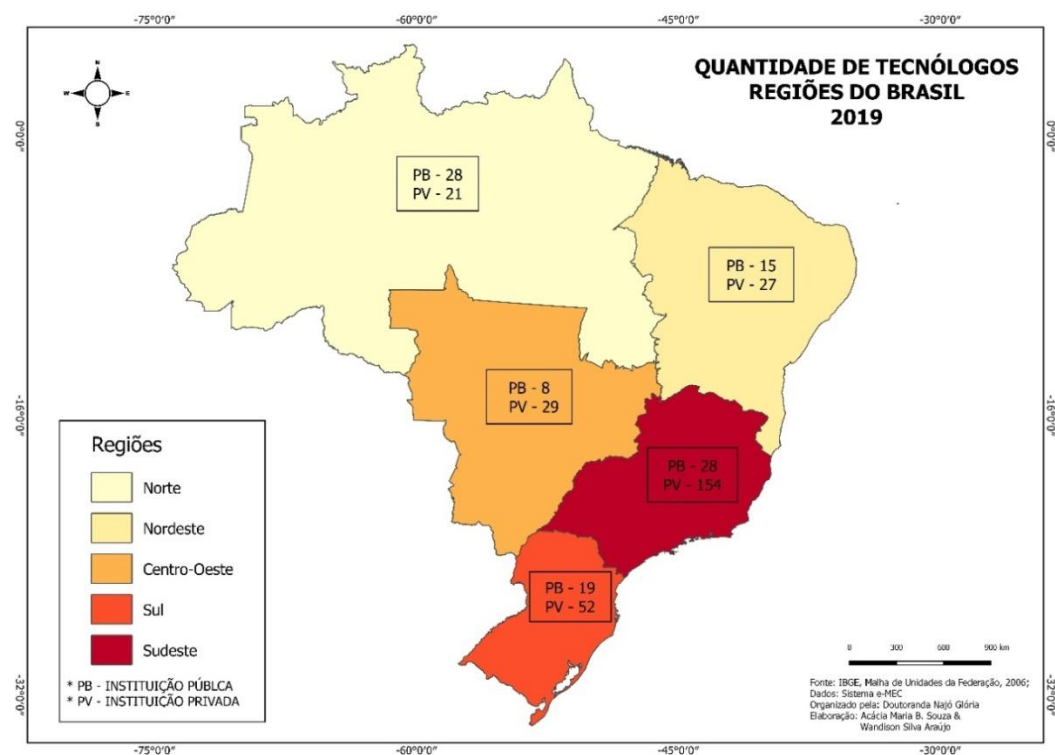
A naturalização da prestação dos serviços de obrigação do Estado pela iniciativa privada têm sido gradativo porém, constante e crescente. O rompimento dos pressupostos da educação como direito e mais um deles. Lembremos que a segurança, apesar de figurar como prerrogativa do estado, diante de contendas públicas é a garantia da propriedade privada que prevalece, quer do indivíduo quer das organizações. Assim ocorre com a água, hoje sob gestão da economia mista, da mesma forma a eletricidade com os convênios multinacionais, na saúde onde a rede prestadora de serviços está na iniciativa privada alimentada com recursos públicos, o mesmo ocorre com o setor de transportes via concessão pública e isenção de impostos, se aplica também ao setor da habitação que tem e mantém sua atuação mediante financiamento público. Temos um cenário no qual os direitos sociais são mediados por entidades privadas e a banalização dessa prática começa a alcançar a condição de legalidade e legitimidade diante da legislação. A ocupação dos espaços educativos pela iniciativa privada começou na década de 70 quando o Governo Federal começou a partilhar com a iniciativa privada a responsabilidade pela educação superior, o quadro só vem aumentando desde então, conforme observado no mapeamento apresentado nas Figuras 8, 9, 10, 11, 12 e 13:

Figura 8. Quantidade de Cursos de Formação Ambiental em Regiões Brasileiras.



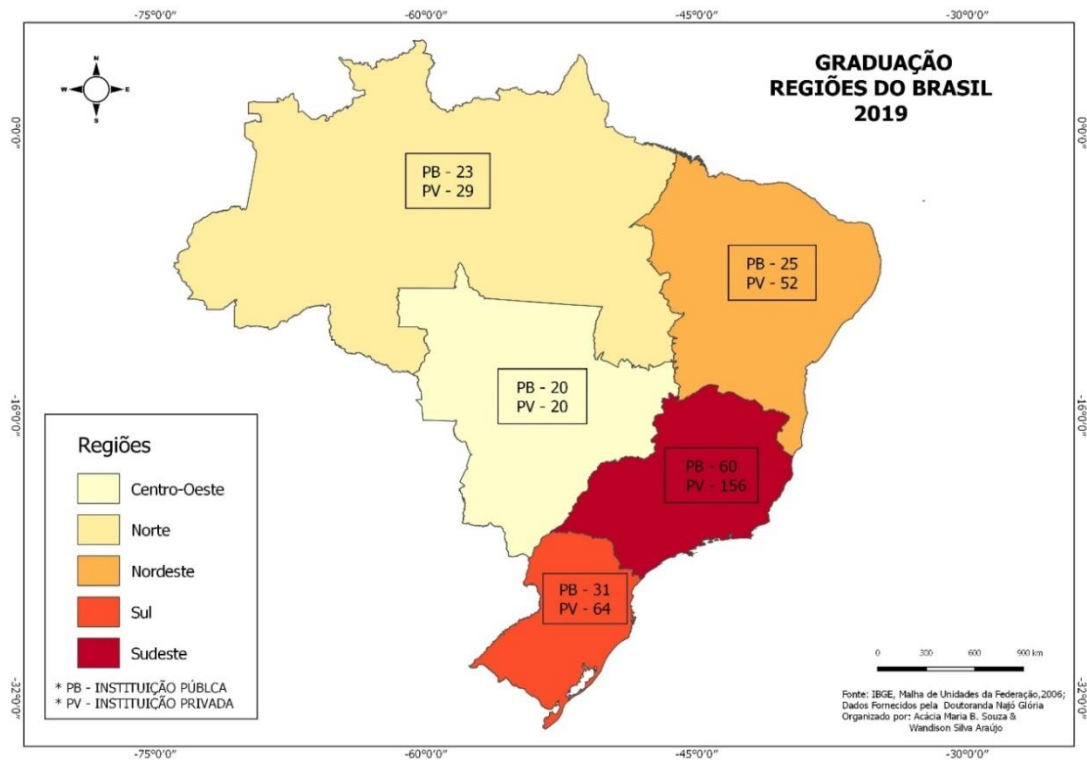
Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006.

Figura 9. Quantidade de Cursos de Formação Tecnológica em Regiões Brasileiras.



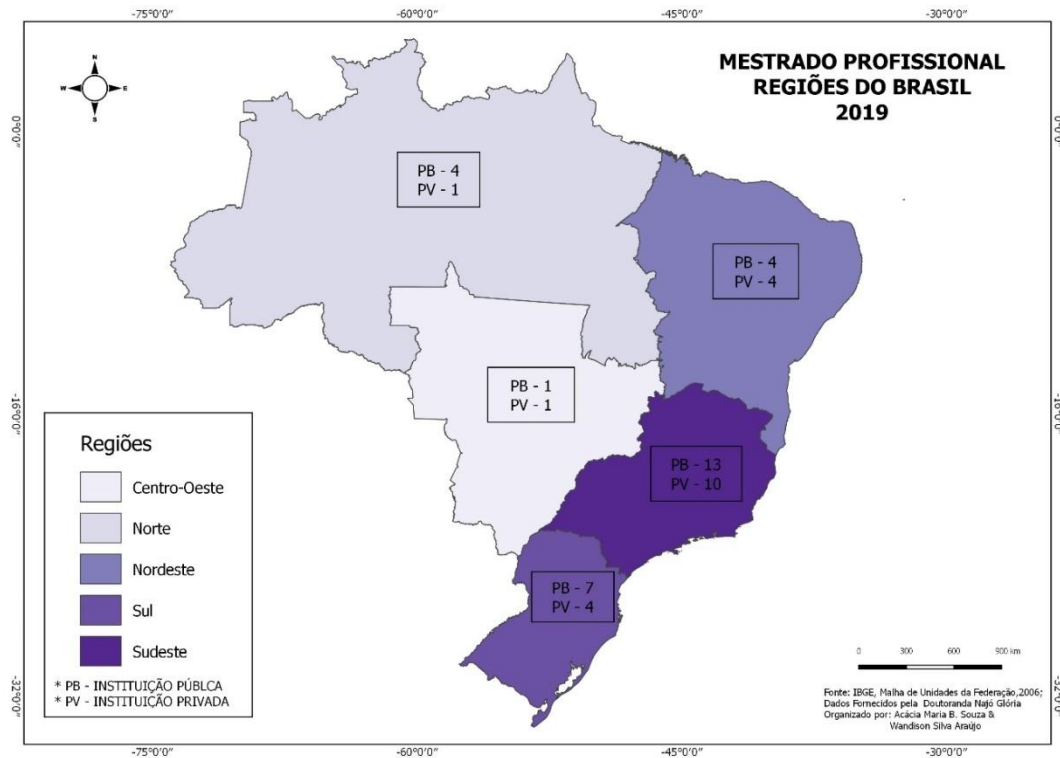
Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006

Figura 10. Quantidade de Cursos de Graduação em Regiões Brasileiras.



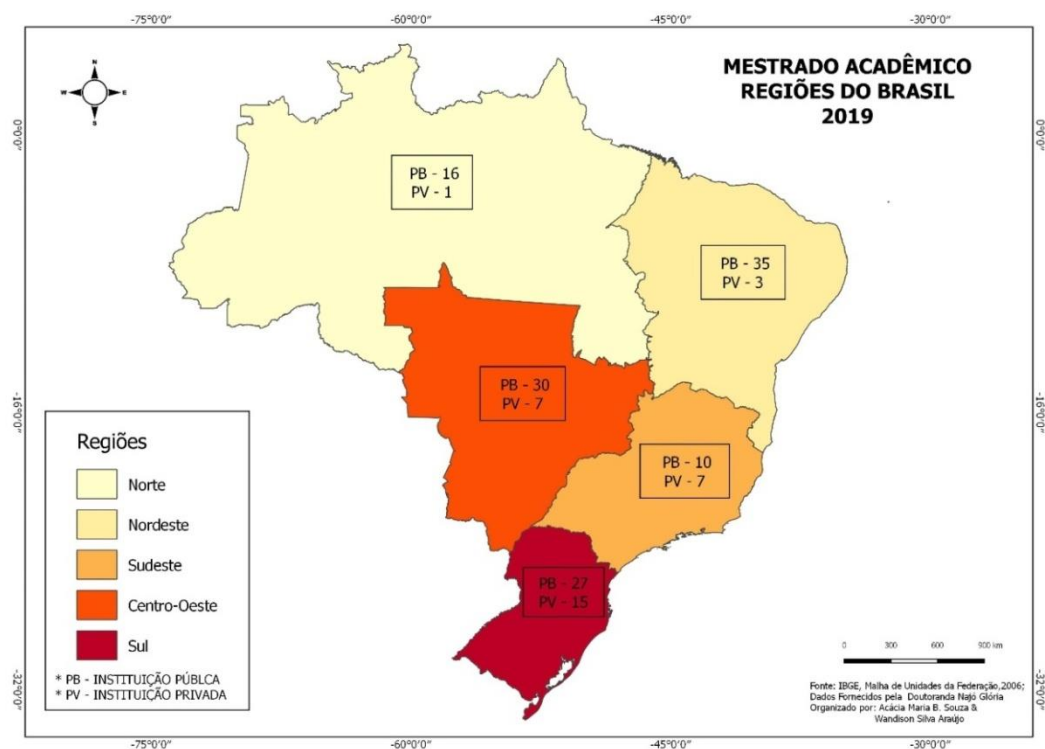
Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006

Figura 11. Quantidade de Mestrados Profissionais em Regiões Brasileiras.



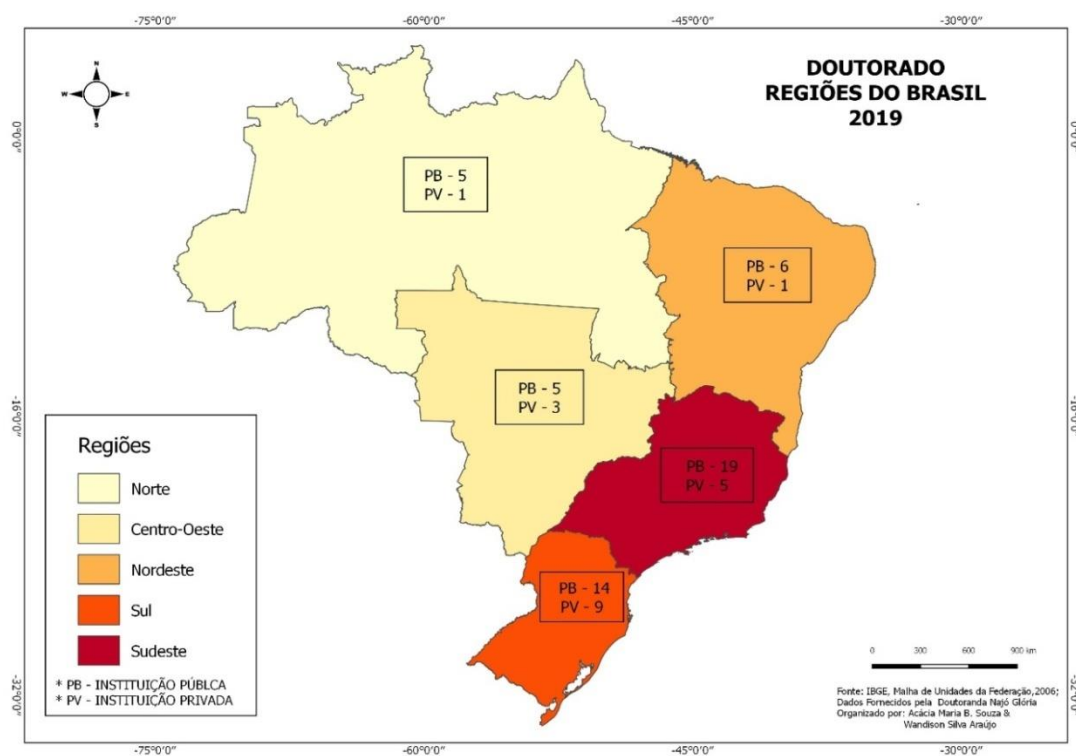
Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006

Figura 12. Quantidade de Mestrados Acadêmicos em Regiões Brasileiras.



Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006.

Figura 13. Quantidade de Doutorados Acadêmicos em Regiões Brasileiras²⁹.



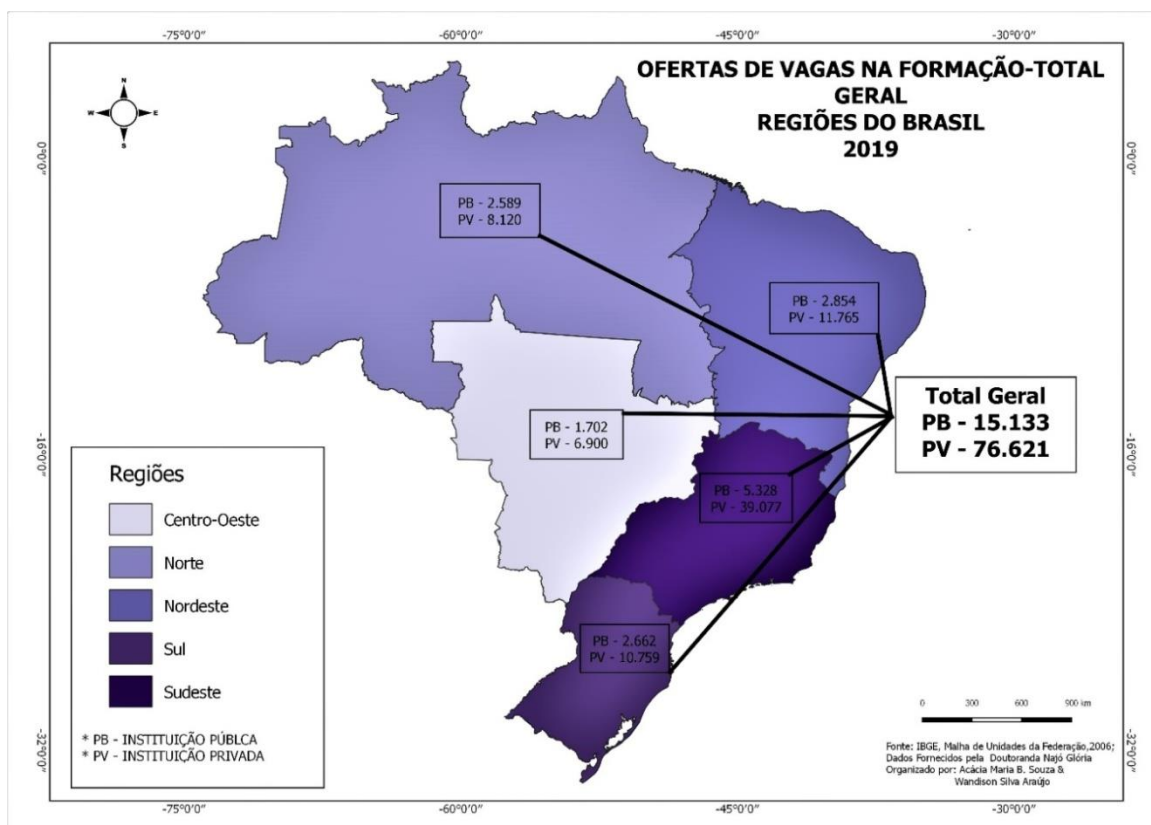
Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006

²⁹Já existem doutorados profissionais, segundo dados da CAPES, 2019.

Organizar o trabalho de forma precária em torno de grupos privados para que possam oferecer a prestação de serviços de maneira terceirizada é um dos elementos para a efetivação do processo de privatização, de forma que pela fragilização da prestação dos serviços pelos órgãos públicos, já que suas condições materiais de exercício são restringidas, instala-se a necessidade de manutenção das entidades privadas na gestão e execução dos serviços como ora identificamos no desmonte dos órgãos reguladores e fiscalizadores do setor ambiental como IBAMA, ICMBIO, agências de monitoramento, órgãos de pesquisa como INPE e fechamento ou extinção de Secretarias Federais do meio ambiente e flexibilização das exigências impostas pela legislação ambiental.

O desmonte dos órgãos responsáveis pela emissão de laudos, licenciamentos, estudos de impactos ambientais entre outros se contrapõe à exigência de celeridade na documentação por parte dos setores interessados, notadamente o agronegócio, mineradoras e as construtoras. Atestar a incapacidade na prestação do serviço público faz parte do projeto de apropriação pela iniciativa privada. Esta tese, constatou pela intensidade de oferta de cursos por meio de IES privadas e mais ainda, pela discrepância entre as quantidades de vagas ofertadas entre IES públicas e IES privadas o completo domínio do mercado sobre o setor da educação superior no país. Observe-se no mapa abaixo (Figura 14) que o cenário é extensivo a todas as regiões do país indistintamente.

Figura 14. Oferta Total de Vagas na Formação Ambiental em Regiões Brasileiras.



Fonte: IBGE, Malha de Unidades da Federação, 2006

Apesar das evidentes disparidades regionais quanto à economia, oferta de serviços, densidade demográfica, relevo, ou clima entre outras diferenças, o mapa acima nos possibilita inferir com razoável margem de segurança que, no que diz respeito à oferta de vagas de formação ambiental em nível superior distribuídas entre as IES públicas e as IES privadas, existe uma exponencial oferta de vagas pelas IES privadas em detrimento da oferta de vagas por IES públicas. Essas diferenças, embora acentuadas, apresentam um certo grau de homogeneidade quanto às proporcionalidades de diferencial, posto que a Região Concentrada, composta pelo sudeste e sul, oferta quase o dobro de vagas que a soma das demais outras três regiões do país. O montante de oferta de vagas ofertadas por todas as IES públicas reunidas é cinco vezes menor que a oferta total por IES privadas e diante da inconsistência entre as informações prestadas no sistema e-MEC sobre a situação dos cursos e a documentação comprobatória, a possibilidade que muitos cursos estejam sob funcionamento sem a necessária fiscalização ou supervisão do MEC junto aos estabelecimentos de ensino é comprovável pela ausência de documentos o que sinaliza a ausência de controle por parte da sociedade.

Desta forma, podemos concluir que a formação privada assume um compromisso maior com a formação para atender o mercado e garantir, assim, a reprodução do sistema das desigualdades que já se encontra instalado de fato e atinge, por meio da privatização do ensino superior, um aspecto de legalidade e legitimidade de direito através das concessões públicas de ensino ou do financiamento estudantil, mediante pagamento às IES privadas. A possibilidade de obtenção de capital produtivo, onde ainda não estava instalada essa forma de gestão, avança sobre o sistema educacional da formação em nível superior.

5 SÍNTESES FINAIS

Essa tese chega às sínteses finais possíveis aos cinquenta e seis meses de exaustiva pesquisa documental e empírica. Em todo esse período, constituiu-se em tessituras diversas, buscando responder aos contextos articulados de profissionalização em ciências ambientais no Brasil em seus percursos formativo, associativo e, de regulamentação profissional, a qual aguarda articulação e vontade política para entrar na pauta do Senado Federal. Mas antes disso, precisamos retomar nossos pensamentos primeiros.

Atualmente, em Mariana – MG, o pagamento das indenizações se arrasta em querelas judiciais no Brasil e na Inglaterra, posto que a administradora das empresas causadoras de ambos os crimes é a mesma. Em Brumadinho, após o relatório final da CPI da Câmara dos Deputados que concluiu pela responsabilização do crime que poderia ter sido evitado, e não o foi, foram indiciadas 14 pessoas, por conta do custo com pagamento de seguro que comprometeria o rendimento dos gestores em um sistema de participação nos lucros. E em Machadinho D'Oeste, a MetalMig recorre contra o pagamento de indenizações e suspensão das licenças recomendadas pelo Ministério Público para exploração de minérios, enquanto atribui à chuva a causalidade do rompimento da barragem. Tomamos esses fatos como referência para a Tese, que se iniciou com a ideia de investigar o percurso histórico da profissionalização em ciências ambientais, porém, como a história não acontece sem sujeitos e contextos, fomos instigados ao alargamento do olhar e assim, buscar a multiplicidade dos elementos que a compõem. A complexidade das relações que se estabelecem na área dos profissionais denominados *ambientais*, sua atuação e a sistematização necessária e intrínseca para essa compreensão reclamaram o método dialético para acompanhar os movimentos e as transformações que emanam desses movimentos.

A profissionalização enquanto processo, só foi percebida, sentida, enquanto acontecia. E, dessa constatação, entendemo-nos em movimento, fluxo, vir a ser ou o tornar-se que não se esgota enquanto vivemos. O trabalho, a princípio, teve pontos relevantes de busca conceitual e tornou-se vívida pela centralidade que ocupou desde seus primeiros

movimentos, quando compreendemos que é *desse lugar*, do trabalho ou transformação da natureza para satisfação das nossas necessidades, que identificamos quem somos, de onde viemos e para onde pretendemos caminhar. Preceitos que dignificam a ciência quando se encontram, *em meio ao caminho-caminhando*, respostas.

A contextualização histórica das formações, associações e regulamentações *do e no mundo do trabalho* nos possibilitou a compreensão das matrizes emblemáticas em que estão assentadas as relações que justificam, consolidam e tornam legais e legítimas as profissões no Brasil. A chegada da Família Real colocou o Brasil em lugar de existência, até então invisível à comunidade europeia, “lugar de verdade”, geográfico. Porém, as mudanças operadas com esse evento, tornaram invisíveis outros tantos lugares de nação que buscamos resgatar. Os 300 anos de escravidão e o lançar dessa população à condição de *Cidadãos sem Pátria* que os reconhecesse, estrutura estatal de que fizessem parte, ou condição que os acolhesse, enquanto parte do todo sistêmico populacional de que somos parte. Compreendemos, então, que negros ou não, reconhecidos ou nos reconhecendo, a dívida existe.

No percurso, encontramos teóricos que divergem sobre a teoria clássica em torno das categorias estudadas, aceitas por nós, sobre a formação das sociedades como linear, que passou pelo feudalismo, mercantilismo e chegou ao estágio que, sob viés econômico, procura explicar e naturalizar as desigualdades, que hoje presenciamos. Com surpresa agradável encontramos na propriedade privada a razão das desigualdades historicamente explicadas, empiricamente vivenciadas e naturalizadas desde então por todos nós aqui no Brasil. A constatação da formação das elites profissionais apenas confirmou o que já víamos em estudos anteriores, o direito - como legitimador das práticas de governo ou de particulares, de acordo com a satisfação de seus interesses enquanto campo, mercado ou área profissional, e a medicina, com a prerrogativa de definição sobre doença, mal, cura, bem, condutas, comportamentos, costumes e enfim, a vida.

O cenário contemporâneo por exposição ou investigação midiática, apenas consagrou, empiricamente, os elementos que estavam sob investigação acadêmica. As formações, os locais de formação, as instituições como credencial para o mercado e seus diplomas, mantiveram-se associados às vaidades individuais e personalistas sobre o domínio dos campos acadêmicos e social com reverberação política e captação econômica. O quadro identificado sobre as formações ambientais no Brasil encerram as contradições locais,

econômicas, sociais e políticas peculiares a todos os campos. Mas como nosso objeto é a formação em ciências ambientais no Brasil, buscamos nos cursos em suas diversas variáveis de local, nomenclatura e origem, a identificação do percurso formativo do gestor ambiental. As diferenças entre o que se busca e o que se encontra foram norteadoras do percurso desta Tese e, por vezes alteraram rotas, objetos e objetivos que também foram se adequando. O encontro com a ANAGEA foi uma grata surpresa que consolidou o percurso formativo que requer, para além da formação, um mercado profissional que lhe assegure a existência e a permanência. O acompanhamento do PL 2664-2011 nos possibilitou seguir o percurso necessário que antecede uma regulamentação profissional. No caso do gestor ambiental, tal regulamentação encontra-se refém de articulação e vontade política para que se efetive.

Buscar os cursos de formação ambiental, nos possibilitou identificar as disparidades de oferta entre cursos e vagas em seus contextos geograficamente situados, suas singularidades e a diversidade de formações. Mas não foi o bastante até que obtivéssemos uma compreensão histórica, política e econômica sobre como se davam essas realidades. E foi assim que fizemos esses percursos. Sob a compreensão econômica, social, política e geográfica que finalizamos esta Tese cômicos de que a dimensão *ambiental* pode servir de parâmetro às demais nomenclaturas de formação acadêmica, ligadas direta ou indiretamente às questões ambientais. Assim, chegamos os três, eu, os crimes ambientais e esta Tese a um estágio finalizante de (des)construção na perspectiva de caos, mas na expectativa do momento pulsante de energia que (re)ordena, (re)constrói, (res)significa e cria, a partir dos elementos pulverizados, depurados em suas singularidades e prontos para uma religação com o cosmo.

A compreensão última que tudo está sedimentado, alicerçado e fundamentado no trabalho, enquanto realização humana de transformação da natureza para satisfação das necessidades, nos traz de volta à humanidade, com a singularidade peculiar do humano, como único capaz de promover as transformações possíveis. A constatação dos fatos, a explicação dos fenômenos e a antecipação conceituada, criteriosamente, a partir da empiria ante a possibilidade do vir a ser dos fatos futuros, resgata em nós a possibilidade de um encontro com nossas origens, quer seja pela ancestralidade, partículas cósmicas ou evolução celular. Chegado o momento do caos, desordem, desorganização para alguns, reorganização para outros, só há um caminho a seguir: a busca da vida que vale à pena ser vivida.

É nessa compreensão de vida, e na perspectiva de que ela só existe se houver um

ambiente que lhe permita condições para tal que estabelecemos corredores entre disciplinas, conceitos, teorias, métodos, pessoas, nações, raças, credos, classes, pessoas, indivíduos, sujeito, seres, humanos. Esta Tese, assim como eu, chega à conclusão da finalidade de nossa existência, contribuir para fazer o melhor que pudermos enquanto pudermos. A constatação de nosso lugar no mundo enquanto poeira cósmica, nos confere a responsabilidade de buscarmos ser a melhor poeira cósmica que pudermos. Sem nós, o universo estaria incompleto de uma partícula de simplesmente, poeira cósmica. E foi com essa responsabilidade que chegamos até aqui.

Seguindo o fluxo contraditório que afirma a existência de vida, nos deparamos com a visão aristotélica sobre o ser, o pensar e as virtudes. Para o filósofo, para alguns é concedido pelos deuses a capacidade de exercer plenamente a faculdade do pensamento, enquanto para outros, não tão afortunados assim, resta a capacidade executiva das funções laborais. Logo, percebemos, mediante confronto com os dias atuais, que não estamos sob domínio aristotélico e até concordamos com ele por algum tempo. Mas os tempos mudaram e com eles a concepção humana sobre o universo, a natureza e a relação com ela se torna cada vez mais objeto de questionamentos. Ainda assim, permanece uma constante, a maneira como transformamos a natureza para satisfação de nossas necessidades, persiste por meio do trabalho. É essa relação que nos diferencia, nos singulariza, diante dos outros seres. É nesse viés que permanecemos ao longo do curso de nossa investigação. Constatamos a mudança operada nas relações econômicas, políticas e sociais historicamente produzidas, geograficamente situadas e nem sempre empiricamente comprovadas, posto que a história é escrita e descrita pelos que dominam a escrita. Contemporaneamente agregamos outros vieses de verificação e por meio dos novos mecanismos de legitimação da existência, buscamos a realidade da formação profissional em ciências ambientais em matrizes digitais como o sistema e-MEC, que hoje é o verificador de realidade, no caso específico desta Tese.

Muitos foram os percalços, as buscas infrutíferas ou os encontros inadequados ao que nos propusemos inicialmente. Mas, como toda verdade, sempre que buscada, irrompe, aflora, se mostra ou revela em uma simples angústia suscitada pela inquietação curiosa da não aceitação da ordem estabelecida *post factum*. O que lhe deu origem, as causas que condicionaram seu surgimento e os contextos em que o fato se deu, foram premissas que nos acompanharam e esperamos que não nos abandonem. As relações estabelecidas no mundo do trabalho ou entre o homem e a natureza para prover sua origem, manter sua existência,

assegurar sua reprodução e assim garantir que existam gerações futuras, estão sedimentadas, alicerçadas e condicionadas ao tratamento recíproco entre o homem, o meio em que vive e aquilo que pode extrair ou contribuir para a permanência e ou existência de ambos, posto que o ambiente permanece sem o homem, mas o homem, o que será sem o ambiente?

Ao transitar sobre os elementos sociológicos que exigem reflexão sobre a temática das profissões, fomos agraciados por inúmeros pensadores que dedicaram suas existências à investigação desse fenômeno espetacular que mudou de nome e mudou de forma, mas permanece mais do que nunca presente e manifestando sua relevância, pertinência e reconhecimento ainda que invisibilizado sob outras nomenclaturas: é o trabalho! A transformação da natureza para garantia de satisfação das nossas necessidades, que fundamenta a construção, compreensão e conceituação das sociedades e a definição que podemos fazer sobre elas e seus indivíduos ontem, hoje e para adiante dirão ou escreverão sobre nós, a partir do que fizemos.

É nesse escopo do caminho percorrido entre realidades diversas e diversidade de realidades que identificamos no Pará e no Amazonas iniciativas, ainda que regionais, por meio de universidades estaduais o (re)ligamento, ou o estabelecimento de corredores de comunicação entre o global e o local, o *glocal*, diria Castells (1999). Não existe a possibilidade de ir ao interior, comunidade, localidade, lugar descolado do centro urbano convencional, sem que se aprenda mais do que a pretensão de ensinar. E assim, este trabalho pretende contribuir para a compreensão. É nesse momento em que o obscurantismo paira sobre nós que identificamos iniciativas de humanidade, solidariedade e esperança. O amor há de prevalecer sobre o ódio e a polarização, porque somos antes de tudo, humanos. E,

Há flores que teimam em morrer, apesar do tempo, apesar do vento, apesar da morte, apesar de outras, que teimam em viver...apesar de tudo.

(Adaptado de Alice Ruiz)

6 REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, Dec. 2000.
- ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**. v.4, n.1, 2014.
- AZEVEDO, F. de. (Org.) **As ciências no Brasil**. 2 v. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- ANGELIN, P. E. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010.
- ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2013.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ARON, R. **A era da tecnologia**. Rio de Janeiro : Cadernos Brasileiros, 1965.
- ASSMANN, H. Reencantar a educação. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 22-34.
- BARBOSA, M. L. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 36, 2º semestre, p. 3-30, 1993.
- BARBOSA, M. L. As profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.
- BARBOSA, M. L. Para um média profissional: um novo profissionalismo no Brasil?. **Tempo soc.** São Paulo, v. 10, n. 1, p. 129-142, maio de 1998.
- BARBOSA, M. L. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 186-190, Feb. 1999.
- BARBOSA, R. B. K.: Uma história das Emoções. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE. 5.; 14. Maceió, 2015. **Anais...** Maceió : EDUFAL, 2015.
- BASTOS, F. S. A contribuição da universidade para a formação do sujeito moral. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista/BA, v. 4, n. 5, p. 173-190, jul./dez. 2008.
- BECKER, H. S. **Segredos E Truques de Pesquisa**. Rio de Janeiro : Zahar, 2007.
- BELENS, A. J.; PORTO, C. M. Ciência e tecnologia, uma abordagem histórica na sociedade da informação. In: PORTO, C. M., (Org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-43.
- BONELLI, M. G. O Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14., n. 39, p. 61 - 81, 1999.

- BONELLI, M. G.; DONATONI, S. Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 109-142, 1996.
- BOURDIEU, P. “The forms of capital”, in J. G. Richardson (org.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58. 1985.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2. ed. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2017.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P.; CHAMBODERON, J-C.; PASSERON, J-C. **A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: para uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Edunesp, 2004.
- BRANDÃO, C. A. L. (Org). **A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989** / Peter Burke; tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003 .
- CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 – 1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012.
- CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2005-2010**. Brasília/DF: CAPES, 2004.
- CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2011-2020**. Brasília/DF: CAPES, 2010. v. 1 e 2.
- CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. **The Professions**, Londres, Oxford University Press. 1933.
- CARVALHO, J. J. de. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. **Revista ANTHROPOLOGICAS**. Ano 14, vol.21 (1): 39-76 (2010)
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- CASTELLS, M. **O Poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CHAPOULIE, J. M. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. In: **Revue française de sociologie**, p. 86-114, 1973.
- CHAPOULIE, J. M. La Conception de La Sociologie Empirique D'Everett Hughes. **Sociétés Contemporaines**. n° 27. p. 97-109. 1997
- CHAPOULIE, J. M. Une conférence d'Eliot Freidson. **DEES 114**. Décembre, 1998.
- COLLINS, R. Inflação Credencial e o Futuro das Universidades. **Jornal Italiano de Sociologia da Educação**, 2, 2011.
- CORADINI, O. L. Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3) 425-466, nov. 1996 - fev. 1997.
- CORADINI, O. L.: 'O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a crise da medicina no Rio Grande do Sul'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, IV (2): 265-286 jul.-out. 1997.
- COSTA, M. C. Usura e Purgatório: Jacques le Goff e a Antropologia do Sagrado Medieval. **Anais... V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**. 2011. DOI:10.4025/5cih.pphuem.1603
- COSTER, M.; PICHAULT, F. (Orgs.). **Traité de Sociologie Du Travail**. 2. ed. Paris: De Boeck Supérieur, 1998.
- CUNHA, M. B. da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 3-4, jul./dez. p 5-19, 1982.
- DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução Yadyr A. Figueiredo. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DINIZ, E. Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.1, jan.- abril, p.7-27. 2010.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBAR, C.; **La Socialisation**: Construction des Identités Sociales et Professionnelles. Paris: Armand Colin, 1995.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1930 - 1999. (Coleção Tópicos).
- ELIAS, N. (1939). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. **Mana. Estudos de Antropologia Social**. 7(1):89-116, 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. 2 ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985.
- ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ENGELS, F. O 18 de brumário de Luís Bonaparte, 1885; IN: MARX K. 1818-1883 / Karl Marx ; [tradução e notas Nélcio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels) Tradução de: Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte. **Original: Selected Works**, Volume Three, p. 13-30; April or early May,

1875. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/index.htm>. Acesso em 24. ago 2018.

FIGUEIREDO, C. T. **Ciências ambientais no Brasil: história, métodos e processos**. 2016. 138 f. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIDSON, E. *Profession of medicine: A study of the sociology of applied knowledge*. New York: Harper & Row. (1970).

FREIDSON, E. La Teoria de Las Profesiones. Estado Del Arte. **Perfiles Educativos**. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, p. 28-43, 2001.

FREIDSON, E. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Tradução Martins Filho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1995.

FREIDSON, E. **Professional Powers**: a study of the institutionalization of formal knowledge. The University of Chicago Press; Chicago; 1986.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo, Edusp, Coleção Clássicos, n. 12, 1988. 280 páginas.

GADREY, J. La notion de flexibilité. IN: GADREY, J.; GADREY, N. (Org.). **La gestion des ressources humaines dans les services et le commerce**: flexibilité? diversité? compétitivité. Paris: L'Harmattan, p. 8-17, 1991. (Collection Pour l'emploi).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GODDY, J. **O roubo da história**: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 368 páginas.

HABERMAS, J. On the Logic of the Social Sciences. Originally appeared in German as a special supplemental, volume of the jornal **Philosophische Rundschau** in February 1967.

HALL, J.; JONES, D. C. The Social Grading of Occupations. **British Journal of Sociology**. vol. 1, p. 31-55, 1950.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva, Guacira Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Trad. Nelson Coutinho e Leandro Konder. Editora Paz e Terra. 11ª ed. São Paulo / Rio de Janeiro, 2016. 176 p.

HUGHES, E. C. (1958). **Men and their Work**. Glencoe, The Free Press, 2ª ed. 1967.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 24 ma. 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: **uma análise das condições de vida da população brasileira**: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro:

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Radar IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. – Brasília : IPEA : PNUD : FJP, 2019.

IBICT. **Manifesto Brasileiro De Apoio Ao Acesso Livre À Informação Científica**. Brasília: Ibict, 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm>

JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico** - São Paulo: Editora Cultrix, 1965. 148 páginas.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KONDER, L. **O que é dialética**. Editora Brasiliense. São Paulo. 2012. 187p.

LARSON, M. S. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Berkeley, University of California Press, 1977.

LARSON, M. S. (1977), The Rise of Professionalism. **A Sociological Analysis**. Berkeley, University of California Press.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

LE PLAY. **Les Ouvriers Européens**. Paris, 1855 (6 volumes).

LEEDS, A. e E. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Zahar Editores. Rio de Janeiro: 1965.

LÈVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do cyberspaço**. Paris: La Découver, 1994.

LÈVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1993. 206 p.

LÈVY, P. **Cibercultura**. São Paulo : Editora 34 Ltda. 1997

LÈVY, P. **Ciberdemocracia** (2002). Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 249 p.

LÈVY, P. **O que é virtual?** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 160 p. (Coleção TRANS). 1996.

LIMA, M. F. **Etnocenologia da formação interdisciplinar em ciências ambientais**. Dissertação. Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKACS. G. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, n. 4, 1978.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 645-666, Dec. 2005 .

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

MARX, Karl (1890). **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERTON, Merton, Robert K.; Reader, George; Kendall, Patricia L. **The student-physician: introductory studies in the sociology of medical education.** Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1957.

MICELI, Sergio. "Carne e osso da elite política brasileira pós-1930", in Boris Fausto (ed.), **História geral da civilização brasileira**, tomo III, vol. 3, O Brasil Republicano, São Paulo, Difel. 1981.

MIRANDA, Sandro A. A. de. O crime ambiental em Mariana/MG e a crise do nosso sistema de gestão de Bacias. **Xapuri Socioambiental**. 12.08.2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Dados Abertos. [Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/dados-abertos.html>>. Acesso em: 24 março. 2019].

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NISBET, ROBERT A. (1887). **The Quest for Community** : A Study in the Ethics of Order and Freedom. Pp. ix, 303. New York : Oxford University Press, 1953.

PARSONS, T., & Shils, E. A. (1968). **Hacia una teoría general de la acción**. Buenos Aires: Kapelusz. Original Parsons, T., & Shils, E. A. (1951). *Toward a General Theory of Action*. New York, Harper & Row.

PETRARCA, F. R. **Pesquisando Grupos Profissionais: dilemas clássicos, contribuições recentes**. Como estudar elites. Passinotto, Renato e Codato, Adriano. (Orgs.). Curitiba : ED. UFPR, 2015.

PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. <http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf>. Acesso em 28.11.2018.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras , n. 33, p. 133-158, set. 2000 .

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. In: SADER, Emir (Org.). **O desafio ambiental**. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRIGOGINE, Ilya. **Ciência, razão e paixão**. 2. ed. – São Paulo : Editora Livraria da Física, 2009.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Daniela Santana. **Professores de jovens com doenças falciformes: contornos, nuances e imagem de viagem**. 2017. 234 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**.3. ed. – São Paulo : Atlas, 2012.

RODRIGUES, M.L. **Sociologia das profissões**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1754). **Discurso sobre A Origem da desigualdade**. Tradução Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores (www.jahr.orgs).

SANTOS e SOUZA, 2017. **Brasil 500 anos depois: o papel político das elites profissionais**. Artigo produzido sob a disciplina Sociologia das Profissões. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2017.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. C. M. **Gestão Pública de conhecimentos ambientais na universidade**. Dissertação do Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013a.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neoweberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 10-29, jul. 2014. ISSN 1806-5023.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Sovereignty and society in Colonial Brazil: the High Court of Bahia and its judges, 1609-1751**. Imprensa: Berkeley, University of California, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação Participação Social. Trabalho apresentado à Reunião do Grupo de Trabalho "Estado e Democracia". **III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Belo Horizonte, 17-19 de outubro de 1979. [Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/educsocial.htm>]

SCHWARTZMAN, S. The sociology as a public profession in Brazil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 271-279, Aug. 2009.

SCHWARTZMAN, S. A ciência da ciência. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p. 54-59, mar./abr., 1984.

SCHWARTZMAN, S. Universidade e ciência observadas por Ben-David: introdução ao texto de Joseph Ben-David. **Ciência Hoje**, v. 7, n. 37, p. 68, nov. 1987.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Rio de Janeiro, Finep, 1979.

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira da. **A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas**. Ci. Inf., Set 2002, vol.31, no.3, p.77-82. ISSN 0100-1965.

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, Set. 2007.

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed. revisada e ampliada. Brasília: INEP, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

SOUZA, Antônio Vital Menezes de. **Marcas de diferença: subjetividade e devir na formação de professores**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de. Profissão e profissionalidade de professor. In: **Direcional Escolas**, mai. 2006. p. 41 – 43.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Notas de fim. ISBN 978-85-441-0537-5.

SPENCER, Herbert. The Principles of Sociology. **Sociology Reviews**. Volume 3. Front Cover. D. Appleton, 1896.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Artenava, 1976.

TÖNNIE, F. (1947) **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada. [1887].

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. 21 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.

VARGAS, Milton. **História da ciência e da tecnologia no Brasil**: uma súmula. São Paulo: Humanitas/FFLCH /USP: Centro Interunidade de História da Ciência, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory**: a critical introduction. Routledge. New York : 2013.

WEBER, Max (1864-1920). **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo), 2004.

WEBER, Max (1864-1920). **Ciência e Política**: duas vocações. Dunker & Humblot. Tradução de Leônidas Hagenberg e Octany Silveira da Mota. 14 ed. Berlim, 1968.

ANEXOS

1. Fluxograma de Leis
2. PL 2664 – 2011 – Regulamentação da profissão Gestor Ambiental
3. Tramitação do PL 2664 – 2011 atualizada em 10.09.2019

FLUXOGRAMA DE LEIS

LEIS	DATAS	CAPUT
Lei nº 9.605	12 de fevereiro de 1998	Lei da Vida: Lei dos crimes ambientais - dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Decreto nº 6.514	22 de julho de 2008	Definição, Infração, Sanção, Penalidade, Fixação, Processo Administrativo, Hipótese, Conduta, Violação, Meio Ambiente, Fauna, Flora, Ecologia, Poluição, Ordenação, Urbanização, Patrimônio Cultural, Crime Contra o Meio Ambiente.
Lei nº 12.334	20 de setembro de 2010	Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens
PL nº 2664	09 de novembro de 2011	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental
Portaria Normativa nº 21	21 de dezembro de 2017	Constitui o e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, base de dados oficial.
Lei nº 8.948/94	08 de dezembro de 1994	Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.
Decreto nº 2.208/97	17 de abril de 1997	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
Portaria do Ministério da Educação nº 646/97	14 de maio de 1997	Ocorre a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos tecnológicos
Decreto nº 2.406	27 de novembro de 1997	Os Centros de Educação Tecnológica constituem modalidade de instituições especializadas de educação profissional,
Lei nº 9.394	20 de dezembro de 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Artigo nº 242 da CF	05 de outubro de 1988	não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição
Lei nº 11.892/08	29 de dezembro de 2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências

Decreto Nº 5.773	9 de maio de 2006	independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias
Decreto-Lei nº 5452	1 de maio de 1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho
Portaria nº 397	10 de outubro de 2002	Documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho e alimentam as bases estatísticas de trabalho e servem de subsídio para a formulação de políticas públicas de emprego
Portaria nº 231,	28 de junho de 2011	CBO -Classificação Brasileira de Ocupações reconhece este profissional como ativo no mercado de trabalho e o codifica com o nº 2140-10 com a denominação “ Tecnólogo em Gestão Ambiental”
Portaria nº 1356	23 de novembro de 2016	Atualização do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
Portaria nº 28	09 de junho de 2006	Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
Portaria Normativa MEC nº 40	12 de dezembro de 2007* Republicada em 29 de dezembro de 2010	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.